



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ANTONIO FERREIRA FÉLIX

**O CARÁTER PEDAGÓGICO DA ATIVIDADE SINDICAL
E OS LIMITES DO ECONOMICISMO**

FORTALEZA

2013

ANTONIO FERREIRA FÉLIX

**O CARÁTER PEDAGÓGICO DA ATIVIDADE SINDICAL
E OS LIMITES DO ECONOMICISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção de Título de Mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: Marxismo, educação e luta de classes. Eixo: Ontologia marxiana e educação.

Orientador: Dr. Frederico Costa.

Fortaleza

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F36c Félix, Antonio Ferreira
O caráter pedagógico da atividade sindical e os limites do economicismo / Antonio Ferreira Félix. – 2013.
156 f.; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Antologia Marxiana e educação.
Orientação: Prof. Dr. Frederico Costa.
1. Sindicatos e educação. 2. Trabalhadores e educação. 3. Relações trabalhistas. 4. Educação para o trabalho. 5. Sindicalismo. I. Título.

CDD 331.0941

ANTONIO FERREIRA FÉLIX

**O CARÁTER PEDAGÓGICO DA ATIVIDADE SINDICAL
E OS LIMITES DO ECONOMICISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção de Título de Mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: Marxismo, educação e luta de classes. Eixo: Ontologia marxiana e educação.

Aprovada em: 31 / 01 / 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Frederico Costa (orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dra. Josefa Jackline Rabelo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo.”

(Marx)

“[...] o ideal corretivo que gostariam de aplicar ao mundo não é senão o reflexo do mundo atual. É totalmente impossível reconstituir a sociedade sobre a base de uma sombra embelezada da mesma. Na medida em que a sombra vira corpo, percebe-se que o corpo, longe de ser um sonho imaginado, é apenas o corpo da sociedade atual”.

(Marx)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal propósito demonstrar o papel pedagógico das organizações sindicais na educação dos trabalhadores no contexto da sociabilidade do capital em crise e colocar a importância dessas organizações para a luta dos trabalhadores, que mesmo muitas vezes servindo à classe dominante, para conformá-los à exploração, podem, em certas circunstâncias, converter-se em um dos instrumentos na educação/organização e mobilização com o objetivo de transformara sociedade rumo a uma sociabilidade emancipada. Para tal intento fizemos um intercurso histórico por dentro do modo de produção capitalista, primeiro observando o surgimento das organizações dos trabalhadores, desde as primeiras formas de resistência, que, no início, eram reações individuais (como roubos e assassinatos, destruição das mercadorias estrangeiras), depois destruição das máquinas (não esquecendo as organizações secretas) e, finalmente, as formas mais evoluídas de organizações, como os sindicatos e os partidos operários. Posteriormente, buscamos a definição do que é educação, partindo da atividade prática dos homens, da práxis material, para compreender a relação de determinação, dependência e autonomia entre teoria e prática, existência e consciência. Enfim, buscamos entender onde se situa a educação, especificamente na moderna sociedade produtora de mercadorias, da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado e, sobretudo, da contradição cada vez mais aguda entre as forças produtivas e as relações de produção, no seio da luta de classes. Nesse contexto, as organizações sindicais são levadas, normalmente, a pautar seu combate na imediaticidade, no economicismo, ficando, portanto, nos limites da luta contra os efeitos, não combatendo as causas da real exploração à qual é submetida a classe trabalhadora. Contudo, os sindicatos podem estar ou a serviço da classe dominante, quando levam a cabo a conciliação de classes, ou na defesa da classe dominada, quando educam, organizam e mobilizam a classe trabalhadora para a ação direta, levando-a a confiar na sua organização, na sua força e na defesa dos seus interesses. Para o alcance do nosso objetivo de investigação, examinamos as produções teóricas sobre sindicatos, a partir da revisão dos escritos de Marx (2008, 2009), Engels (2009, 2010), Lênin (1979, 2005, 2010), Trotsky (1978, 1979, 2008), Rosa Luxemburgo (1990), Arcary (1995, 2005), Gramsci (1978), Lora (1989) e outros que pesquisam o tema. Para isso, tentaremos demonstrar, por um lado, o processo de burocratização dos sindicatos, atrelado aos governos e aos patrões; por outro, a resistência dos trabalhadores na busca de se organizar, forjando organizações independentes, classistas e que têm como horizonte estratégico a luta pelo socialismo.

Palavras-chave: Capitalismo. Luta de classes. Trabalho. Educação. Sindicatos. Economicismo. Socialismo.

ABSTRACT

This work has as main purpose to demonstrate the pedagogical role of trade unions in workers' education in the context of sociability capital in crisis and put the importance of these organizations for the struggle of the workers, who often serving the same ruling class, to conform them to exploitation, may, under certain circumstances, become an instrument in education / organization and mobilization in order to transform society toward an emancipated sociability. For this purpose we made a history by intercourse within the capitalist mode of production, first noting the emergence of workers' organizations from the earliest forms of resistance, which, at first, were individual reactions (such as robberies and murders, destruction of foreign goods) after destruction of the machines (not forgetting the secret organizations), and finally the more evolved forms of organizations such as trade unions and workers' parties. Later, we seek to define what is education, from the practical activity of men, of praxis material, to understand the relation of determination, autonomy and dependence between theory and practice, existence and consciousness. Finally, we seek to understand where is education, specifically in modern commodity producing society, private ownership of the means of production, wage labor, and especially the increasingly acute contradiction between the productive forces and the relations of production, within the class struggle. In this context, trade unions are taken, usually, to be based in your combat immediacy in economism and were therefore within the limits of combating the effects, not addressing the real causes of exploitation to which it is subjected to the working class. However, unions may be or the service of the ruling class, when carrying out the reconciliation of classes, or in defense of the dominated class, when they educate, organize and mobilize the working class direct action, leading her to rely on her organization, in its strength and in defense of their interests. To reach the goal of our research, we examined theoretical treatises on unions, from reviewing the writings of Marx (2008, 2009), Engels (2009, 2010), Lenin (1979, 2005, 2010), Trotsky (1978, 1979, 2008), Rosa Luxemburg (1990), Arcary (1995, 2005), Gramsci (1978), Lora (1989) and others researching the topic. For this, we will argue, on the one hand, the process of bureaucratization of unions, governments and tied to employers, on the other hand, the resistance of workers seeking to organize, forging independent organizations, classist and whose horizon strategic fight for socialism.

Keywords: Capitalism. Class struggle. Labor. Education. Unions. Economism. Socialism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	SINDICATO, MARXISMO, ATIVIDADE SINDICAL E PRÁXIS PEDAGÓGICA.....	13
2.1	Pressupostos históricos dos Sindicatos.....	13
2.2	Os sindicatos para o marxismo.....	43
2.3	Atividade sindical e práxis pedagógica.....	62
3	EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES.....	68
3.1	O que é educação e trabalho.....	68
3.2	Educação no contexto da luta de classes.....	81
4	A ATIVIDADE SINDICAL COMO PRÁXIS EDUCATIVA: COMO O TRABALHADOR SE EDUCA E COMO O SINDICATO PODE EDUCAR PARA O SOCIALISMO.....	105
4.1	A agonia do modo de vida burguês: os conflitos entre avanços e retrocessos.....	105
4.2	Os agentes das mudanças, as determinações históricas e construção do novo.....	119
4.3	O papel dos sindicatos na educação dos trabalhadores: o combate à burocratização e a superação da crise de direção.....	139
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

1 INTRODUÇÃO

Todos ou quase todos nós estamos sempre envolvidos em pequenas realizações exigidas pelo nosso modo de vida imediato que nos obriga, por assim dizer, obter resultados rápidos e satisfatórios de nossas ações. Nos sindicatos, nas organizações de representação indireta dos trabalhadores¹, somos quase completamente tomados por essas pequenas coisas que nos impõem uma vida de imediaticidade voraz. Consume-nos, dificultando nosso olhar para o futuro.

É bem verdade que essas coisas são necessárias, pois as realizações mínimas e imediatas desses acontecimentos representam a base, são os pressupostos para as realizações mediatas – os grandes feitos –, aquelas para as quais os homens precisam se organizar, planejar e definir os rumos e as ações a serem empreendidas, ou seja, agir sobre o mundo com objetivos para transformá-lo e, assim, alcançar determinado fim, com a escolha dos caminhos e os recursos necessários. Porém, na maioria das vezes, ficamos somente no imediato, desprezando a construção do futuro.

Nesse sentido, trataremos sobre a construção da consciência, não somente para a compreensão do que já existe, mas, sobretudo, para, além da compreensão, a transformação do que está posto, onde reside a batalha humana, batalha essa na qual há os que lutam pela conservação e manutenção do mundo como está *versus* os que precisam modificá-lo, o que pode ser resumido em três palavras: luta de classes. Ainda sobre coisas pequenas que povoam nosso dia-a-dia, Engels nos ajuda a compreender sua importância com um exemplo bem claro dessas coisas imediatas, mas de enorme significado, como bem notou referido pensador quando admitiu que a concepção materialista da história baseou-se no “[...] simples fato, antes escondido sob a excrescência ideológica, de que os seres humanos devem primeiro comer, beber, cobrir-se e vestir-se antes de poder voltar sua atenção à política, à ciência, às artes e a religião.” (NOVACK, 2006, p. 70).

Essa constatação nos remete à obra de Marx e Engels “A Ideologia Alemã”, na qual é dito que antes de tudo os homens precisam estar em condições de viver para fazer história. Portanto, é preciso responder às imediaticidades da vida no seu cotidiano, mas não no sentido de se acomodar, e, sim, no sentido de preparar o terreno para promover evoluções,

¹ Os sindicatos se constituem como organizações de representação indireta dos trabalhadores num momento em que estes elegem um corpo diretor para representá-los junto aos patrões e ao Estado. Ao mesmo tempo, esses trabalhadores asseguram o funcionamento dessas organizações, contribuindo sistematicamente com um percentual dos seus salários, a existência de uma organização que lhes represente, defenda seus interesses e seja reconhecido juridicamente por parte da sociedade.

para a construção de um maior poder sobre a natureza e sobre a sociabilidade humana, coletivamente. Assim:

[...] O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Aqui o trabalho se impõe como condição ineliminável da existência humana: o

[...] trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição da existência do homem, independentemente de quaisquer formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1962 *apud* CHAGAS, 2009, p. 27).

Portanto, na busca de satisfazer suas necessidades imediatas e históricas – e só podendo fazê-lo pelo trabalho, pela produção material –, os homens se envolvem em uma sociabilidade que gera novas necessidades, para além das já imediatas, que cada vez mais aumentam com a produção dos próprios homens, aumentando, por conseguinte a população. Essa produção, pelo trabalho, da própria vida e da vida dos outros é marcada por uma dupla relação: de um lado, com a natureza; do outro, como relação entres os homens, de maneira a se organizar para levar a cabo a execução do trabalho.

[...] Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é ele próprio uma “força produtiva” – que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Diante do desafio de ter que garantir sua existência, os homens são compelidos ao trabalho, não agindo apenas individualmente, mas coletivamente, em cooperação uns com os outros, para transformar a natureza e a si mesmos e, assim, responder a suas carências. Essa cooperação ou divisão do trabalho que, a princípio, é marcada por disposições naturais – força física, necessidades, casualidades e outras – evolui para uma verdadeira divisão: aquela em que há a separação entre trabalho material (intercâmbio com a natureza) e trabalho espiritual (ato de planejar), marcado por um processo de relação entre os homens. Com base nas relações de existência – homem e natureza, consciência, relações sociais –, chegou-se à

emancipação da consciência, numa sociabilidade onde uns podem ficar livres do trabalho manual.

[...] a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se a construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-36).

Podemos juntar em um plano os homens e seus instrumentos, a forma de organização social determinada para a produção e a consciência desses homens em intercâmbio com a natureza e entre si. Estes três momentos podem entrar em contradição “[...] Porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade e até a realidade de que a atividade espiritual e material de que a fruição e o trabalho, a produção e consumo – caibam a indivíduos diferentes [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36). Essa divisão do trabalho gera contradições no momento em que permite a uns planejar e a outros executar o trabalho, pois, dessa forma, a distribuição da produção e também o consumo vão ser desiguais: dessa maneira está dada a propriedade privada. Esta é “[...] o poder de dispor da força de trabalho alheia. [...] divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que noutra é dito com relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Chegamos então ao modo de produção capitalista, no qual as circunstâncias impostas por essa forma de produção entram em contradição com a defesa dos ideais liberais de igualdade e liberdade, porque as condições concretas da existência dos homens, sob a economia burguesa, são incompatíveis com aqueles ideais, pois separa estes, liberdade pressupõe propriedade privada de forma ilimitada, e como toda riqueza vem do trabalho humano, isso significa que uma minoria vai se apropriar do trabalho alheio. Porém, é razoável que surjam, contra os liberais, os que pensam de forma contrária, afirmando que só é possível liberdade entre iguais e igualdade entre homens livres.

É nessa luta, por dentro do modo de produção capitalista, que surgem as primeiras organizações sindicais. No primeiro capítulo, buscaremos situar seu surgimento histórico desde as primeiras formas de resistência dos trabalhadores, que, no início, eram reações individuais, como roubo e assassinatos, passando para grupos que destruía as mercadorias estrangeiras e, depois, as máquinas, não esquecendo as organizações secretas e, finalmente, as formas mais evoluídas de organizações como os sindicatos e partidos. Veremos isso com Abendroth (1977), a “História Social do Movimento Trabalhista Europeu”; Engels (2010), “A

Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”; Engels (1988), “As Lutas de Classes na França”; Sagra (2010), “A Internacional – permanente combate contra o oportunismo e sectarismo”; Moreno (2003), “As Revoluções do Século XX”. Nesse primeiro capítulo, destacaremos ainda a concepção dos marxistas sobre os sindicatos, iniciando pelo próprio Marx, seguindo com Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Nessa introdução, ainda nos falta o desafio de explicar porque estudar a relação entre a atividade sindical e a práxis pedagógica.

Enquanto a sociedade se encontrar dividida em classes opostas - de um lado os capitalistas que monopolizam o conjunto dos meios de produção, a terra, as matérias-primas e as máquinas e de outro os operários - que trabalham e se encontram privados de toda a propriedade sobre os meios de produção e só dispõem de sua força de trabalho - e subsista esta organização social, a lei do salário seguirá sendo toda poderosa e reforçará cada dia mais as correntes que fazem do trabalhador um escravo do produto de suas próprias mãos, produtos que os capitalistas monopolizam. (MARX *et al.*, 2008, p. 85).

Há, portanto, uma lei, não uma lei natural como a força da gravidade ou a que rege os furacões, as tempestades e os terremotos, mas uma lei social, posta pela sociabilidade humana, a lei do salário, uma lei imposta pelas relações econômicas do domínio de classe, nas quais se define o salário mínimo para o trabalhador como o máximo que pode pagar o capitalista, pagamento por uma determinada jornada de trabalho ao operário por um determinado tempo, tudo na mais (im) perfeita relação entre proprietários e não proprietários, entre exploradores e explorados.

Os homens se unem para produzir suas condições materiais de existência, utilizam ferramentas, matérias-primas, força física, durante certo tempo de trabalho. Depois de todos os gastos, o que sobra é dividido entre os participantes, só que, de um lado, estão os donos das ferramentas e dos recursos naturais, dos meios de produção; do outro, os que só possuem a força física. Então, os primeiros impõem uma divisão “justa”, segundo eles, uma menor parte para os que só possuem a força de trabalho e como essa parte tende a diminuir cada vez mais, pois se aumentar diminui o lucro dos proprietários, surge assim uma luta aberta entre os dois lados, onde os proprietários partem com uma enorme vantagem e aos explorados só resta a união para fazer frente a essa força que os esmaga. “[...] conseqüentemente, os operários se unem para se colocar em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda do seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos [...]” (MARX *et al.*, 2008, p. 63).

Chegamos agora à atividade imediata dos sindicatos: impedir que o trabalhador ganhe menos que o necessário para continuar vivo, ou seja, para se reproduzir. Isso envolve, dentre outras reivindicações, aumento de salário, melhores condições de trabalho e menor

jornada de trabalho, pois há a necessidade, por parte do operário, de tempo fora do trabalho para comer, beber, dormir, descansar, enfim, repor as energias e até se dedicar a atividades do espírito, formação, lazer etc. Ora, se a luta sindical de uma determinada categoria for forte por sua organização e garantir maior salário e menor jornada de trabalho, os trabalhadores vão viver melhor, tanto material quanto espiritualmente. Tudo isso poderá ser canalizado para organizar, educar e mobilizar os trabalhadores para o enfrentamento das condições presentes, mais conscientes, com uma perspectiva do futuro, não de espera passiva, mas de construí-lo ativamente. Recorremos a Saviani para explicar o que é educação: esta “[...] coincide com a cultura enquanto conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.” (BOSI, 1992 *apud* SAVIANI, 2007, p. 27). Constatamos aqui o papel educativo que pode desenvolver a atividade sindical. Esta, mesmo não podendo romper com essa realidade por si só, indica o caminho, e não só isso: é também um dos elementos necessários para que em unidade com outras organizações dos trabalhadores ponha em marcha uma luta político-ideológica de superação dessa sociabilidade sustentada sobre a exploração humana rumo a uma organização social superior: a construção do socialismo, em alternativa a esta que está posta pelo capitalismo. Portanto, a atividade sindical traz na sua essência uma práxis pedagógica de possibilidade para a construção de um mundo melhor, onde as pessoas tenham o direito ao trabalho, à vida, à educação, aos bens produzidos pela humanidade.

No segundo capítulo, tentaremos definir o que é educação, partindo da atividade prática, da práxis material, para compreender a relação de determinação, de dependência e de autonomia entre teoria e prática, existência e consciência, enfim, onde se situa a educação na sociabilidade humana, especificamente na moderna sociedade produtora de mercadoria, da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado e, sobretudo, da contradição cada vez mais aguda entre as forças produtivas e as relações de produção, dentro da luta de classes.

No terceiro capítulo, enfocaremos o papel pedagógico das organizações sindicais na educação dos trabalhadores, no contexto da sociabilidade do capital em crise, em que a globalização, a reestruturação produtiva, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores contemplam o conjunto das necessidades do mercado para a preservação e a manutenção do sistema capitalista. Nesse contexto, as organizações sindicais são levadas normalmente a pautarem seu combate na imediatividade, de caráter economicista, ficando, portanto, nos limites da luta contra os efeitos e não combatendo as causas da real exploração a que é submetida a classe trabalhadora. Contudo, os sindicatos podem estar ou a serviço da classe

dominante, quando levam a cabo a conciliação de classe, ou na defesa da classe dominada, quando educam, organizam e mobilizam a classe para a ação direta, levando-a a confiar na sua organização, na sua força e na defesa dos seus interesses. Para isso, tentaremos demonstrar, por um lado, o processo de burocratização dos sindicatos atrelados aos governos e patrões; por outro, a resistência dos trabalhadores na busca de se organizar, forjando organizações, independentes, classistas e que têm com horizonte estratégico o socialismo. Desse modo, queremos colocar a importância das organizações sindicais para a luta dos trabalhadores e que, mesmo muitas vezes servindo à classe dominante, para conformar os trabalhadores à exploração, podem em certas circunstâncias transformar-se em um dos instrumentos na organização para a transformação da sociedade rumo à sociabilidade emancipada.

2 SINDICATO, MARXISMO, ATIVIDADE SINDICAL E PRÁXIS PEDAGÓGICA

Neste primeiro capítulo, buscaremos situar por dentro do modo de produção capitalista o surgimento das organizações dos trabalhadores, desde as primeiras formas de resistência, que, no início, eram reações individuais, como roubos e assassinatos, passando para grupos que destruíam as mercadorias estrangeiras e, depois, as máquinas, bem como as organizações secretas que tentavam tomar o poder através de golpes de surpresa até as formas mais evoluídas de organização, como os sindicatos e os partidos operários. Depois, faremos um estudo sobre a concepção de sindicato para o marxismo e sua práxis pedagógica para a educação dos trabalhadores.

2.1 Pressupostos históricos dos Sindicatos

No marco da evolução da espécie humana, a capacidade de se organizar para enfrentar as adversidades impostas pela natureza e os desafios forjados pela própria existência humana asseguram que é só na coletividade que é possível a manutenção da vida e suas constantes evoluções, como também a compreensão da história da humanidade. Porém, isso por si só não dá conta da enorme distância que separa a coletividade ou a sociabilidade dos homens das associações das formigas e das abelhas e de tantos outros animais. O marco diferencial entre uma e outra é levada a cabo pelo trabalho, a capacidade que a espécie humana tem de se por em movimento, de, em contato com a natureza, transformá-la para atender suas necessidades através da produção de objetos.

Essa ação se diferencia das dos outros animais pelo fato de antes ter sido projetada na cabeça, com base em abstrações do mundo real e da prefiguração nas ideias do projeto a ser executado, que, depois de ter sido realizado, ganha independência em relação ao sujeito, podendo ser conservado, desenvolvido e transformado ao longo da existência humana, isto é, ser submetido ao desenvolvimento histórico. Assim foi a roda, que imprimiu rapidez e comodidade ao movimento e ao transporte; o arado, que potencializou a agricultura; as embarcações, que permitiram as grandes navegações; a máquina a vapor, que proporcionou o desenvolvimento industrial.

Definindo o trabalho como o centro da organização social e que dele se originam outros complexos que são determinados e também determinantes numa perspectiva do materialismo histórico-dialético, isto é, considerando a existência material dos homens ao longo do tempo e suas contradições advindas dos conflitos entre interesses opostos das classes

sociais que conduzem inevitavelmente às transformações, é que tentaremos compreender o surgimento das organizações humanas, o que são e o porquê de sua existência dentro de um determinado espaço e tempo histórico. Aqui, destacaremos a organização “Sindical” concernente ao caráter pedagógico de sua atividade, que não é simplesmente dizer o que é, sendo necessário contextualizar seu surgimento, sua importância e, sobretudo, sua função dentro da sociabilidade humana na modernidade.

Prescindindo da história, como vivia os homens na antiguidade, na idade medievá até o renascimento, século XV, aproximadamente, e partindo da modernidade nos séculos XVII e XVIII, mas sendo, ao mesmo tempo, obrigados a estabelecer uma rápida comparação com a forma como os homens se organizavam nos respectivos períodos anteriores à moderna organização de produção, veremos que a situação dos homens modernos sob o jugo da burguesia liberal coloca-os em situações muitas vezes piores. Nas palavras de Engels (2010, p. 155),

[...] o escravo, pelo menos, tinha assegurada sua existência graças ao interesse do seu senhor; o servo da gleba, pelo menos, dispunha de um pequeno pedaço de terra, do qual vivia; ambos tinham garantido, pelo menos, a sobrevivência pura e simples; mas o proletariado está abandonado a si mesmo e, ao mesmo tempo, está impossibilitado de empregar sua força de modo a valer-se dela para viver.

Entre o servo e o senhor feudal, os costumes ou leis baseadas nesses costumes regulavam as suas relações. Agora, entre o operário livre e seu patrão, existem leis que não são observadas, pois nem estão ligadas aos costumes como também não são de interesse do patrão, estando sob o jugo do patrão que o explora e o vê como uma máquina, só resta ao operário ou se entregar e desistir de sua condição humana, ou lutar. É, pois, sobre essa história da luta do proletariado contra seus exploradores que trataremos.

Os sindicatos surgem e se desenvolvem por dentro do modo de produção capitalista por reformas econômicas e políticas, sobretudo numa época de livre concorrência e de lutas do proletariado contra a burguesia. Nesse período, os Estados Nacionais estão consolidados com seus governos, seus regimes e o aparato repressor e ideológico. Existem duas classes que se destacam pelo seu papel na produção: o proletariado, que só possui sua força de trabalho, e a burguesia, detentora dos meios de produção. Portanto, duas classes antagônicas. É bem verdade que, nos primórdios, na época das revoluções burguesas, quando a burguesia ainda lutava para se impor como classe dominante, não havia ainda essa definição clara de classes e de interesses antagônicos, vindo a ocorrer somente mais tarde, em uma época de livre concorrência, em que não mais a burguesia trazia consigo o gérmen da

revolução, cabendo ao proletariado assumir essa tarefa, pois, diante da livre concorrência, só quem é livre é o capital, que submete os homens a uma existência cada vez mais degradante.

Conceituar sindicato passa também pela necessidade de situá-lo, já que afirmamos anteriormente a existência de duas classes antagônicas, uma proletária, sem propriedade, e a outra, detentora dos meios de produção. Numa organização social no interior da qual uma minoria domina, por possuir os meios de produção, e uma maioria é submetida ao domínio, por estar despossuída. Isso pressupõe determinadas condições de relações entre os indivíduos e também entre as classes sociais, como ainda a existência de organizações e de ideias, já que o pensamento está ligado ao mundo real e aos interesses materiais de existência e, ao mesmo tempo, aos instrumentos necessários para sua realização.

Para tanto, falaremos no momento, brevemente, de três correntes de pensamento que marcaram, sobretudo, o século XIX, na Europa, berço do capitalismo e das primeiras associações de trabalhadores, que depois deram origem aos sindicatos e também aos primeiros partidos operários da história do proletariado mundial. Uma das correntes foi o anarquismo que, em nome dos princípios eternos de emancipação da classe operária, eram contra qualquer forma de Estado, não só o burguês, mas também contra o Estado operário e pretendiam destruir o capitalismo, mas manter a propriedade privada e o mercado. Outra corrente muito forte, que resiste ao tempo e ainda hoje marca profundamente a política, é o idealismo, que em seu tempo sustentava que o Estado burguês junto com a democracia burguesa, principalmente pelo sufrágio universal – embora seja conhecida a resistência dos liberais em permitir a universalização dos direitos políticos, quando restringia o sufrágio, quando proibia a existência das organizações sindicais e etc., e, somando a tudo isso, o desenvolvimento da maquinaria junto à produção material – levaria a humanidade ao paraíso, onde correria leitões de leite e mel (ARCARY, 1995). Por fim, o marxismo, que deu um combate tenaz a essas duas correntes. Contra o anarquismo, o marxismo defende, sim, que os trabalhadores precisam se organizar sindical e politicamente e construir o Estado operário para se proteger dos ataques da classe inimiga. Já contra os idealistas, mesmo aceitando que o Estado burguês e o sufrágio universal foram uma conquista da luta de classes, os marxistas afirmavam a necessidade de superação desse Estado por outro, um Estado operário transicional rumo ao socialismo e finalmente uma sociedade sem classes, sem propriedade privada e sem Estado.

Tudo o que colocamos até aqui precisa ser mais bem detalhado, o que faremos, porém, mais adiante. O que nos move nesse primeiro momento é tentar responder o que é sindicato e qual a concepção de sindicato para o marxismo. Com esse intento, chamaremos a história como ferramenta e daremos um mergulho até os primórdios do movimento operário.

Sendo preciso, portanto, ir ao surgimento do sistema de produção capitalista, à revolução industrial, à definição das classes sociais, às batalhas travadas entre essas classes, tanto à resistência armada nas barricadas quanto ao combate ideológico levado a cabo pelo proletariado contra a burguesia. Como muito bem afirma Marx, a história da humanidade pode ser resumida na história da luta de classes, e é na luta de classes que buscaremos validar nossas definições de sindicato, como também que sindicato o marxismo concebe para defender os interesses do proletariado, tanto os interesses imediatos como os mediatos, ou seja, que tipo de organização pode servir para dar o combate econômico, mas que também sirva como instrumento político que encampe a luta pelo poder da classe operária.

Depois do acúmulo de riquezas resultantes ao longo de vários séculos das cruzadas (séc. XII e XIII), do renascimento comercial (séc. XIV e XV) e das grandes navegações (séc. XV e XVI), o velho mundo pôde finalmente iniciar o movimento e avançar no desenvolvimento de um sistema de produção que superasse as velhas oficinas medievais que produziam somente o necessário para o consumo de subsistência. A manufatura, forma precursora do sistema capitalista –, que, inicialmente, tinha, sob a direção de um capitalista, diversos artesãos e operários não qualificados produzindo mercadorias diversificadas num mesmo local – passou por um processo de evolução, reunindo agora não mais diversos artesãos e sim artesãos de igual ofício com um sistema de cooperação, no qual cada profissional executava parte do trabalho. Em outras palavras, o campo de trabalho foi decomposto em várias partes isoladas e avulsas, visando reduzir custos e aumentar os lucros pela menor participação dos operários no trabalho total das mercadorias.

Nas duas formas de manufaturas, existiam enormes barreiras de realizações profissionais para os artesãos. Contudo, na forma menos evoluída, havia esperança por parte dos operários de um dia se tornar um profissional e dono de sua própria oficina. Já no modo cooperativo, compartimentado, essa independência do aprendiz ou do próprio mestre de oficina tornou-se quase impossível. Isso levou as associações de aprendizes a colocar na ordem do dia uma luta imediata pelas condições de trabalho e de vida como também um combate a essas barreiras à independência. É bem verdade que nessa luta imediata houve exigências por algo mais avançado, porém não representou um movimento organizado e contínuo. Essa forma mais evoluída de produção desfigurou a unidade do trabalho dos operários, ou seja, com essa divisão social do trabalho ocorreu também a divisão do trabalhador que não mais compreende o sentido total do processo de produção e, por não dominá-lo, sujeita-se à ordem exterior, ao seu ser agora subjugado por um poder que lhe é estranho.

Na manufatura, tanto na produção autônoma como na forma decomposta, havia uma subjetividade na produção das partes para chegar ao todo, porém na revolução industrial, no final do século XVIII, veio uma objetividade ao extremo pela introdução das máquinas na divisão do trabalho, onde os operários se defrontavam com as condições de produção já pré-estabelecidas. As máquinas, centro dessa revolução, que reunia em um só “corpo” vários instrumentos, pôde dispensar grande parte da mão de obra adulta e masculina, que, por sua vez, foi substituída por mulheres e crianças, causando terríveis problemas sociais a toda a população da Europa, que pôde vivenciar as primeiras décadas do século XIX do desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento do processo de produção capitalista, no início da industrialização, foi marcado pelo uso intenso das máquinas, pois isso alimentava diretamente a fome dos capitalistas por lucro, ao mesmo tempo em que se elaboravam maiores ataques às condições de vida dos trabalhadores, que, por sua vez, passaram cada vez mais a se organizar para resistir e combater esses ataques. Nessas condições, a máquina se impôs, trazendo consigo o aumento da jornada de trabalho e sua intensificação, não mais ao ritmo humano, mas ao das máquinas. Antes da introdução das máquinas, existiam divergências nos interesses, porém o sistema da manufatura – no qual os operários trabalhavam ao seu ritmo e não estavam submetidos ao das máquinas – ainda era suportável, mesmo havendo disputas por salários e jornadas, disputas que proporcionaram aos trabalhadores o início da compreensão das contradições de seus interesses com os de seus patrões.

Agora, com o contingente de máquinas operando, além de colocar os trabalhadores como simples executores e eliminando-os do processo de criação, joga-os ao desemprego, criando uma enorme massa de desempregados, reduzindo o valor da mão de obra, forçando a procura por emprego em outros ramos e em piores condições. Diante dessa situação, a primeira reação dos trabalhadores foi a destruição das máquinas ou impedir seu funcionamento. Contudo, depois de vários confrontos, as máquinas se estabeleceram e os trabalhadores compreenderam que não eram as máquinas e sim os seus fins que deveriam ser combatidos, e é claro que para isso foi preciso um processo de educação, forjado na luta ao longo de muitos anos de intensos confrontos entre operários e industriais.

É aceitável a reação dos trabalhadores diante de tão brutal situação causada pela implantação das máquinas no início da industrialização, levando-os a eleger as máquinas e as mercadorias vindas de outros lugares como inimigos, pois há de se considerar o nível de educação dos operários como também, à época, uma degradação moral imposta por esse novo sistema de produção, que não só os humilhava ao forçá-los a vender sua força de trabalho a

preço irrisório para se manterem vivos. Como se não bastasse, eram obrigados ainda a aceitar que suas mulheres e filhos também fossem submetidos à exploração, pois somente sua força de trabalho não era bastante para manter a família. Diante de tamanha desagregação social e vendo seus filhos sem oportunidade de estudar, portanto, tendo como futuro a miséria e a humilhação às quais os pais eram submetidos, a resistência a esse estado de coisas foi se consolidando cada vez mais entre os operários.

Combater uma legislação e a ideologia baseada em conceitos de direitos naturais racionais – que vinha, desde a idade média, privando os trabalhadores do direito de decidir sobre em que condições de trabalho e de vida eles mesmos pudessem de forma livre e solidária usufruir dos bens que produziam – ainda não estava colocado no horizonte. Porém, a ideia de resistir de forma organizada em associações para se fortalecer frente a essas brutais condições de vida já era clara na cabeça da classe operária, que já se via diferente da classe burguesa.

Tendo em comum a ideia de que a liberdade e a igualdade na sociedade só seriam garantidas pela manutenção da propriedade privada e da livre concorrência entre os produtores, tanto os defensores dos direitos naturais racionais como os liberais clássicos operavam contra o direito de associação dos operários, pois essa união, essa força, só poderia ter como resultado o prejuízo dos demais, ou seja, dos proprietários.

Logo, alguns operários mais abnegados perceberam que para superar essa situação seria preciso reivindicar o mesmo direito para todos os cidadãos concernentes ao poder político, pois, dessa forma, o Estado não estaria a serviço de uns poucos, sendo forçado a estender aos trabalhadores, dentro dos mesmos princípios baseados nos direitos naturais, a liberdade. Porém, os operários não haviam ainda aprendido as suas próprias reivindicações para se diferenciarem dos democratas burgueses radicais. Assim, fora da França, é na Inglaterra, precisamente com os aprendizes de ofício e os operários, que a revolução francesa vai encontrar os mais fortes defensores de seus ideais, que vão promover duros combates em defesa da solidariedade internacional, pela democracia e pelos direitos humanos ao se enfrentarem com a união das potências europeias que pretendiam derrotar a revolução francesa.

Segundo Abendroth (1977), com base na leitura de Thomas Paine², na obra “Os direitos do homem”, é possível compreender que os trabalhadores entenderam o pensamento democrático baseado nos direitos naturais. Foi então que um sapateiro londrino, Thomas

²Thomas Paine foi um pensador britânico que participou ao longo de sua vida das intensas transformações que marcaram a passagem do mundo moderno ao contemporâneo (século XVIII e XIX).

Hardy³, fundou, em 1792, a primeira das associações correspondentes. Em pouco tempo, já eram milhares dessas sociedades formadas por trabalhadores, que, com seus objetivos, atraíram a simpatia de parte da burguesia industrial, sobretudo à época do bloqueio continental⁴.

No final do século XVIII, em Londres, houve levantes contra George III e o primeiro ministro Pitt, exigindo o fim da guerra contra a França. Essas lutas continuaram até a sublevação da frota de guerra, em 1797, e essas lutas só foram derrotadas com a suspensão da lei de *habeas corpus* (1794), com a proibição dos clubes de debates, em 1799, e os atos de combinação, de 1799 e 1800, que puseram fim ao direito de criar associações sindicais.

Na revolução francesa, mesmo esta tendo à frente as camadas plebeias, aprendizes de ofício e a classe operária, os ideais predominantes eram canalizados, na sua maioria, para os interesses burgueses, pois, mesmo diante da ditadura revolucionário-plebeia dos jacobinos, foi possível impor as eleições democráticas pela constituição de 1793. Contudo, ainda não era possível a independência social e política dos trabalhadores frente aos interesses pequeno-burgueses. Não foi possível ter força para revogar o decreto de 1791, que proibiu todas as associações de operários e aprendizes como um “atentado à liberdade”, ou seja, continuava imperando o direito à propriedade privada na máxima declaração, a *Declaration des Droits de L'homme et Du Citoyen* (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), interpretada de forma individualista.

Quando finalmente a burguesia assume o controle da revolução, impondo aos trabalhadores o fim das atividades políticas, em outubro de 1795, ainda houve uma última resistência por parte da sociedade secreta *Conspiration dès Égaux* (Conspiração dos Pares, de 1796) liderada por Babeuf⁵. Porém, essa organização foi destruída e Babeuf, executado. No entanto, a história dessa conspiração teve sua publicação em 1828 por Buonarroti⁶ e se tornou fundamento teórico de grande valor não só para as organizações secretas dos revolucionários, mas também para a classe trabalhadora na época da monarquia, sendo que, agora, sua influência já ecoa para além dos limites da França.

³Thomas Hardy (1752-1832) nasceu em Larbert, na Escócia, e foi um dos líderes da “Sociedade dos Correspondentes”.

⁴ Proibição comercial na qual Napoleão decretou que todos os países do continente europeu estavam proibidos de negociar com a Inglaterra e de receber navios ingleses em seus portos (1806-1812).

⁵François Noël Babeuf (1760-1797), conhecido como Babeuf, foi um revolucionário francês. Ele morreu guilhotinado em maio de 1797 por participação na Conspiração dos Pares.

⁶Filippo Giuseppe Maria Ludovico Buonarroti, mais conhecido como Philippe Buonarroti (1761-1837), teórico italiano socialista e revolucionário que teve participação na Conspiração dos Pares.

A revolução francesa à sua época pôde colocar as premissas fundamentais para o desenvolvimento do movimento trabalhista europeu. A construção da consciência da necessidade da democracia política, da solidariedade internacional na luta em defesa dos direitos humanos, a experiência adquirida pelos conflitos sociais entre a burguesia e a classe trabalhadora diante de interesses tão antagônicos fizeram vir à tona as primeiras evidências da necessidade de que a sociedade deveria ser transformada e isso veio a influenciar as organizações trabalhistas, não só na França, mas também na Inglaterra, como um elemento qualitativo, pois essas organizações mudaram ao não mais considerarem a propriedade privada dos meios de produção como sendo um direito sagrado e lógico da sociedade econômica.

Podemos ver que tanto sob o domínio burguês como na monarquia napoleônica foi possível o desenvolvimento do novo modo de produção que se expandiu não só na França, mas também na Alemanha. Essa nova forma econômica fortalecia tanto o poder econômico da burguesia como a posição do operariado industrial no seio das camadas da plebe. Apesar da restauração, era inevitável um assalto político por essas duas classes, que sendo ignoradas pela realeza, que não podia mais voltar à estrutura social de antes da revolução, mas se negava a reconhecer as novas classes, forçando a burguesia a avançar para uma posição liberal, o que não era possível fazê-lo sozinha, sendo obrigada a levar consigo a classe operária. Nesse momento da história, duas classes já antagônicas se unem contra um inimigo comum, porém, a burguesia não media esforços para controlar os avanços da consciência dos trabalhadores, pois sabia que seu poder ou seu controle sobre a classe operária passa, sobretudo, pelo domínio de sua consciência.

O desenvolvimento industrial na Inglaterra assegurou uma posição mais confortável à burguesia que conseguiu se aliar ao proletariado em torno de bandeiras democráticas, como reforma eleitoral, para que pudesse avançar seu domínio no campo político e expandir a moderna economia. Nessa perspectiva de aliança, a classe operária viu a possibilidade do retorno às reivindicações sociais e impôs a revogação da proibição ao direito de associação, em 1824, tirando da clandestinidade os sindicatos que lutavam na ilegalidade. O antagonismo das classes, uma que detém o poder político e outra que detém o poder econômico, permitiu o retorno ao direito de associação dos operários. É bem verdade que, à época, as classes dominantes não viam mais tamanho perigo nessas associações. Porém, depois de vir à legalidade, veio uma onda de greves, que obrigou novamente as classes dominantes a rever essa concessão. Contudo, não era mais possível acabar com esse direito conquistado pelo proletariado inglês.

Dessa forma, o direito à associação se estabeleceu não só para sustentar e desenvolver a moderna economia burguesa, mas, sobretudo, para a perspectiva de superá-la. Esse horizonte se vislumbrava quando os operários associados conseguiam assegurar algumas vantagens conquistadas em época de bonança da economia, mesmo em períodos de crises comerciais.

Teorias como as de Robert Owen⁷ e de William King⁸ – que serviam de base ao movimento e, em conjunto com as necessidades da nova era industrial, exigiam trabalhadores qualificados e treinados, logo, melhor remunerados e, ainda, a disputa da burguesia com a aristocracia agrária por maior liberdade nas eleições – permitiram que cooperativas e sindicatos se juntassem na luta pela sua expansão conjunta.

Owen não criou uma teoria com vista à luta de classe. Ele acreditava que era possível, por meio das cooperativas de produção, superar as modernas empresas capitalistas e, ainda, conquistar os empresários para seus planos. Não só Owen, mas também Saint Simon⁹ acreditavam que era possível a construção de um novo mundo moral (*new moral world*) pela perfeita harmonia entre as classes, pois acreditavam nos interesses comuns das classes dos industriais com os dos latifundiários e do Estado. Porém, tão logo os sindicatos mais fortalecidos trouxeram à tona as contradições e os antagonismos da moderna economia capitalista, passam de aliados a inimigos, tendo sua grande federação destruída junto com as ideias de produção cooperativa.

A perseguição a membros dos sindicatos levou-os a atuar no anonimato, o que permitiu ao poder público atacá-los, acusando-os de conspiradores secretos. Esse duro golpe, na grande união nacional culminou no seu esfacelamento, só deixando existir pequenas organizações, aquelas que organizavam os operários qualificados e melhor remunerados. Já os sem qualificação e baixa remuneração se dispersaram. Dessa maneira, a história comprovou pelos fatos que a harmonia entre as classes antagônicas, como acreditavam Owen e Simon, não podia se efetivar na prática.

⁷Robert Owen (1771-1858) foi um reformista social escocês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Teve origem modesta, pois era filho de artesãos, mas aos trinta anos se tornou sócio e diretor de uma indústria de fiação. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos. Propôs a instituição de colônias fundadas na comunidade de bens e patrocinou a criação dessa estrutura na América do Norte. Influuiu no progresso das ideias dos operários ingleses, defendeu inovações pedagógicas como jardim de infância, escola ativa e cursos noturnos.

⁸Dr. William King (1786-1865) foi um britânico médico e filantropo. Ele é mais conhecido como um dos primeiros do Movimento Cooperativo.

⁹Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825), era filósofo e economista francês, um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico.

Aos poucos, tornou-se perceptível aos trabalhadores que não era possível assegurar melhores condições de vida somente pela luta econômica imediata, embora esta seja necessária. Contudo, para avançar, os trabalhadores se voltaram novamente para reivindicar o direito ao voto, que todos os homens pudessem votar e transformar a Inglaterra numa democracia. Nessa nova fase, surgiram associações como a Associação dos Homens Trabalhadores de Londres (*Londones Working Men's Association*), que foi responsável pelo programa da nova fase do movimento trabalhista inglês, de onde saíram as reivindicações da Carta do Povo (*People's Charter*), em 1838.

A crise comercial e o desemprego em massa de 1839 a 1843 deram visibilidade a esse movimento do *charter*. Contudo, depois de ter rejeitado uma petição nacional pela Câmara dos Comuns, formulada através de um abaixo-assinado em prol da *People's Charter*, esse movimento dividiu dois grupos de liderança: o Partido da Força Moral (*Moral Force Party*), que era adepto de alianças com os liberais da burguesia industrial inglesa; o Partido da Força Física (*Physical Force Party*), que defendia as greves de massa, como forma de luta decisiva. Essa divergência impossibilitava qualquer ação de unidade entre esses dois partidos. Uma onda de greves em massa surpreendeu ambos os partidos, em 1842, sem qualquer plano organizacional, e, com uma nova petição, reunindo 3,3 milhões de assinaturas, forçou o parlamento, pela expressão do movimento, a fazer concessões sociais e políticas, como a lei da mineração.

O fim dos impostos de importação do trigo, em 1846, significava uma derrota dos latifundiários para a burguesia industrial e, ainda, o medo das classes dominantes de que o movimento do *charter* se levantasse novamente. A lei das dez horas há tempos era reivindicada pelos sindicatos e pelos seguidores do *charter*. Essa meta econômica veio, em 1847, como resultado do último levante em massa dos charteristas, pois, depois dos grandes levantes em massa, em abril de 1848, e da derrota da revolução no continente, esse movimento sucumbiu.

Marx faz algumas considerações sobre essa redução da jornada de trabalho. Uma delas é que essa redução tem como causa principal a luta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, na qual os operários ingleses foram a vanguarda dessa classe; a outra, não menos importante, é que, para Marx, essa lei representou a primeira grande vitória da economia política dos trabalhadores sobre a classe dominante, porque os trabalhadores, pela força de sua organização, tinham forçado o Estado a promulgar uma lei contra seus próprios interesses e em favor do proletariado, impedindo que esses, por contratos voluntários, vendessem a si próprios e sua geração para a escravidão e a morte.

O movimento trabalhista inglês, com presença ativa entre as duas revoluções de 1830 e 1848, serviu de referência para a classe trabalhadora do continente, pois, com os resultados através das organizações sindicais, era possível arrancar concessões econômicas imediatas e melhorar as condições de vida e o nível educacional da classe operária.

Esse poder da mobilização do proletariado que forçava o poder público a reconhecê-los, garantindo-lhes direitos, embora de forma obrigada, contrapunha-se totalmente às ideologias do direito natural, contrário à luta de classe, pois a própria luta pôs abaixo o paradigma de que as organizações eram todas dadas “naturalmente”, demonstrando que essas organizações são fruto das relações sociais, sendo, portanto, passíveis de mudanças pelos próprios seres sociais que as constituíram, os homens.

Com todas essas lutas, a classe operária francesa ainda não havia evoluído no sentido de elaborar para si um programa próprio independente. Um exemplo foi a derrota das greves dos tecelões de seda, em Lyon, entre 1831 e 1834, sem maiores esforços da burguesia capitalista. Mesmo havendo certa atuação das sociedades secretas, antes da revolução de 1830 só foi possível evidenciar os interesses contrários entre o povo e a burguesia por parte dessas sociedades secretas no período do reinado burguês de Luis Felipe. Assim, dessas sociedades democrático-revolucionárias secretas, como formulou Louis Blanc¹⁰ em “História dos Dez Anos”, surgiram a Sociedade dos Amigos do Povo”, a “Sociedade das Famílias” e mais a de Louis-Auguste Blanqui, a “Sociedade das Estações”.

[...] O objetivo comum de todas essas agremiações secretas era conquistar o poder político pela violência, por intermédio de um grupo de conjurados organizados rigidamente, e libertar a classe operária que vivia da venda de sua força de trabalho. A ditadura revolucionária dos conspiradores vitoriosos deveria assegurar a educação do povo para a democracia e a sua cooperação numa sociedade econômica utópico-comunista. (ABENDROTH, 1977, p. 23).

Essas organizações secretas, cada vez mais, iam incorporando proletários em suas fileiras, e suas ideias internacionalistas permitiam a aproximação de operários emigrantes revolucionários, assim como os que fizeram parte da União dos Párias e na União dos Justos.

Quanto mais a indústria francesa se desenvolvia, mais se evidenciavam as contradições entre a burguesia financeira, a burguesia industrial e o proletariado. Na política

¹⁰Louis-Auguste Blanqui (1805-1881), teórico e revolucionário francês, comunista utópico que defendia a estratégia do golpe. Organizador de sociedades secretas e clubes populares, eleito membro da comuna. Lutou pelo sufrágio universal, pela igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e pela supressão do trabalho infantil. Pela defesa de seus ideais, passou 36 anos da sua vida na prisão, sendo por isso conhecido pelo cognome de “O Encarcerado”.

legal, quem atuava era a aristocracia financeira governante e, na oposição, a burguesia industrial e letrada, ficando de fora os trabalhadores por conta do direito eleitoral existente.

Os ventos da revolução de 1830 fizeram surgir as primeiras grandes greves dos tecelões em Lyon em 1831 e 1834, as atuações das organizações secretas, com ideias internacionais, nas quais atuavam exilados, emigrantes revolucionários e operários-aprendizes que tinham como fim a tomada do poder através da violência levada a cabo por uma minoria organizada e consciente, em prol da maioria inculta e explorada. Tudo isso colaborava no sentido do esperado realmente se encaminhar à medida que os trabalhadores fossem conquistando espaço político, seguissem os métodos das barricadas, dos golpes de surpresa, a exemplo do que foi a inconfidência de Babeuf. A esperança que tudo poderia se resolver pela implantação de uma ditadura democrático-revolucionária alimentava preparativos constantes de golpes – comprova-se com a insurreição de maio de 1839, a revolução de fevereiro, de 1848, e a Comuna de Paris, em 1871.

Auguste Blanqui, líder dos levantes de 1839 que, de certa forma, inspirava-se na conspiração dos iguais, passou, até sua morte em 1881, 36 anos de sua vida preso, o que lhe rendeu o apelido de “O encarcerado”, como foi dito, e também um enorme prestígio junto ao operariado francês, enquanto Glacchus Babeuf, líder da Conspiração dos Iguais, movimento radical que se inspirava nos métodos de luta da Revolução Francesa, foi guilhotinado junto a muitos de seus seguidores, em 1797. A união dos justos, que antes era união dos exilados, de origem alemã, participara desse golpe em 1839 que, ao ser derrotado, forçou alguns de seus líderes, como Karl Schapper, Heinrich Bauer e Joseph Moll¹¹ a fugirem para a Inglaterra, onde fundaram, em 1840, uma Associação Alemã para a Educação dos Trabalhadores, que passou a aceitar operários de outras nacionalidades e, assim, permitindo o desenvolvimento do movimento trabalhista internacional, a exemplo da Associação Comunista para a Educação dos Trabalhadores, que existiu até 1917.

Ao mesmo tempo em que comunistas conspiradores buscavam autonomia para produzir sem o jugo dos proprietários capitalistas e organizavam a classe operária para os embates contra a burguesia, a indústria capitalista alterava o quadro social na França, fazendo aparecer muitos teóricos que faziam oposição aos domínios da economia liberal. Dessa

¹¹Karl Schapper (1812-1870) foi um líder socialista alemão, Heinrich Bauer, um sapateiro, líder da Liga dos Justos. Quando a Liga dos Justos foi alterada para a Liga dos Comunistas, Heinrich Bauer tornou-se um membro da Autoridade Central dessa Liga Comunista. Joseph Moll (1818-1849), líder operário alemão e revolucionário, foi um pioneiro do movimento operário alemão e uma figura no socialismo alemão logo cedo. Moll foi ligado a Karl Marx.

maneira, podemos encontrar em Charles Fourier¹² discordância com as grandes empresas que, na sua filosofia social, defendia as pequenas empresas funcionando como cooperativas – enquanto Conde Saint-Simon, defensor da grande indústria e de um planejamento conjunto entre capitalistas industriais e operários, levanta-se na defesa da burguesia, reconhecendo que quem produzia realmente eram os capitalistas e que os operários eram parasitários.

Em Louis Blanc¹³, podemos ver a defesa do direito ao trabalho e à organização do trabalho, que ecoou como *slogan* dos primeiros levantes independentes dos operários parisienses de fevereiro a junho de 1848. Depois dos acontecimentos decisivos deste ano foi que as teorias de Pierre Joseph Proudhon sobre a organização do crédito e do mutualismo conseguiram influir na autocompreensão da classe operária francesa.

Os trabalhadores, que, com a crise econômica de 1847, tinham percebido a importância de assegurar o direito ao trabalho pelo poder do Estado, também entenderam com a revolução de fevereiro de 1848, com suas próprias experiências, que Blanqui já havia evidenciado seus interesses antes deles próprios e que as oficinas sociais de Louis Blanc, assim como as associações produtoras, com ajuda estatal de Ferdinand Lassalle¹⁴, não respondiam às exigências colocadas pela necessidade da classe operária. Aqui, tanto a política creditícia garantida por um banco público, visando ao ordenamento pacífico das relações entre as classes e a política das oficinas estatais que visavam a convivência harmoniosa entre as classes antagônicas, não vingaram.

Dois momentos demonstraram isso ao proletariado europeu. O primeiro foi depois das eleições para a assembleia constituinte, no qual os trabalhadores, na tentativa de salvar a meta da revolução, levantaram-se para exigir do parlamento e do governo apoio à revolução polonesa, mas tiveram como resposta a negativa, pois os democratas pequeno-burgueses e os republicanos burgueses, não tinham interesse algum em declarar guerra a seus aliados de classe. Assim, o levante foi derrotado e os líderes conspiradores, aprisionados, inclusive August Blanqui.

O outro acontecimento foi o decreto de 21 de junho de 1848 que – ao deixar de fora das oficinas estatais os trabalhadores solteiros e jovens, sendo que estes haviam lutado no

¹²François Marie Charles Fourier (1772-1837) foi socialista francês da primeira parte do século XIX, um dos pais do cooperativismo, um crítico ferrenho do economicismo e do capitalismo de sua época e opositor da industrialização, da civilização urbana, do liberalismo e da família baseada no matrimônio e na monogamia.

¹³Louis Blanc, nome de batismo Louis Jean Joseph Charles Blanc (1811-1882), foi socialista utópico francês, com importante participação na Revolução de 1848, quando suas ideias foram colocadas em prática devido à associação entre liberais e socialistas com o objetivo de derrubar a monarquia.

¹⁴Ferdinand Lassalle (1825-1864), considerado um precursor da social-democracia alemã, contemporâneo de Karl Marx, com quem esteve junto durante a Revolução Prussiana de 1848. Combativo e ativo propagandista dos ideais democráticos.

exército – empurrou os operários parisienses a uma rebelião espontânea e, depois de 5 dias de luta, não só a revolução francesa como também a europeia havia se decidido, ao forçar toda burguesia liberal da Europa a fazer as pazes com a reação feudal e aclamar o massacre cometido pelo general Cavaignac¹⁵ de mais de três mil operários presos.

Karl Marx, em 1850, no livro “As lutas de classes na França” faz um relato sobre a evolução dos primórdios do movimento trabalhista francês. Em o “18 Brumário de Luis Bonaparte”, em 1852, seu autor analisa as consequências da derrota da revolução de 1848, quando a burguesia liberal viu-se obrigada mais uma vez a promover um golpe, já que o havia feito quando pôs fim à primeira república (1792-1794) com Napoleão Bonaparte I, instituindo o primeiro império.

A história se confirma quando novamente a burguesia, na segunda república (1848-1852), não consegue conter os avanços do proletariado, que, nesse período, impõe duas derrotas aos interesses burgueses: redução da jornada de trabalho de doze para dez horas e o direito ao trabalho. Diante de uma instabilidade crescente, a burguesia liberal e a nobreza conduziram ao poder um personagem, segundo Marx, medíocre e grotesco, para desempenhar um papel de herói – Napoleão III, sobrinho de Napoleão I–, instituindo, assim, o segundo império (1852-1870), pondo fim à segunda república. Porém, tanto a situação objetiva como a subjetiva, ou seja, as relações de produção entre proletariado e burguesia liberal, como também os interesses dessas duas classes condicionadas historicamente pelo modo de vida sob as circunstâncias do novo modo de produção capitalista, colocam-nas cada vez mais em choque diante de interesses irreconciliáveis.

Marx, ao fazer essa analogia, surgia como um intelectual que se valeu da filosofia, da história e da economia existente na Europa, posta pelas condições materiais das forças produtivas e das relações de produção entre as classes sociais, para elaborar um novo método científico para se apropriar o máximo possível da compreensão do real.

Esses estudos sinalizavam as experiências dos primórdios da organização dos trabalhadores na Alemanha, que, por estar em atraso em relação à Inglaterra e à França, devido ao seu pouco desenvolvimento na indústria, só podiam avançar em contacto com as organizações operárias desses países mais desenvolvidos. “O entrosamento contraditório do atraso econômico e social do próprio país com os processos sociais e intelectuais nos países europeus vizinhos bem mais adiantados teve grande significação para o desdobramento das idéias teóricas da classe operária.” (ABENDROTH, 1977, p.26).

¹⁵General Louis Eugène Cavaignac (1802-1857) nasceu em Paris. Era um obscuro general do exército. Seu principal papel em 1848 foi esmagar a insurreição dos operários parisienses durante os dias de Junho.

Essas desigualdades no desenvolvimento intelectual promovidas pelas condições concretas colocavam, na primeira metade do século XVIII, a superioridade do racionalismo francês sobre a filosofia inglesa e, em poucas dezenas de anos depois, já levava a literatura clássica e a filosofia idealista alemã à condição de supremacia sobre o movimento intelectual francês contemporâneo. Esse intenso movimento, promovido pelo moderno modo de produção, foi o que condicionou o apogeu intelectual da burguesia europeia.

O movimento trabalhista alemão não tinha um significado político-econômico prático semelhante aos vivenciados pela Inglaterra e pela França. Por isso,

Foi justamente a insignificância prática do movimento trabalhista alemão na primeira metade do século XIX que possibilitou a Karl Marx e Friedrich Engels, ainda em vésperas do levante revolucionário de 1848, formular para a totalidade dos trabalhadores europeus a teoria da evolução de sua autoconsciência, de suas ideias e de sua meta, a sociedade supranacional sem classes (ABENDROTH, 1977, p. 26).

Os ventos que sinalizavam os levantes revolucionários de 1830, na França, assim como as agitações na Inglaterra, trouxeram muitos intelectuais democráticos alemães a Paris, que, junto aos aprendizes alemães itinerantes, começaram a atuar como associações secretas, democrático-revolucionárias. Como exemplo, temos a União dos Justos, que veio da União dos Párias, em 1836. Quando, em 1839, a Sociedade das Estações¹⁶ é derrotada, parte de seus membros fugiram para Londres, onde, em 1840, formaram a Associação Alemã para a Educação dos Trabalhadores, que, tempos depois, passou a ser a Associação Comunista para a Educação dos Trabalhadores.

Dois livros já haviam sido escritos para a União dos Justos: um em 1838 e o outro em 1842, por um itinerante aprendiz de alfaiate chamado Wilhelm Weitling. O primeiro, “A humanidade como ela é e como deve ser”, e o segundo, “Garantias da Harmonia e da Liberdade”. Esses livros traziam uma visão utópica de uma sociedade comunista combinada com uma ditadura educativa revolucionária. Essa associação, aliada às experiências francesas de conspiração político-revolucionária mais aquela das lutas de classe aberta dos ingleses, permitiram aos emigrantes socialistas a elaboração de um socialismo evoluído e mais preciso, sem a predominância do cunho emocional de Weitling.

Os membros participantes da União dos Justos, quando, em contato com os estudos de Engels sobre “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” (1845), com o “Trabalho Assalariado e Capital”, de Marx (1849) e, ainda de Marx, a “Miséria da Filosofia”,

¹⁶Associação entre republicanos e anarquistas que tentam tomar o poder em Paris, liderados por Armand Barbès e Auguste Blanqui.

em resposta à “Filosofia da Miséria”, do Sr Proudhon (1847), compreenderam que a teoria da economia social havia suplantado os modelos de sistema puro. Essa evolução foi comprovada pela própria atuação política das organizações que passam a atuar publicamente e com a nova nomenclatura, “Federação Comunista”, como também pelo encargo dado a Marx pelo segundo congresso (1847) dessa organização, para a elaboração de um programa, sendo que Engels já havia elaborado algo nesse sentido.

Em fevereiro de 1848, antes da revolução na França, esse programa foi impresso em Londres, o Manifesto Comunista (*Kommunistisches Manifest*). No primeiro momento, foi pouco divulgado, porém, depois de algumas décadas, transformou-se no guia programático do movimento operário de todos os países. Nas palavras de Abendroth (1977, p. 27), esse Manifesto

Numa linguagem incisiva e clara contém a teoria do materialismo histórico, uma exata apresentação das tendências da evolução da sociedade capitalista industrial em cujo seio, segundo Marx, cabe ao operariado – sempre no contexto dos países nacionais – impulsionar o processo da revolução até uma sociedade sem classes.

É como Manifesto que não só o movimento trabalhista europeu, mas toda a classe trabalhadora do mundo cunhou uma fórmula final nos seus programas “Proletários de todo mundo, uni-vos!”. Isso continua bem atual, depois de 164 anos de sua publicação. O Manifesto Comunista não só previu a revolução como pretendia oferecer aos trabalhadores caminhos estratégicos frente aos acontecimentos, porém veio a derrota, não só na França, pois depois dessa derrota, toda a burguesia europeia se encaminhou para os braços da reação, abandonando, assim, seus próprios objetivos. Com essa derrota, os principais membros da federação foram forçados a emigrar.

Diante da prosperidade da economia, em 1850 afastava-se qualquer esperança de uma nova revolução e isso desfez primeiro a unidade e, depois a própria federação sucumbiu. Foi ressuscitada em Londres, onde Marx e Engels continuavam na defesa de uma organização pública, visto que Wellich e Schapper¹⁷ tentaram reviver novamente as conspirações do passado. Contudo, diante da perseguição à Federação, pela polícia prussiana, do processo contra os comunistas em Colônia (1852), da decisão da Câmara de Deputados Alemã de

¹⁷Karl Schapper (1812-1870) líder socialista alemão, foi um dos pioneiros do movimento operário na Alemanha. Como membro da Liga dos Justos, Schapper ajudou a forjar ligações entre socialistas alemães e grupos radicais comunistas francês e blanquista da década de 1830-40. Esteve envolvido na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (a Primeira Internacional), em Londres, em 1864. Em 1865, foi eleito para o Conselho Geral da Primeira Internacional. August Willich (1810-1878), Johann Ernst von Willich, oficial militar do exército prussiano e um dos principais proponentes iniciais do comunismo na Alemanha. Membro da Liga Comunista, ele tomou parte ativa na revolução de 1848-49.

proibir todas as organizações de trabalhadores, em 13 de julho de 1854, e da ávida presteza do imperador Bismark em cumprir de imediato essa decisão, teve fim o primeiro período do movimento trabalhista alemão. Friedrich Engels, no artigo “Revolução e contra revolução na Alemanha”, faz uma brilhante descrição desses acontecimentos que sacudia a Alemanha nos anos de 1848/1849.

Foi na Inglaterra onde primeiro os trabalhadores se organizaram, mas logo foram seguidos pela França e pela Alemanha. Isso foi demonstrado com a crise econômica de 1847, que impulsionou ondas revolucionárias por toda a Europa. O proletariado, até aqui, lutara ao lado da burguesia liberal e pôde muito lentamente ir formulando um pensamento independente e pondo-o à prova na luta ao ter que combater as condições desumanas impostas durante o início da industrialização.

Nesse primeiro momento, as atividades políticas eram levadas a cabo por pequenos grupos de operários, muitas vezes dirigidos por intelectuais críticos. Esses operários, que estavam em cooperativas ou sindicatos, detinham um maior poder financeiro, por serem também mais qualificados e melhor remunerados. Por isso é que, durante um bom período, eles puderam se dedicar à formulação de ideias contra a ideologia dominante e, assim, puderam construir uma consciência classista e autônoma. Todos os demais operários desqualificados, mal remunerados, em condições de pobreza e desemprego, sem condições de se instruir, só surgiam com força e decisão firme nos momentos de crise, como ficou demonstrado na destruição de máquinas, de fábricas, nos levantes de 1830, na França. Nesse momento (1830), estavam mais como auxiliares dos liberais do que na defesa dos seus próprios interesses. Contudo, isso se modificou quando foi possível construir organizações autônomas, mesmo pequenas, porém com objetivos claros da classe operária, de atuação continuada, permitindo, portanto, influir junto às massas de forma constante, combativa e mais organizada.

O movimento trabalhista na Europa, principalmente onde fora mais intenso – França, Inglaterra e Alemanha – havia fechado a sua primeira fase com a derrota dos levantes revolucionários, nesses respectivos países, sobretudo em Paris, em junho de 1848. Este último levante foi liderado por democratas burgueses. O desenvolvimento econômico favorável de 1850 garantiu estabilidade política em toda a Europa. Mesmo assim, “[...] não se apagou do que sobrou do movimento trabalhista da Europa, a consciência de seu inter-relacionamento internacional.” (ABENDROTH, 1977, p. 29). Ou seja, o movimento operário, mesmo lutando em condições adversas, ressurgiria novamente, pois

[...] As metas da democracia, da melhoria concreta do padrão de vida dos trabalhadores por meio da luta contra os empresários e abolição dos privilégios classistas no seio de uma sociedade do futuro sem classes, já se havia erigido em bem comum de todos; a ajuda mútua internacional era olhada como consequência lógica. (ABENDROTH, 1977, p. 29).

Apesar das derrotas que selaram o primeiro período da luta de classes na Europa, das revoluções feitas de forma tensa e apaixonada, com barricadas e assaltos de surpresa, das organizações secretas, enfim, a classe operária constatou, pelos fatos, a necessidade de ter que marchar nos levantes, junto com os liberais burgueses e a pequena burguesia contra a aristocracia feudal e a realeza, por bandeiras democráticas. Os trabalhadores descobriram que os liberais burgueses eram apenas companheiros de caminhada até onde pudessem obter vantagem, mas, no principal, no essencial, a construção de uma sociedade sem classes, os liberais burgueses não só os abandonaram, mas, sobretudo, lutaram contra o proletariado.

Nessa primeira fase do movimento trabalhista europeu, não só se fortaleceu a burguesia liberal, mas também preparou o terreno para que a classe operária se organizasse com determinação em uma nova conjuntura de desenvolvimento da indústria, aflorada com a estabilidade política no ano de 1850.

Não podemos deixar de assinalar que, após a revolução, houve muitas baixas e uma dispersão entre os operários mais combativos que lideravam o movimento. No entanto, a força reside em ter evoluído para a possibilidade de formular e defender seus próprios interesses de classe, advinda da experiência prática e com a produção literária até então existente, resultante das relações sociais postas pela moderna produção capitalista na época das revoluções burguesas.

Agora comentaremos um texto introdutório de Engels à obra de Marx “A luta de classe na França” (1848-1850), para demonstrar seu rigor e precisão em captar a riqueza da luta de classes e as circunstâncias em que os homens são colocados historicamente pelo modo como se organizam para produzir e garantir a vida.

Nesse texto, tentaremos sintetizar a introdução de Friedrich Engels do primeiro ensaio de Marx, no qual lança a explicação de um fragmento de história contemporânea, valendo-se da concepção materialista e tendo como base a situação econômica existente. Esta mesma introdução foi alterada pela direção oportunista da social-democracia alemã, quando foram publicadas de forma desfigurada, em março de 1895, pelo órgão central do partido, nas quais várias passagens foram selecionadas para colocar Engels como o amante da paz, um pacifista e contrário à violência revolucionária da classe operária contra a burguesia.

Engels tenta impedir, porém, que foi “convencido” que deixasse de fora a parte do texto onde se referia à iminente luta armada do proletariado contra a burguesia, sob pena de ser perseguido. Contudo, isso só evidencia o caráter oportunista da direção da social-democracia alemã, que nunca publicou o texto na íntegra, sendo que esta introdução completa só veio à luz na União Soviética, muito tempo depois.

Recorremos a esse texto, por sua precisão em assinalar o fechamento de um período da luta de classes, que surge aproximadamente na segunda metade do século XVIII, com a revolução industrial na Inglaterra e se encerra aproximadamente na segunda metade do século XIX, com a Comuna de Paris (1870), onde finalmente, a burguesia se firma como classe dominante, não só na França, mas na Europa e no restante do mundo, ao mesmo tempo em que se firma o proletariado como classe mundial, dentro de um novo período de livre concorrência e reformas no sistema capitalista.

Marx se reporta, nesse ensaio sobre as lutas de classes na França de 1848 a 1850, acerca da situação econômica de um dado período e seus nexos causais no desenvolvimento das capacidades humanas ao longo de vários anos na Europa. Nesse texto, este pensador explicita que o entendimento dos acontecimentos só são possíveis quando estes já se consolidaram, pois, ao contrário, considerar, para apreciação dos fatos, as recentes causas econômicas, desconsiderando o encadeamento dos acontecimentos dentro de um determinado período, é incorrer em erros.

[...] Uma clara visão de conjunto da história econômica de um dado período não pode nunca ser obtida no próprio momento, mas só posteriormente, depois de se haver reunido e selecionada o material. É necessário para isso recorrer à estatística e esta sempre se atrasa. Para a história contemporânea em curso é necessário, pois com muita frequência, considerar este fator, o mais decisivo, como constante, tratar a situação econômica existente no começo do período estudado como dada e invariável para todo o período, ou só levar em conta as modificações a esta situação quando, por resultarem de acontecimentos evidentes por si mesmos, sejam também claras. Em consequência o método materialista terá de se limitar, frequentemente, a reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico e a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classes (ENGELS, 1988, p.94).

Há que se pagar a fatura ou pelo desapareço inevitável da apreciação das modificações que ocorrem na situação econômica, base de todos os acontecimentos, ou por tentar abarcar todo o conjunto de acontecimentos que se desenrolam aos nossos olhos, ou seja, não são possíveis acertos absolutos, sobretudo quando os fatos são apreciados no calor do próprio momento. Marx e Engels, em obras escolhidas, dizem:

É de todo evidente que este inevitável despreço pelas modificações que se operam ao mesmo tempo na situação econômica, isto é, pela própria base de todos os acontecimentos que se examinam só pode ser uma fonte de erro. Entretanto, todas as condições de uma exposição de conjunto da história que se desenrola diante de nossos olhos encerram inevitavelmente fontes de erros; ora, isso não impede ninguém de escrever a história de nossos dias. (ENGELS, 1988, p. 94).

Considerando todas as circunstâncias desfavoráveis nas quais Marx iniciou esse trabalho, compreender essa época revolucionária na Europa, especificamente a de fevereiro, na França, serviu-lhe para conhecer tanto a economia como a história política deste país.

Estudando a história econômica dos dez últimos anos, este pensador concluiu que a crise do comércio mundial de 1847 foi a mãe não só da revolução na França, em 1848, mas também, das da Áustria e da Alemanha. Portanto, novas revoluções só seriam possíveis em decorrência de novas crises e que estas, com certeza, viriam.

O que esta obra coloca como novo é que, a partir de então, o centro de gravidade da luta da classe operária é todo o mundo. Com suas organizações, os trabalhadores vão reclamar mudanças na economia, no modo como se organiza a apropriação dos meios de produção dentro da sociedade e no direito ao trabalho, sendo que este é o elemento embrionário das pretensões do proletariado, pois o direito ao trabalho pressupõe poder sobre o capital, que, por sua vez, coloca em xeque a apropriação dos meios de produção, ou seja, que a classe produtora tenha o direito, de forma organizada, de controlar o que produz de maneira tal que satisfaça suas necessidades, chegando, por isso, à supressão do trabalho assalariado, portanto, do capital.

Sendo assim, por essa via, pela primeira vez, chega-se a uma tese completamente distinta das anteriores: o socialismo operário moderno, que não é e nem pode ser o mesmo feudal, burguês e pequeno-burguês, tampouco o dos utópicos e nem igual ao comunismo operário espontâneo. Nesse sentido, Marx e Engels colocam que

O que, além do mais, dá à nossa obra importância particular é fato de que nela se proclama, pela primeira vez, de modo sintético, a fórmula pela qual todos os partidos operários de todos os países do mundo reclamam a reorganização da economia: a apropriação dos meios de produção pela sociedade [...] (ENGELS, 1988, p. 95).

A revolução de fevereiro de 1848 acontecia embalada pelos encantos da Revolução Francesa, de 1789, e pela de 1830. A insurreição de Paris ecoou nos levantes vitoriosos de Viena, Milão e Berlim e, em junho, o proletariado e a burguesia se enfrentavam em Paris, na primeira batalha pelo poder, com a vitória do proletariado. Isso colocava para aquele período que estava aberto o momento do combate decisivo, onde só podia ter como

fim a vitória do proletariado. Porém, veio a derrota em 1849, colocando por terra essa ilusão. Contudo, vislumbravam-se outros levantes com novas crises econômicas.

Mas a história também nos desmentiu revelando que era nosso ponto de vista daquela época. Ela ainda foi mais longe: não somente dissipou o nosso erro de então, mas, igualmente, subverteu totalmente as condições nas quais o proletariado deve combater. É hoje em dia obsoleto sob todos os aspectos o modo de luta de 1848, e este é um ponto que merece ser examinado mais detidamente (ENGELS, 1988, p. 97).

A marca de todas as revoluções foi, até então, sempre a derrota de uma classe e a ascensão ao poder de outra classe. Contudo, sempre a classe que assumiu o comando foi minoria em relação à massa dominada, sendo, portanto, revoluções de minorias. É bem verdade que há participação da maioria, de forma consciente ou não, mas isso a serviço da minoria que aparenta representar todo o povo.

Todas as revoluções da modernidade, a começar pela inglesa do século XVII, tiveram essa marca, que parecia servir para qualquer luta revolucionária, precisamente a do proletariado, porém não são essas as condições que vão garantir o triunfar de uma revolução conduzida por uma minoria, embora com a legítima participação e interesse da maioria: a revolução do proletariado, onde a maioria assume o poder. Marx recorre à história e, através dos fatos, pôde se posicionar, demonstrando porque é preciso que todos tenham consciência dos objetivos pelos quais estão lutando, pelos quais estão dando suas vidas, pois os acontecimentos históricos são mais contundentes quando deixaram clara a impossibilidade de, no ano de 1848, que o proletariado pudesse transformar a sociedade de um só golpe, pois se a revolução é pela e para a maioria, as condições econômicas precisavam dar resposta a essa exigência. A história demonstrou que o estado de desenvolvimento econômico no continente não continha condições objetivas que pudessem suprimir a produção capitalista, ainda naquele momento.

Isso ficou evidente para toda a expansão do desenvolvimento industrial, que fez surgir uma classe, um grande exército internacional, que vai se contrapor a uma outra classe, que também é internacional, a burguesia, a qual economicamente domina o capital fundiário e financeiro. No entanto, não oferece nenhuma solução definitiva para os conflitos, e o proletariado se constitui sempre ameaçador, por ser os braços que movem o mundo e por ser a classe mais progressista, que agrupa cada vez mais outras frações de classes ao seu redor.

Essa instabilidade possibilitou um golpe de Estado de Luis Bonaparte III, em 1851, pondo fim a essa tensão. Estava aberto, portanto, um período de golpes, de revoluções de cima para baixo, contrárias, até então, às de baixo para cima, quando as massas insurgentes

tentam tomar o poder. Agora, surge um período de calma interior nesses países, mas se inaugura ao mesmo tempo um período de guerras entre esses países. Essa calmaria interna permitiu um salto no desenvolvimento da indústria.

Seguindo Napoleão III, Bismarck adota a mesma política para a Prússia, fazendo sua revolução de cima para baixo, através de um golpe de Estado em 1866. Porém, como a Europa não pôde comportar dois Bonapartes ao mesmo tempo, no confronto, Bismarck foi vitorioso, ficando a Europa com menos fronteiras, permitindo a classe operária uma maior unidade tanto pelo desenvolvimento da produção na indústria como pela eliminação das complicações nacionais. De certa forma, os mesmos que enterraram os levantes de 1848 deram-lhes um sopro de vida e essa vida se ergue no proletariado, agora, não mais só na França, mas no plano internacional.

Na Comuna de Paris evidenciou-se que a única revolução possível era a proletária, quando após a vitória, o poder caiu nas mãos da classe operária, que não havia lutado por ele de forma consciente, nem ao menos esperava assumi-lo naquelas circunstâncias. Mais uma vez, após 20 anos desde 1851 (golpe de Estado de Luís Bonaparte III), ficou comprovado que esse poder da classe operária era ainda impossível. Então, o prêmio da vitória de 1871 virou poeira, como os levantes de 1848.

Tanto na Comuna de Paris como na guerra franco-alemã, teve-se a impressão do fim do proletariado combativo. Porém, foi desses acontecimentos que a classe operária forjou uma tenaz subversão a todas as condições da guerra, alistando-se aos milhões e, junto ao poder destrutivo das novas armas, pôs fim ao período de guerras bonapartistas, permitindo um desenvolvimento industrial sem guerras, mas demonstrando que qualquer guerra futura só poderia ser no plano mundial e com uma destruição incalculável diante do arsenal agora desenvolvido, com o avanço tecnológico contendo um alto poder de destruição.

Com tamanho investimento bélico, elevaram-se as dificuldades da classe operária que não tinha outro caminho a não ser cair nos braços do socialismo. Essa corrida armamentista, que exacerbou ao extremo o chauvinismo burguês, tanto francês quanto alemão, só contribuiu como elemento aglutinador da classe operária, que, obrigada a combater esse nacionalismo exacerbado na luta pelo socialismo, contrapôs a isso o internacionalismo, a independência de classe e a solidariedade. Assim, o legado da Comuna de Paris marca o primeiro aniversário internacional do proletariado combativo e não seu enterro.

Marx se antecipou ao perceber que, com a guerra de 1870-1871 e a derrota da comuna, não mais a França, mas agora a Alemanha passara a ser o centro da luta de classes da Europa, sobretudo, porque, diante da derrota, a França teve que pagar uma indenização, o que

permitiu um rápido e crescente desenvolvimento do parque industrial alemão, que, por sua vez, proporcionava também o desenvolvimento da social-democracia, onde os operários e seus partidos souberam com inteligência utilizar, com sucesso, o sufrágio universal, instituído em 1866.

Diante do tamanho sucesso, as autoridades decidem colocar o partido social-democrata na ilegalidade. Contudo, isso não abalou sua expansão, pelo contrário, sua resistência aumentou, obrigando o Estado a retroceder com a lei de exceção. Assim, o Estado esgotara seus esforços, e os operários só começavam sua jornada.

Marx assinala aqui a contribuição do proletariado alemão para a história da luta de classes com seu partido socialista forte, disciplinado, que não só elevou os operários alemães na Europa, como mostrou para o mundo que o sufrágio universal – eleições para eleger seus representantes para o exercício do poder, tão mal visto e utilizado no restante da Europa – pôde se converter em uma arma das mais bem afiadas contra a dominação burguesa e como mais um degrau na construção do socialismo pelo proletariado.

O sufrágio universal proporcionou inúmeros benefícios ao proletariado alemão, porque este soube utilizá-lo. Além de evidenciar o crescente número de votos do partido social democrata, revelava também a força desse partido e a fraqueza dos opositores. Sua força vai muito além disso, pois permite que o proletariado se utilize desse direito e possa propagandear seu programa socialista para as massas, possa obrigar os partidos burgueses a revelar suas posições frente aos ataques dos socialistas. Permite ainda aos nossos representantes uma tribuna, de onde é possível falar com liberdade para todos os trabalhadores.

A burguesia percebeu que a atuação legal do partido operário poderia ser mais eficaz que a ilegal, passando a ter mais medo do partido nas eleições do que nos embates subversivos. Enfim, os operários alemães haviam colocado pela primeira vez na história da humanidade que a rebelião ao velho estilo das barricadas, de 1848, e da Comuna de Paris, que a seu tempo, foram decisivas, perdera sua validade, fora ultrapassada.

Engels, ao enaltecer a democracia burguesa – não esquecendo que ela é resultante da luta operária e evidenciar todas as vantagens, descritas no parágrafo anterior – não se dirigia como bem esclarece Rosa Luxemburgo em seu texto “Reforma Social ou Revolução” a uma classe triunfante, mas sim “[...] dava diretrizes ao proletariado oprimido e não ao proletariado vitorioso.” (LUXEMBURGO, 1990, p. 105). Portanto, nesse prefácio, a luta de classes em França, o caminho da legalidade indicado por Engels, não significa o abandono da luta pelo poder político através da violência revolucionária do proletariado. Por isso, ele não

nega as numerosas vitórias dessa forma de luta, somente reconhece que mesmo na época clássica desses combates de rua, as barricadas se empunham mais como efeito moral do que material daí a vitória ter como motivos a recusa da tropa em marchar sobre os insurretos, a vacilação dos comandantes na hora da decisão de usar todo o poder de força contra os rebelados ou porque os chefes tinham as mãos amarradas. Enfim, era preciso contar sempre com algo a mais, além das condições objetivas, para se chegar à vitória, pois, se as tropas inimigas não se abalassem, ou alguns de seus chefes passassem para o lado dos insurretos, a derrota era o horizonte.

Quando a burguesia se juntara aos governos, e os exércitos tornaram-se bem armados e equipados com novas táticas, também não viam mais povo por trás das barricadas, mas, sim, rebeldes, saqueadores e desrespeitadores da propriedade privada. A barricada perdera seu encanto, pois, por toda a parte, os exércitos são numerosos com armas poderosas, enquanto, do lado dos insurretos, tudo ficou mais difícil: das condições materiais, como armas e munições, até o apoio do povo.

Quer isto dizer que, no futuro, a luta de ruas não desempenhará nenhum papel? Absolutamente. Significa apenas que, a partir de 1848, as condições se tornaram muito menos favoráveis para os combatentes civis, e muito mais favoráveis para as tropas. Um combatente de ruas não pode, pois, ser vitorioso no futuro a não ser que esta inferioridade de situação seja compensada por outros fatores. Por isso, ocorrerá mais raramente no começo de uma grande revolução que no curso de seu desenvolvimento, e será preciso empreendê-lo com forças maiores. Mas, neste caso, estas, como ocorreu em toda a revolução francesa, e a 4 de setembro e 31 de outubro de 1870 em Paris¹⁷, preferirão indiscutivelmente o ataque aberto à tática passiva da barricada (ENGELS, 1988, p. 106).

Marx não nega as lutas de rua da classe operária, só percebe que, a partir de 1848, escolher esse método de combate sem ter outras táticas que possam se somar fortalecendo os combatentes dificilmente esta classe obterá algum êxito. Os operários perceberam o enorme poder de destruição das armas dos inimigos, por isso passaram a resistir às provocações não por medo, mas pela experiência. Assim, os operários aprenderam com a história que as épocas de golpes de surpresa, de revoluções levadas a cabo por minorias conscientes à frente de maiorias inconscientes, já passou. É preciso que onde quer que seja necessário transformar a sociedade, as massas estejam à frente dessa tarefa e elas próprias tenham consciência dos motivos porque estão pondo suas vidas em perigo. Este é o legado da história, que nos ensina que mudaram as condições das guerras, como também mudaram os mecanismos, que passam a exigir novos métodos de enfrentamentos a se somar com os antigos na luta de classes. É diante dessas mudanças que Marx exige a necessária paciência dos conscientes da

necessidade da transformação num trabalho longo e perseverante com as massas, na construção das condições não só objetivas, mas, sobretudo, subjetivas, para o assalto final e a vitória do proletariado.

Por todos os países, é notória a tarefa imediata das organizações operárias, da propaganda e das atividades parlamentares, mas é preciso convencer as massas do direito à revolução, pois a luta não se resume a tarefas imediatas, sendo necessária a edificação de uma sociedade socialista, melhor do que a que está aí. Para isso, é preciso pacientemente preparar todas as forças para o momento decisivo, não se jogando em aventuras e nem desgastando as forças à toa. Para tanto, é importante a atuação política do partido revolucionário como organizador da vanguarda que, junto com as massas, servirá de instrumento para levar a cabo a revolução socialista, edificando os alicerces para a construção de um mundo sem propriedade privada e sem classes, sem exploração, sem opressão, um mundo de homens livres, onde todos possam desenvolver suas potencialidades e que possam ser atendidas suas necessidades.

Do último quartel do século XVIII até metade do século XIX, o mundo havia sofrido grandes transformações, principalmente o continente europeu, sobretudo na Inglaterra, com a primeira revolução industrial: indústria de algodão, metalurgia, enfim, por onde as máquinas foram se estabelecendo, revolucionava a produção, avançava o crescimento das cidades, da população, ao mesmo tempo em que criava grandes desordens sociais. A França, apesar do atraso em relação à Inglaterra, também se desenvolvia, principalmente Paris, onde havia uma intensa agitação política, e as cidades vizinhas como Lyon, palco de vários levantes operários na década de 1830.

A Alemanha, ainda fragmentada em reinos, encontrava-se bem mais atrasada no processo de industrialização. Contudo, a luta de classe na Europa, sobretudo na França, colocá-la-ia no centro desse processo, exigindo do proletariado alemão participação nas transformações sociais da Europa e do mundo. A prosperidade econômica que se estabeleceu nos anos de 1849/1850, na Europa, logo após a revolução de 1848, acabara com o primeiro levante desencadeado pelos trabalhadores organizados, não ainda com suas próprias bandeiras, mas já se aproximando dessa linha.

Esse período de prosperidade econômica promovido pela paz, só quebrado em 1870/1871, pela guerra franco-prussiana – somando-se ao progresso da ciência, ao avanço da tecnologia e à utilização de novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade na produção – permitiu o fortalecimento do parque industrial inglês e, ainda, a expansão desse modo de produção para a França e a Alemanha. Enquanto reinava a prosperidade, a burguesia

se fingia de morta, mesmo tendo pouca participação nas decisões políticas após a derrota da revolução de 1848. Na França, dominava o aparato militar e burocrático de Napoleão III; na Alemanha, não havia unificação política, predominando em cada federação os interesses dos soberanos, dos aristocratas e da burocracia local. Depois da derrota, a classe operária saiu com muitas perdas em toda a Europa: muitos mortos, presos, exilados e as organizações esfaceladas. Contudo, na Inglaterra, subsistiram focos de organização por grupos sindicais que tornaram possível continuar a resistência.

A burguesia conformada, a classe operária em refluxo diante da derrota, a economia se desenvolvendo e a forma capitalista industrial de produção penetrando cada vez mais toda a Europa. Nas décadas de 1850 a 1880, houve um aumento enorme na produção de energia pelo avanço de técnicas de utilização da água e do carvão mineral, pelo crescimento das cidades, da população, pelo desenvolvimento da indústria de bens de transformação, pela construção de estradas de ferro, favorecendo o intercâmbio entre os países porto da Europa.

Tudo parecia transcorrer na mais santa paz, porém essa calma social e política dos anos 50 do século XIX era somente o prelúdio de mais tempestades, pois os antagonismos só haviam se arrefecido diante do progresso econômico, porém tão logo a burguesia liberal necessitasse de maior liberdade para obter maior expansão, no sentido de assegurar seus interesses político-econômicos, o proletariado, na outra ponta, também se levantaria. Contudo,

[...] As rivalidades e as desavenças dos alemães entre si que haviam selado o destino da *Federação dos Comunistas*, eram típicas do clima que reinava, tanto entre os emigrantes políticos do continente daquela época, como também entre os revolucionários russos antes de 1905 e antes de 1917, da mesma forma como aconteceu com os refugiados políticos da década dos anos de 1920 da Itália e, depois de 1933, da Alemanha [...] (ABENDROTH, 1977, p. 32).

No entanto, é nesse período conturbado dos anos 50 do século XIX que Marx e Engels buscam na atividade científica elaborar a teoria do movimento operário, pois, diante de uma realidade desesperadora na aparência, muitos se perderam para o movimento trabalhista europeu e só uns poucos tiveram a firmeza de se afastar e forjar armas poderosas para o proletariado combatente, e entres esses poucos estavam Marx e Engels.

A prosperidade econômica dos anos 50 do século XIX havia oportunizado melhorias nas condições materiais dos trabalhadores industriais, porém não de forma geral e nem relativa ao total da produção, pois a participação no montante da produção nacional não havia se alterado. A resistência contra a exploração capitalista na sua fase de formação impôs obstáculos à ganância da burguesia liberal industrial, que só diante da luta dos operários viu-se obrigada a lhe fazer concessões. Foram elaboradas leis como as de 1833, na Inglaterra, que

fixaram carga horária máxima de trabalho: doze horas para menores de 13 a 18 anos; oito horas para as crianças de 9 a 13 anos e fim do trabalho para menores de 9 anos, isso de início para a indústria têxtil. É claro que os empresários reagiram e, junto ao parlamento, conseguiram, na lei, doze horas para todos e fim do trabalho só para menores de 8 anos.

Os charteristas conseguiram, em junho de 1847, impor a lei sobre a fábrica que limitava o horário máximo para mulheres e menores: no começo, de onze horas; a partir do dia 1º de maio de 1848, de dez horas. Agora, passava a ser lei o que Robert Owen, há quatro décadas exigia e a classe dominante ignorava como utopia e que a luta de classe estava agora depondo ao contrário, demonstrando que os sonhos se realizam quando ligados ao mundo real.

Os operários ingleses fizeram escola na ação direta em seus protestos e os franceses aprenderam quando se insurgiram em 1848 e impuseram uma jornada máxima de dez horas de trabalho, abrindo, a partir daí, o “caminho das pedras” para a luta da classe operária. Com base nessa mais importante conquista da revolução de 1848, os operários mais qualificados se fortaleceram como progresso econômico e a concorrência entre os empresários por trabalhadores especializados, para reivindicar melhores condições de trabalho e salários.

Três fatores combinados no plano internacional trariam novamente o movimento operário à tona, agora mais forte e organizado, visto ter aprendido nas batalhas anteriores ao lado da burguesia industrial liberal que esta também era sua inimiga. A crise econômica de 1857, a guerra de independência italiana, em 1859, e o início da guerra civil, nos Estados Unidos, em 1861, obrigaram os governos e a classe dominante a fazer concessões aos trabalhadores, que agora estavam em maior número e, em parte, em melhores condições materiais e culturais¹⁸. Os governos foram forçados a reduzir o trabalho infantil e a oferecer educação escolar aos trabalhadores dentro dos limites da dominação e para o exercício da atividade na indústria, uma educação necessária somente para o preparo da exploração dentro do próprio desenvolvimento da produção industrial.

As consequências desses fatos foram:

Na França, debilitaram a ditadura de Napoleão III [...]. Os trabalhadores conseguiram o direito ao voto e foram revogadas as leis que proibiram as organizações sindicais. Na Inglaterra, os operários haviam conquistado o direito de sindicalização em 1825, porém não tinham o direito de voto. O início da guerra civil norte-americana e o embargo nas exportações de algodão produziram uma crise algodoeira que causou grande miséria aos operários têxteis ingleses. Essas condições [...] deram origem ao que ficou

¹⁸ As ideias contidas nesse parágrafo podem ser encontradas no livro *A internacional*, 2010.

conhecido como o “novo sindicalismo”, encabeçado por dirigentes de nível cultural bastante alto; [...] operários qualificados das associações de mecânicos, carpinteiros, costureiros e sapateiros. (SAGRA, 2010, p. 13).

Na Inglaterra, dois fatores contribuíram para fortalecer a organização dos trabalhadores. O primeiro fator diz respeito à posição dos trabalhadores em defesa dos Estados do Norte pelo fim da escravidão, impedindo que o governo inglês desse apoio ao Estado do Sul, escravista. Vale registrar que a escravidão no mundo moderno foi rechaçada no campo de batalha, onde milhares foram mortos defendendo a liberdade, e os trabalhadores ingleses tinham lado: o fim da escravidão, pela liberdade. O segundo fator foi a greve dos operários da construção civil, que teve como resposta dos empresários um *lockout*¹⁹, o fim do direito a se associar em suas empresas. Essa greve só terminou após nove meses de duros embates com a patronal e contando com a solidariedade de todos os sindicatos na Inglaterra, que arrecadaram fundos de greve, obrigando os governos e os empresários novamente a reconhecer o direito à associação e, ainda, mostrando também o poder da união da classe trabalhadora que, diante de desafios, pôde demonstrar sua organização e seu poder de intervenção direta nos acontecimentos.

Na França, a crise de 1857/58 levou a uma onda de greves para assegurar os níveis salariais e, apesar de sufocar a liberdade de livre associação, o governo de Napoleão III, diante da instabilidade vivida na Europa pela crise econômica e pelas guerras na Itália e nos Estados Unidos, adotou uma política de “paz” com os trabalhadores, patrocinando o envio de 550 trabalhadores a uma exposição mundial em Londres, em 1862. Esse encontro entre franceses e ingleses rendeu uma ação conjunta em apoio à revolução polonesa, atividade marcada para o ano seguinte, 22 de julho de 1863, em Londres, e logo evoluiu para a construção de uma organização internacional permanente de todas as nações civilizadas. Essa organização, no primeiro momento, tinha duas frentes: apoio à revolução polonesa, baseando-se no princípio da solidariedade e do internacionalismo; um combate à formação de mão de obra mais barata no continente para não prejudicar os trabalhadores ingleses.

No dia 28 de setembro de 1864, no St. Martins Hal, em Londres, aconteceu a primeira reunião, que contou com a participação não só de ingleses e franceses, mas com muitos grupos de emigrantes, dentre eles, os italianos e os alemães, representados por membros da associação comunista para a educação dos trabalhadores de Londres. Karl Marx constava na lista dos eleitos para compor a comissão central da organização, que, de início,

¹⁹*Lockout*(10/12/2012) é a paralisação realizada pelo patrão com o objetivo de exercer pressões sobre os trabalhadores, visando frustrar a negociação coletiva ou dificultar o atendimento de reivindicações (greves).

teria 32 membros. No mesmo ano, em novembro, Marx fala da importância dessa união: “[...] A Associação é importante, porque nela estão presentes os chefes dos Trade – Unions londrinos[...]” (ABENDROTH, 1977, p. 34). Portanto, já na primeira organização de caráter internacional, Marx sinaliza a importância dos sindicatos para a luta organizada dos trabalhadores no plano mundial.

Na redação dos estatutos e do preâmbulo da nova organização, a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx consegue impor seus pontos de vista na formulação de seus princípios, naquelas ideias de Owen e de Mazzini²⁰ são postas de lado. Marx, valendo-se das ideias de diferentes líderes operários de vários países e de princípios comuns a todos – e também da experiência da luta travada por eles – pôde, então, dar maior organização teórica e clareza política ao programa, que expressava o caráter universal da luta comum dos trabalhadores.

[...] embora só tivesse podido incluir no programa da Internacional de forma muito condicionada à teoria política social que apresentou em seu Manifesto Comunista (1848). Mas, de qualquer forma, se impediu que as idéias mutualistas dos adeptos de Proudhon ou que as ilusões de Mazzini viessem a cunhar o programa [...] (ABENDROTH, 1977, p. 35).

Para evidenciar o tamanho da importância desse programa comum à classe operária mundial, registraremos aqui esse preâmbulo que define os motivos e os objetivos da fundação da Associação Internacional de Trabalhadores –a I internacional –, que citaremos por sua significância histórica.

Considerando
 que a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra própria classe trabalhadora;
 que a luta em prol da emancipação da classe trabalhadora não constitui uma luta em prol de prerrogativas de monopólios de classes, mas antes uma luta em prol de direitos e deveres equitativos e de aniquilamento de qualquer domínio de classe;
 que a subjugação econômica do trabalhador a quem se apossou dos meios para o trabalho, isto é, das fontes de vida, constitui a raiz da servidão sob todos as suas formas – a miséria social, a atrofia mental e a dependência política;
 que, pois, a emancipação econômica da classe trabalhadora, constitui o grande objetivo final, ao qual se há de subordinar, como objetivo final, qualquer movimento político;
 que todas as tentativas até agora empreendidas visando esses objetivos fracassaram por falta de acordo entre os múltiplos ramos do trabalho de cada país e pela ausência de uma união fraterna entre as classes trabalhadoras dos diversos países;
 que a emancipação da classe trabalhadora não constitui tarefa nem local nem nacional, mas é uma tarefa social que compreende todos os países em que existe a

²⁰Giuseppe Mazzini (1805-1872) foi um italiano político, jornalista e ativista para a unificação da Itália. Seus esforços ajudaram a trazer a Itália independente e unificada. Ele também ajudou a definir o movimento moderno europeu para a democracia popular em um Estado republicano.

sociedade moderna e cuja a solução depende da cooperação prática e teórica dos países mais adiantados; que o movimento que atualmente se renova, da classe trabalhadora nos países industriais da Europa, enquanto desperta novas esperanças, também representa uma solene advertência contra uma recaída dos antigos enganos e insta a uma congregação imediata dos movimentos ainda dispersos; por estes motivos foi fundada a Associação Internacional de Trabalhadores. (MARX *apud* ABENDROTH, 1977, p. 35-36).

A essa Associação Internacional de Trabalhadores, ou I Internacional, coube juntar várias organizações independentes dos trabalhadores na Europa, juntando-as em torno de seus objetivos e estratégias e, finalmente, possibilitando as organizações trabalhistas se desvencilharem do liberalismo burguês. “[...] A Internacional ajudou a esclarecer e desenvolver a autoconscientização política e social dos trabalhadores que ela representava [...]” (ABENDROTH, 1977, p. 36).

As ideias de Marx não reinavam em absoluto dentro da associação, e isso veio a público no primeiro congresso da internacional, em Genebra, em 1866. Entre as delegações de países mais atrasados industrialmente – onde ainda predominava agricultura como na Itália, Espanha, França e, ainda, nas regiões de predominância das empresas artesanais – as ideias de Proudhon eram dominantes. Em contrapartida, onde já havia um maior desenvolvimento industrial, predominavam as conceituações marxistas.

Contudo, nesse mesmo congresso, impôs-se aos seguidores de Proudhon o reconhecimento do movimento sindical e sua mais importante arma: a greve. Com isso foi possível ganhar o congresso para votar nas propostas de Marx, de exigir a intervenção do Estado na adoção de medidas sócio-políticas a favor das mulheres e das crianças concernentes à redução da jornada de trabalho para oito horas. Os proudhonistas eram contrários à intervenção do Estado nas causas contratuais de trabalho, pois, segundo eles, isso só confirmava o Estado contra as liberdades sociais.

[...] Como argumento contra isso assinalou Marx que medidas em prol da proteção dos trabalhadores só poderiam ser impostas “mediante a transformação da racionalidade social em poder político”; “nas circunstâncias vigentes não se trata de qualquer outro método, exceto... leis gerais, impostas pelo poder do Estado... impondo tais leis, a classe trabalhista não consolida o poder governante. Ao contrário, transformam esse poder, que agora é empregado contra ela, em seu próprio agente. Mediante atos gerais logra o que mediante uma série de empenhos individuais isolados seriam apenas tentativas inúteis”[...] (ABENDROTH, 1977, p. 38).

O que Marx assegura é que quando os operários se juntam para o enfrentamento direto contra os opressores, eles não podem definir essa guerra em uma só batalha, por isso, em certas circunstâncias, impor pequenas derrotas ao inimigo não significa somente

reconhecer o tamanho do poder do inimigo, mas ir se fortalecendo e preparando o terreno para maiores batalhas. Dessa forma, “Os sindicatos – e não cooperativas de produção criadas com ajuda estatal – é que daí por diante passaram a ser considerados como a alavanca para abolição do sistema da servidão assalariada e do próprio domínio capitalista.” (ABENDROTH, 1977, p. 38)²¹.

2.2 Os sindicatos para o marxismo

Buscaremos evidenciar a concepção de sindicato para o marxismo. Nesse sentido, partiremos de dois princípios basilares do próprio marxismo: historicidade e totalidade, por onde se firma o materialismo histórico-dialético, que sustenta não ser possível definir o homem pela consciência, linguagem ou religião, mas, fundamentalmente, pela forma como se organiza para reproduzir suas condições de existência. A forma como estão organizadas as forças produtivas e os meios de produção em um determinado tempo e espaço pelos homens também vão determinar sua consciência.

James Petras enfatiza essa relação entre existência e consciência. Nas palavras de Marx e Engels (2005, p. 241-242), “O manifesto enfatiza que as forças produtivas são condicionadas pelas relações sociais, que as condições materiais (existência) e as relações sociais (consciência) são inter-relacionadas e interdependentes reciprocamente.” Então, em uma sociabilidade onde a divisão do trabalho leva forçosamente à divisão desta sociedade em classes e à divisão dos próprios homens na produção da sua existência como homens singulares, uma organização social que forma homens divididos e unilaterais, as bases dessa sociedade são constituídas por relações de produção historicamente determinadas e o movimento do real é levado a cabo em última instância pelas contradições engendradas no interior dessas relações de produção, com as forças produtivas desenvolvidas.

No capitalismo, a divisão do trabalho e da sociedade em classes têm como base a existência dos proprietários dos meios de produção, classe dominante, e os desprovidos desses meios, a classe dominada, que só possuem a força do seu corpo. Assim, estabelece-se uma sociabilidade onde uns pensam – trabalho intelectual– e outros executam – trabalho manual. Essa divisão entre cérebro e mãos no seio das organizações produtivas vai ter como consequência o que Marx e Engels tornaram claro em “A Ideologia Alemã”: “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força

²¹Utilizamos como fonte bibliográfica central, até esse parágrafo, o livro “A História Social do Movimento Trabalhista Europeu”, de Wolfgang Abendroth (1977, p. 9-38).

material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Essa constatação de Marx e Engels evidencia que todas as organizações no seio dessa sociedade, inclusive as organizações operárias vão estar diretamente sob a influência das idéias da classe que domina, portanto, os sindicatos uma das principais organizações dos trabalhadores não estão imunes aos domínios das ideias da burguesia.

Tomando como referência o início da existência do modo de produção capitalista, podemos situar três períodos ou épocas distintas. O primeiro ocorreu quando o próprio sistema trava uma batalha para se afirmar frente ao decadente sistema feudal, com suas limitadas relações sociais e políticas que sufocavam e impediam o desenvolvimento das forças produtivas – época das revoluções burguesas. O segundo ocorreu quando a burguesia necessita fazer concessões à outra classe que lhe atormenta e lhe tira o sono – o proletariado. Esta é uma época de reformas, na qual predomina o capitalismo de livre concorrência, onde as forças produtivas se desenvolvem e permitem que as organizações operárias garantam conquistas através de suas lutas, mas são concessões que não colocam em perigo as bases do sistema de produção capitalista, e é nesse período que surgem os sindicatos. O terceiro, por fim, trata-se de uma época que se abre com a Primeira Guerra Mundial (1914-1917), à qual Lênin se refere em seu livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”, ou época imperialista, definindo-a como uma época de decadência do capitalismo. Portanto, foram três épocas: uma primeira época, de afirmação desse modo de produção; uma segunda, de ascendência, onde burguesia e proletariado se afirmam como classes antagônicas, surgimentos das primeiras organizações operárias, sindicatos e partidos, reformas para conter o avanço das lutas do proletariado; finalmente, uma terceira, período de decadência desse modo de produção e do retrocesso das conquistas e da agudização da luta (MORENO, 2003).

Em retrospectiva histórica, da perspectiva do ano 2000, é fácil perceber que o Estado de bem-estar não foi um estágio avançado do capitalismo, mas uma condição temporária moldada pela luta de classes e pelo espectro do comunismo. Do ano 2000, em retrospectiva, é fácil ver que o “capitalismo de bem-estar seria revertido e as reformas abolidas. [...]. O manifesto descreve claramente uma história que não é linear, cujo progresso não é inevitável – e cujas alternativas históricas e regressões são possíveis”. (MARX; ENGELS, 2005, p. 241).

Retornamos aos períodos e, em particular, ao período de ascendência do capitalismo, no qual os sindicatos se afirmam como uma organização operária em defesa dos direitos imediatos dos trabalhadores, para afirmar que dentro desse período houve três grandes

e importantes momentos da luta da classe operária, luta essa da qual Marx e Engels são responsáveis diretos pela redação dos respectivos programas políticos desse momento.

O primeiro, para o partido comunista, às portas da revolução de 1848, na Europa; o segundo, para a I internacional, em 1866; o terceiro, para o primeiro partido operário unitário, na Alemanha, em 1875²².

Entendendo que, em se tratando de política, é importante situar os fatos no tempo e no espaço, enfatizamos esses três momentos para marcar as circunstâncias em que a classe operária, por sua experiência nas lutas e se valendo das produções teóricas da época, surgia como classe que já empunhava sua própria bandeira, já tinha cunhado um programa com seus próprios interesses de classe, e os sindicatos estavam na linha de frente dessas lutas, sendo que Marx veio a registrar sua importância, seu papel e seus limites de atuação em uma sintética resolução “Sindicatos, presente, passado e futuro”, que ao ser submetido ao congresso da I Internacional, em Genebra, em 1866, foi aprovado.

Vemos que, nessa resolução, Marx evidencia três coisas: primeiro, que o capital é um poder social concentrado, e o trabalhador só possui sua força de trabalho individual; segundo, o único poder social dos trabalhadores é o seu poder numérico, sendo esse poder anulado pela desunião e pela concorrência entre trabalhadores; terceiro, os sindicatos têm sua origem na reação espontânea dos trabalhadores, na tentativa de eliminar, ou, ao menos, diminuir a concorrência, impondo-lhe limites com a finalidade de firmar contratos que os possibilitem a ter uma vida um pouco melhor do que a de meros escravos. Quanto ao objetivo imediato dos sindicatos, Marx define

As questões relacionadas com salários e jornada de trabalho”, o que considera uma atividade justificável e necessária, e que por isso são considerados como “Centros de organização da classe trabalhadora”. Imprescindíveis para “guerra de guerrilha tratada entre capital e trabalho (COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS, 2007, p. 3).

Contudo, nesse período, Marx já percebe que os sindicatos se ocupam exclusivamente com a luta econômica, imediata, contra o capital e desprezam a luta política, por não compreenderem sua necessidade para o combate ao próprio sistema de escravidão assalariado. Portanto, para Marx, os sindicatos deviam, sim, fazer a luta imediata por salários e melhores condições de trabalho, porém, isso, por si só, não respondia às demandas dos trabalhadores ou de toda a classe trabalhadora em seu conjunto. Marx defendia que os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe trabalhadora agindo no grande

²²Ver “Marx e a Pedagogia Moderna”, de Manacorda (2010, p. 39).

interesse de sua completa emancipação e que suas aspirações encontram-se muito distantes de serem limitadas e egoístas.

Marx considerava os sindicatos como um “movimento político” da classe trabalhadora. Definia que todo movimento que a classe trabalhadora realiza enquanto classe move-se em oposição às classes dominantes na tentativa de forçá-las por meio de “pressão desde fora”. Trata-se de um “movimento político”. Assim, Marx considera os sindicatos de suma importância para a luta da classe trabalhadora, porém alertava que eles não podem ter como horizonte somente a luta econômica sindical. Era preciso ir além, assumindo também a luta política contra o modo de produção capitalista em sua totalidade, pois, fazendo somente a luta econômica, puro sindicalismo, ficaria apenas nos marcos do domínio do capital sobre o trabalho.

Nesse sentido, ao se mover na luta por uma jornada de trabalho e por salários justos, os sindicatos deviam, junto a essas exigências, colocar também a luta pela abolição do trabalho assalariado – mesmo que, no primeiro momento, isso não leve aos trabalhadores a compreender que por dentro do capitalismo jamais os trabalhadores vão ter um salário justo, pois, é justamente do trabalho não pago, mais-valia, que se origina o lucro, que, por sua vez, realimenta o sistema de exploração. Isso não justifica esbarrar no economicismo, não se trata de diminuir a importância dessa luta imediata. No entanto, é preciso demonstrar os seus limites para o avanço da consciência da classe operária e o fortalecimento de suas organizações rumo às transformações que a existência humana clama e necessita. Portanto, somente é possível superar o trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção e a consequente superação dessa forma de organização, não só com a luta imediata dos sindicatos, sendo necessário impulsioná-los a travar uma luta também política.

Podemos então concluir que, nos momentos em que Marx faz referência aos sindicatos, reconhece sua importância para as lutas mínimas e imediatas e também seus limites ao se restringir a essas lutas, mas os vê também dotados de potencialidades para o combate político como um “Centro de organização da classe trabalhadora”, para preparar a resistência de modo geral à exploração do capitalismo, abarcando também a luta pelo poder político pela consequente emancipação humana. Marx reconhece que, para essa tarefa ser levada a cabo, há a necessidade de uma organização mais centralizada, disciplinada e combativa: “[...] a decisão de 1871 da Associação Internacional de Trabalhadores recomendou aos trabalhadores dos países industrializados a constituição de partidos trabalhistas nacionais [...]” (ABENDROTH, 1977, p. 45).

Observamos o que diz Sagra (2010) em relação a duas coisas: com referência ao ano de 1848, quando Marx e Engels fundaram a liga comunista e elaboram o Manifesto Comunista, o primeiro programa do movimento operário de fundamentação científica e de bases teóricas corretas; com menção ao de 1864, quando Marx estava presente na inauguração da I Internacional, em 1866, seu primeiro congresso, tornando-se membro da comissão responsável pelo seu estatuto e pelo seu programa. Sua observação evidencia que essa Primeira Internacional foi a prova inconteste de que a união da classe trabalhadora no mundo era possível. Aqui está a intenção de Marx, de fundar um partido mundial, que juntas se numa só organização internacional todos os que tinham uma visão comum em torno de um programa, para não só estudar e dizer o que é o capitalismo, de forma científica, mas, sobretudo, unir forças conjuntas para a ação de transformar o mundo, levando os homens do reino da necessidade ao reino da liberdade.

Na obra “Salário, Preço e Lucro”, Marx (1982, MARX *et al.*, 2008) assim define a luta imediata dos sindicatos contra os ataques dos patrões:

[...] a balança a favor do capitalismo contra o operário e que em consequência disso, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrario, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital [...] Se o fizesse, ver-se-ia a uma massa degradada uniforme de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. [...]. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente ficariam os operários por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Marx revela que essa luta diária é só um momento do combate e que há outro de maior intensidade, no qual aos trabalhadores não bastam só estarem unidos numa frente única, sendo necessário um programa comum, uma organização que leve isso a cabo, com objetivos claros e precisos para onde eles estão indo e onde querem chegar – daí a necessidade histórica de uma organização que tenha coesão ideológica, centralização de suas ações, disciplina, que atue de forma combativa e, ainda, que esteja junto aos operários nos sindicatos. Assim:

[...] a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final dessas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos, que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado (MARX, 1982 *apud* MARX *et al.*, 2008).

Compreendendo esse alerta e a importância dos sindicatos na luta diária contra os ataques dos patrões, ávidos por lucro e por rebaixar cada vez mais as condições de vida dos

trabalhadores, podemos contextualizá-los com a história da Revolução Russa, a primeira revolução operária vitoriosa na história, em 1917, na qual, num determinado momento histórico, a luta de classes produziu condições objetivas – degradação do modo de vida – e subjetivas – o desejo de lutar e a direção revolucionária para a tomada do poder pela classe trabalhadora, tendo como sujeito político o partido revolucionário. Este tinha um programa que unificava os lutadores que desejassem transformar radicalmente as condições da classe operária e camponesa e da juventude da Rússia.

Engels vê os sindicatos em dois momentos: o primeiro, quando escreve “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, em 1845; o outro, quando faz o prefácio da edição alemã da mesma obra, em 1892, quase cinco décadas depois, em outro momento histórico do desenvolvimento do capitalismo. “Para tanto, foi relevante uma lei aprovada pelo velho parlamento [...] a lei em questão, aprovada em 1824, anulava todas as disposições precedentes que, até então, proibiam aos operários associar-se para a defesa de seus interesses.” (ENGELS, 2010, p. 249). Engels enfatiza que, até então, esse direito era reservado à aristocracia e à burguesia e que, para ganhar o direito de liberdade à associação, a classe operária precisou percorrer um longo caminho. Continuando, diz Engels (2010, p. 251):

A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas. É natural que todos esses esforços não possam mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado pela relação entre demanda e a oferta. As associações são impotentes diante de todas as grandes causas que operam sobre essa relação: [...]. No entanto, no que tange às causas de menor magnitude, sua ação é eficaz.

Como vemos, Engels admite que quando os trabalhadores se organizam, eles se fortalecem. Entretanto, não conseguem atacar as grandes causas que os colocam em condições degradantes de exploração e miséria, só sendo eficaz nas causas menores, que são momentâneas, paliativas, pois, de conjunto, os operários estão subjugados aos patrões e às leis do mercado. Dessa forma, a maioria das greves termina em piora para os operários. Por que então eles continuam fazendo greve, mesmo diante de derrotas iminentes? “Simplesmente porque [...] sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito da burguesia explorá-los [...] protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos.” (ENGELS, 2010, p. 252-253).

Agora observemos o que Engels fala quase cinco décadas depois, em 1892, ao prefaciar sua obra de 1845. Ele começa registrando os avanços da moderna classe dos capitalistas industriais com a reforma parlamentar de 1831, que abria as portas do parlamento

para a burguesia industrial, mas que deixava de fora a pequena burguesia e o proletariado. A abolição das leis sobre cereais, uma grande vitória sobre os grandes latifundiários e o livre cambismo, que determinou todas as mudanças na economia inglesa, tanto financeira como comercial, no campo interno e externo, a nova classe, os capitalistas industriais agora se impunha à nação.

[...] e essa classe pôs mãos à obra com energia. Todo obstáculo à produção industrial foi suprimido implacavelmente. [...]. Tudo se subordinou a um único objetivo, que se revestia da máxima importância para os capitalistas industriais: baratear todas as matérias-primas [...] todos os meios de subsistência para a classe operária [...] e manter baixos, se não fosse possível reduzi-los ainda mais, os salários (ENGELS, 2010, p 352).

O objetivo maior era transformar a Inglaterra em uma fábrica do mundo, onde o restante dos outros países teria o papel que já desempenhava a Irlanda, fornecedora de matéria – prima e alimento e compradora de produtos industrializados. O que a Inglaterra se lançou a fazer no século XIX, na Europa, converter os outros países em suas colônias, assemelha-se ao que Alemanha e França tentam fazer no século XXI, com a zona do euro, e o que faz o imperialismo norte-americano com os países da América Latina, depois da queda do muro de Berlim.

Voltemos à Inglaterra, a burguesia sempre foi uma classe ambiciosa e mais organizada, e sempre soube negociar com as outras classes que lhe faziam oposição, isso por razões históricas, ou seja, como detentora do poder, da riqueza e do controle da produção, dessa forma, o domínio da cultura. Percebendo que não era possível reinar soberana diante da tenaz resistência da classe operária, a burguesia resolve mudar de estratégia e de relações com a classe operária passando assim a tergiversar nas suas palavras e dissimular seus ataques com base em ideias de convencimento.

A legislação sobre as fábricas, antes um espantinho para os industriais, passou a ser implementada, e mais estendida, em maior ou menor medida, a todos os ramos industriais. Os sindicatos (*Trade Unions*), até pouco antes considerados como invenção do diabo, foram reconhecidas e até mimado pelos industriais como instituições plenamente legítimas e como um meio eficaz para difundir entre os operários doutrinas econômicas saudáveis. Mesmo as greves, que antes de 1848, eram reprimidas passaram a ser vistas como úteis em certas ocasiões, em particular se aprovadas pelos próprios industriais, no momento oportuno (ENGELS, 2010, p. 353).

Engels assinala a mudança no papel dos sindicatos em uma época de capitalismo ascendente, a tendência de se converterem em instrumentos da burguesia, para a conciliação

de classes, o que Lênin e depois Trotsky vão desenvolver em outra época, a do capitalismo decadente, tendo como marco a primeira guerra mundial em 1914.

Lênin ao expor suas opiniões sobre a resolução do comitê de Odessa, sobre a luta sindical em 1905 na Rússia assevera:

[...] assumia “a direção de todas as manifestações e lutas de classe do proletariado” e “não esquecer nunca a tarefa de dirigir a luta sindical” [...] que essa resolução é magnífica e que mais na frente assegura: [...]. A luta sindical é uma das manifestações permanentes de todo o movimento operário, sempre necessárias sobre o capitalismo e obrigatórias em todos os momentos [...] (LÊNIN, 1979, p. 81, grifos do autor).

Lênin acentua a luta sindical como uma das formas de luta levada a cabo pelo proletariado, portanto, indicando que há outras formas, também necessárias, de luta, além da sindical. Citando Engels em “Que fazer?”, Lênin “[...] distingue três formas fundamentais da luta proletária: a econômica, a política e a teórica, isto é, a sindical, a política e a teórica (científica, ideológica, filosófica).” (LÊNIN, 1979, p.81). Podemos compreender tanto pela forma como pelo conteúdo que a luta sindical é aquela realizada de forma imediata por melhores salários e condições de trabalho, uma luta permanente contra os efeitos da exploração à qual são submetidos os operários pelos patrões; a política é a luta que parte das necessidades imediatas e das ações espontâneas dos trabalhadores contra os efeitos da exploração e evolui para um combate organizado, programático, contra as causas da exploração, que tem seu ápice na luta pelo poder político, daí a necessidade de um partido político; a teórica é a luta que demanda dos sujeitos envolvidos um rigor científico ao transpor o mundo real com sua estrutura e dinâmica para o mundo ideal, ou seja, realiza-se uma apropriação de forma ideal do mundo real para assim poder analisar, caracterizar e formular políticas para intervir de forma organizada e objetiva. Essas lutas não são desvinculadas umas das outras, porém, mesmo estando interdependentes, representam estágios distintos da evolução da luta de classes, da consciência do proletariado mediante as forças produtivas e a organização da produção.

[...] A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão a consciência sindical, isto é, a convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas e aquelas leis necessárias aos operários e etc. (MARX *et al.*, 2008, p. 110).

Não que aqui não haja um gérmen político. Contudo, seus limites são as exigências puramente econômicas imediatas, importantes e necessárias, é bem verdade, mas insuficientes, carecendo de avanço para o campo político-ideológico no que cabe a célebre

frase de Lênin “Fora do poder tudo é ilusão”, ou seja, ganhar a consciência da classe trabalhadora para o exercício do poder não pode ser levado a cabo pela luta economicista. Por isso,

[...] A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população. Todo aquele que orienta a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária exclusiva ou preponderantemente para ela própria, não é um social-democrata; pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter o conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não apenas teórico... ou melhor: não só teórico, como fundamentado na experiência da vida política. Eis por que nossos “economistas”, que pregam a luta econômica como meio mais amplamente aplicável para integrar as massas no movimento político, realizam um trabalho profundamente prejudicial e reacionário em seus resultados práticos (MARX *et al.*, 2008, p.117).

Recorrendo à história da humanidade, Lênin afirma que até agora não foi elaborada uma terceira ideologia e que, portanto, a luta está circunscrita entre a ideologia burguesa –preservação e manutenção da propriedade privada e do trabalho assalariado – e a ideologia socialista–propriedade coletiva da produção social, fim do trabalho assalariado, fim das classes sociais e livre individualidade. Levando-se em consideração que a sociabilidade imposta pelo modo de produção capitalista pauta-se por profundos antagonismos de classes, não há como surgir uma ideologia à margem dessas classes em luta.

[...] Por isso, toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa [...], pois o movimento operário espontâneo é o sindicalismo [...] ora, o sindicalismo é justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia [...](MARX *et al.*, 2008, p. 114).

Lênin ainda se vale da expressão “escola de guerra” para se referir às greves levadas a cabo pelos operários sob o comando dos sindicatos, afirmando que, “como escola de guerra, os sindicatos não têm competidores”. Nessa compreensão, indicava a importância dos sindicatos para a preparação da “batalha futura” que a classe operária teria que travar pela libertação do jugo da burguesia. Essa batalha transcende ao economicismo, indo para o campo político- ideológico, sendo necessárias outras organizações além dos sindicatos: os partidos operários e, especificamente, os partidos marxistas revolucionários.

Já depois da tomada do poder, na Rússia, Lênin admite que os sindicatos nessa época de revolução socialista nascente precisam avançar para desempenhar um papel político

decisivo na organização da classe operária, pois os ideólogos burgueses sempre foram os ferrenhos defensores da ideia de que a luta sindical se restringisse ao campo econômico.

[...] ocupai-vos de vossa economia, pois da política se ocupará o partido dos elementos burgueses [...] e o velho Estado mesmo sustentado pelo poder com base na mais democrática das repúblicas burguesas, nunca foi outra coisa senão uma ditadura de uma classe que é proprietária de todos os meios de produção, de todos os meios materiais que garantem a reprodução da vida, sem os quais o trabalho permanece escravo. Precisamente por isso, quando o poder político passou às mãos do proletariado, os sindicatos tiveram que cumprir mais e mais o seu papel de construtores da política da classe operária, o papel de homens cuja organização de classe deve substituir a antiga classe exploradora e jogar por terra as velhas tradições e preconceitos da velha ciência [...] (LÊNIN, 1979, p. 173).

Lênin, como um dos que mais compreendeu o marxismo, que nega o Estado burguês, mas afirma o Estado operário, nega o trabalho e a ciência sob domínio burguês, mas os afirma sob a direção proletária, pois estes os levarão à compreensão das necessidades e da liberdade da humanidade, defende que o poder não é um fim para o proletariado, mas, sim, o meio para se chegar a uma sociedade comunista.

Diante das condições da exigência da edificação do Estado operário, Lênin lembra o que para ele nesse momento é crucial para tocar a revolução, a “estatificação” dos sindicatos: “[...] quanto mais ampla e profunda seja a revolução operada na sociedade, maior deve ser o número de homens que a realizem e que sejam seus artífices no verdadeiro sentido da palavra.” (LÊNIN, 1979, p. 174).

Como os sindicatos, que, por sua natureza, podem congregam os trabalhadores, independente de cor, credo religioso e posição política, assumem por excelência o papel importantíssimo para a construção da nova sociedade, socialista, Lênin (1979, p. 178) observa, porém, que

[...] o operário nunca esteve separado da velha sociedade por uma muralha chinesa [...] os operários edificam a nova sociedade sem se transformar em homens novos, depurados das lamas do velho mundo, mas metidos até os joelhos nesta lama. Só é possível sonhar com o limpar-se deste lodo. Seria a maior das utopias acreditar que isso pode ser alcançado imediatamente. Isto seria uma utopia que na prática não faria senão afastar o reinado do socialismo para as regiões celestiais.

Lênin demonstra que tem consciência de onde está e também dos caminhos a seguir, que serão árduos e escorregadios, e que haverá portas cerradas nesse caminho. Contudo, alerta que tudo precisa ter seu tempo e nada pode ser feito de forma arbitrária, pois edificar o socialismo não é uma tarefa qualquer. Para tanto, são necessários muitos braços e muitas mentes, daí ressaltar o papel dos sindicatos diante dos novos desafios que opera a revolução.

Em virtude da grandiosa revolução que se operou na história quando o proletariado tomou em suas mãos o poder do Estado, os sindicatos passam pela mais profunda reviravolta em toda sua atividade. Passam a ser os principais artífices da nova sociedade, porque só as massas de milhões e milhões de seres podem ser os criadores desta sociedade. (LÊNIN, 1979, p. 179).

Lênin enxerga nesse momento as tarefas pedagógicas dos sindicatos, educando e se educando com os operários, cumprindo a tarefa de ensinar as massas a dirigir o Estado e a indústria, planejar e exercer o trabalho prático. Para isso, é necessário juntar ensino e trabalho no que seriam os primeiros passos para pôr fim à divisão entre trabalho manual e intelectual, tornando a ciência operativa, agora por organização da produção de forma coletiva – não só pelos braços e músculos dos operários, mas também com a sua consciência.

[...] cometeremos inevitavelmente erros, mas em cada erro, agora não aprenderão grupos de estudantes que sigam um curso teórico qualquer de direito político e administrativo, mas milhões de trabalhadores que experimentarão em si próprios as conseqüências de cada erro, que virão ter diante de si as tarefas inadiáveis de centralizar e distribuir a produção. (LÊNIN, 1979, p. 180).

Partindo da afirmação de Marx e Engels de que a classe que domina o poder material também domina o poder espiritual, Lênin afirma que os sindicatos são aparatos materiais que, da mesma maneira que o parlamento burguês, marcadamente depois da primeira guerra mundial, tornou-se fonte de privilégios materiais, ascensão social, acomodação e adaptação política ao modo burguês de vida. Na democracia burguesa, essa organização torna-se um dos berços da burocracia das organizações operárias, de se conformar ao regime, lutando por concessões aos trabalhadores e não mais para romper com a exploração da classe trabalhadora.

Lênin conclui que, no Estado burguês, as instituições materiais necessitam de correspondente ideológico: a igreja, com a fé e a crença em Deus e em um mundo melhor após a morte; o parlamento burguês, símbolo da democracia onde “todos” podem ser eleitos pelo voto direto e universal; a justiça “cega”, que promove o equilíbrio na sociedade entre os mais fortes e os mais fracos, cujo lema visaria assegurar que todos são iguais perante a lei.

Na etapa em que os sindicatos levam a cabo a política de melhorar a vida da classe trabalhadora, nos marcos do capitalismo decadente, eles nada mais são do que uma instituição burguesa da classe operária. Isso demonstra que

[...] todo culto da espontaneidade do movimento de massas, todo rebaixamento da política social democrata ao nível da política sindical resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa. O movimento operário espontâneo, por si mesmo, só pode engendrar (e infalivelmente o fará) o sindicalismo; ora, a política sindical da classe operária é

precisamente a política burguesa da classe operária. A participação da classe operária na luta política, e mesmo na revolução política não faz de maneira alguma de sua política uma política social democrata. (LÊNIN, 1978, p. 74).

Marx havia se preocupado com as organizações dos trabalhadores, por isso integrou uma comissão responsável por escrever o estatuto da I Internacional. Ele percebeu que o capitalismo era um sistema mundial, por isso só era possível combatê-lo no plano mundial, o que fez com que essa organização, infelizmente, não resistisse à derrota dos operários na Comuna de Paris. Quando foi fundada a II Internacional, Marx já havia morrido, e foi Engels que cumpriu um importante papel para sua construção. A I Internacional se caracterizou como uma frente única das organizações operárias e dos dirigentes revolucionários de vários países. Contudo, além de escrever a palavra “internacionalismo” para sempre no vocabulário da humanidade, foi a base para as outras futuras.

A II Internacional congregava partidos nacionais, social-democratas, que possibilitaram, pelos debates, um acúmulo de elaboração político-teórico, principalmente para o proletariado europeu. Quando ocorreu a III Internacional, Marx e Engels já estavam mortos. Foi Lênin, juntamente com Trotsky, seus principais fundadores, pois a II tinha perdido o sentido para a classe operária diante da primeira guerra imperialista (1º Guerra Mundial 1914/18).

Depois da morte de Lênin, Stalin assume o comando e, com ele, a tese reacionária do socialismo em um só país, que permitiu a restauração capitalista onde havia triunfado a revolução nos países do leste europeu. Esse processo teve como ato final a queda do muro de Berlim, em 1989, quando se abriu uma nova etapa da luta de classes, na qual não havia mais nem Estados operários e nem os aparatos burocratas stalinistas para frear o movimento e a luta das massas.

A IV Internacional foi fundada por Trotsky após a morte de Lênin, por meio da qual ele vai travar uma batalha sem tréguas contra o stalinismo. Em outras palavras, Trotsky lutava tanto contra a burocratização dos Estados operários e o fim do internacionalismo quanto em defesa do socialismo em um só país e da construção do partido mundial da revolução.

Logo após a fundação da IV Internacional, em Paris, ao mesmo tempo também foi aprovada a última versão do programa de transição, que fora redigida por Trotsky. Esse programa leva o nome de “A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional” e, segundo o próprio Trotsky, não era um programa acabado, visto que ainda faltava uma análise melhor elaborada sobre a situação mundial e sobre a situação econômica também

mundial. Além disso, faltava, na análise de Trotsky, precisar as tarefas após a tomada do poder e as ações da transição ao socialismo. Em 1940, Trotsky foi assassinado no México a mando do stalinismo e, sendo que em 1939, explode a Segunda Guerra Mundial, confirmando o que ele intitulara no programa de transição: “A agonia do capitalismo”.

Passando em revista os três períodos de nascimento, desenvolvimento e consolidação da sociedade burguesa, temos um primeiro que se inicia com a superação do modo de produção feudal, passando pela primeira revolução industrial na Inglaterra aproximadamente em 1775, chegando à revolução francesa, em 1789 – que põe fim à propriedade feudal e funda a propriedade burguesa –, fechando-se com a Comuna de Paris, em 1871. Foi nesse último período que a burguesia conseguiu se impor, finalmente, como classe dominante, junto com seu modo de produção, ao derrotar, por um lado, a aristocracia feudal e frações da burguesia que se opunham ao desenvolvimento industrial e, por outro, o proletariado, classe que a própria burguesia necessitou levar para as lutas políticas ao seu lado, mas, que se tornam inimigas, visto que seus interesses políticos e econômicos se revelaram irreconciliáveis.

Um segundo período, marcado pelo desenvolvimento das forças produtivas e por reformas dentro de um capitalismo ascendente, no qual as organizações operárias conquistaram vários direitos em suas lutas foi um período de livre concorrência do capitalismo, que predominou da comuna de Paris, em 1871, até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

O terceiro, por fim, iniciou-se mais ou menos com a primeira guerra de rapina, realizada pelos países ricos, cujo resultado seria uma maior concentração da riqueza nas mãos de poucos países em detrimento de uma enorme maioria de países em situação de pobreza. Dentro desse terceiro período, gostaríamos ainda de destacar quatro etapas: a primeira, bem curta, por sinal, de 1917 a 1923, marcada pela Revolução Russa de Outubro, na qual Lênin, aplicando os fundamentos do marxismo, levou a cabo a primeira revolução operária vitoriosa da história, junto com Trotsky, abrindo uma onda de revoluções pela Europa; a segunda, de 1923 a 1943, marcada por um conjunto de derrotas da classe operária (na Alemanha, o proletariado mais combativo foi derrotado; Rosa Luxemburgo e Liebknecht foram assassinados; houve derrotas na China, na França, na Espanha; ocorreu a ascensão do nazifascismo na Alemanha, na Itália e na Espanha; explodiu a Segunda Guerra Mundial; Stalin levou a cabo uma contrarrevolução na União Soviética); a terceira, de 1943 a 1989, que se iniciou com a vitória russa na batalha de Stalingrado, na qual o exército vermelho derrotou o nazifacismo, este terceiro período foi um momento histórico, pois permitiu que, em um

terço do mundo, a burguesia fosse expropriada e que o imperialismo fosse expulso da grande maioria das antigas colônias. Porém, nesse processo existe uma contradição: essa “derrota” da burguesia fortalecia a burocracia stalinista, pois imprimiu ao Estado um caráter burocrático e degenerou os Estados Operários nascentes, permitindo, por conseguinte, um acordo entre o imperialismo e a burocracia soviética numa divisão do mundo em socialismo x capitalismo. Com isso, o imperialismo impediu o avanço do ascenso revolucionário para a Europa ocidental, e a burocracia soviética avançou no processo contrarrevolucionário, com a ditadura de partido único e a tese do socialismo em um só país, o que se denominou uma nova “ordem mundial”); finalmente, a quarta etapa, conhecida como revoluções do leste (1988/91), que ficou marcada pela queda do muro de Berlim, em que as massas se insurgiram contra essa ditadura de partido único, contra os regimes stalinistas e contra a velha “ordem mundial”, porém, não tiveram forças para romper a dupla muralha, o aparato stalinista e a contra ofensiva capitalista, destruir o aparato burocrático stalinista e chegar ao socialismo, pois foram freadas pela restauração capitalista (Essa situação promoveu, por um lado, a libertação da classe operária das amarras dos aparatos burocráticos, por outro, pôs fim aos Estados operários que eram referências para a revolução socialista, acarretando, assim, uma ofensiva da ideologia burguesa, do fim do socialismo e da superioridade do capitalismo e de que as massas nesses países teriam lutado para implantá-lo, ou seja, teriam luta do contra o socialismo e a favor do capitalismo).

Com a crise econômica mundial aberta em 2007, agudizada na Europa e nos Estados Unidos, em 2011, com reflexos no Oriente Médio e no mundo árabe, a história não deixa lacuna e confirma que o modo de produção capitalista não só não é superior ao “socialismo”, pois este nunca chegou a existir de fato, como agora o capitalismo se encontra em mais uma agonia de morte, mas que não vai morrer sem ter o seu algoz.

Como bem colocam Marx e Engels no “Manifesto Comunista”,

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em conflito! (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Com esse apanhado histórico e submetendo-nos à historicidade, que nos assegura que as aparências nos indicam o caminho da essência e que esta não é imutável, pelo contrário, está em constante evolução, entendemos que dessa condição não se isenta a sociabilidade burguesa, no interior da qual há precisamente duas classes: uma que possui os

meios de produção que garantem a vida e outra que é expropriada desses meios. Nessas circunstâncias, há uma luta em curso: por um lado, os que detêm esses meios de produção, para assegurá-los e subjugar os despossuídos; por outro, aqueles que lutam para se libertar desse jugo, libertar não só a si mesmos, mas também os próprios dominadores. Estamos tratando da abolição das relações de propriedade, expressas no Manifesto da seguinte forma: “Todas as relações de propriedade têm passado por modificações constantes em consequência das contínuas transformações das condições históricas” (MARX; ENGELS, 2005, p. 52).

Partindo do princípio das contínuas transformações da sociedade, promovidas pelas condições históricas, trazemos para apreciação a posição de Lênin sobre os sindicatos, no momento atual, e os erros de Trotsky apontados no “Discurso na sessão conjunta de Delegados ao VIII Congresso dos Soviets, de membros do Conselho Central dos Sindicatos da Rússia, do Conselho de Sindicatos de Moscou e de militantes do PC(b) da Rússia”, de 30 de dezembro de 1920. Afirmamos a necessidade de trazê-los, visto que representam um dos momentos históricos mais dinâmicos, como o próprio Lênin assinalava: “Analisando o atual momento político, poderíamos dizer que atravessamos um período de transição dentro do período de transição. Toda ditadura do proletariado é um período de transição, mas agora, temos, como se diz, toda uma série de novos períodos transitórios.” (LÊNIN, 1978, p. 200). O pronunciamento de Lênin tem como base o que Trotsky escreve sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nesse momento de transição, em que as teorias viram cinzas com enorme rapidez.

No momento, até aqui, queremos afirmar que se traçarmos uma linha no tempo do modo de produção capitalista – com a burguesia como classe dominante e o proletariado como classe dominada – teremos três momentos: a época das revoluções burguesas, momento de afirmação desse modo de produção; a de domínio e de desenvolvimento desse sistema; a época atual, de agonia dessa forma de organização da produção dos meios de vida. Marcaremos no período de desenvolvimento das forças produtivas e de um capitalismo ascendente o surgimento dos sindicatos que nascem dentro desse sistema, desenvolvem-se com ele e passam por várias transformações, com papel e tarefas diferentes. Historicamente, estamos ressaltando o caráter das mudanças na sociedade, promovidas pelas relações sociais em todos esses períodos, cujas bases materiais estão colocadas pela luta de classes: a burguesia, que, no princípio, surgiu como a classe mais revolucionária, mas deixou de sê-lo; o proletariado, que, de coadjuvante, passou a ser a classe mais progressista, mas que ainda não se afirmou como classe dominante.

[...] Sua explicação lógica se encontrará nas leis da dialética que asseguram que tudo muda pela superação das contradições internas e segue mudando até que através de

salto qualitativo de caráter essencialmente revolucionário, a velha estrutura se quebra e se ergue uma nova que demonstra força superior. (NOVACK, 2006, p. 15).

A morte do velho e o nascimento do novo são confirmados pela história, pois assim como o escravismo sucumbiu ante o feudalismo, e o segundo pereceu ante ao capitalismo, este será superado pelo socialismo. Marx e Engels assinalaram isso no Manifesto Comunista: “A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte, produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários.” (MARX; ENGELS, 2005, p. 46). Marx e Engels não só dizem do seu fim, mas apontam o sujeito que efetivamente levará isso a cabo – o proletariado. Lênin, como um bom discípulo do marxismo, auxiliado por Trotsky, pôs isso em marcha na revolução Russa de 1917, que, infelizmente, foi interrompida pela morte precoce de Lênin e vários outros fatores que não nos cabe aprofundá-los aqui por não ser essa nossa intenção.

Relembremos o que Marx afirmou sobre o fim de uma organização social, de que isso só é possível depois de esta ter esgotado todas as suas possibilidades de desenvolvimento. Isso nos remete a três conclusões possíveis: primeira, que o velho nem vai morrer de velho e nem de morte súbita; segunda, que o novo não surgirá sem a superação do velho; terceira, que, antes do triunfo do novo, haverá longos períodos de transição até que o novo se mostre superior. Isso nos demonstra a história e o movimento de todo real, tanto da natureza como das sociedades que insistem na sua existência num contínuo e permanente vir a ser, que pode ser compreendido quando aceitamos: “[...] A dialética é a lógica da matéria em movimento e, portanto a lógica das contradições, porque a evolução é intrinsecamente autocontraditória. Tudo gera em si mesmo essa força que leva a sua negação, sua transformação em outra e mais elevada forma de existência.” (NOVACK, 2006, p. 80).

Por isso, dentro dessa lógica das contradições, e na luta pela evolução social, somos levados a travar constantes batalhas contra várias correntes de pensamento: contra os sectários, que tentam a todo custo moldar a realidade às suas ideias e não o contrário, pois não compreendem a importância de entender a realidade e de avaliar que ações práticas são viáveis e que possam ser realmente revolucionárias dentro de um programa assumido por todos aqueles que lutam pela transformação da sociedade ora em conflito; contra os oportunistas, que, em sua ânsia imediatista, não impõem barreiras com quem fazem alianças, levando assim ao risco de ferir de morte um dos princípios da luta de classe – a independência do proletariado; contra os reformistas, que proclamam ser possível chegar ao socialismo pelas sucessivas reformas ao capitalismo; finalmente, contra os anarquistas, sobre o papel do Estado e a propriedade privada. Estes últimos não são a favor da extinção da propriedade privada e

são contra qualquer autoridade e tipo de Estado. Em relação ao combate aos anarquistas, especificamente sobre a questão da autoridade, Engels responde no seu trabalho “Da Autoridade”:

[...] Por que os antiautoritários não se limitam a clamar contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas estão de acordo em que o Estado, e com ele a autoridade política, desaparecerão como consequência da próxima revolução social, quer dizer, que as funções públicas perderão seu caráter político. Transformar-se-ão em simples funções administrativas, chamadas a velar pelos interesses sociais. Porém, os antiautoritários exigem que o Estado político seja abolido por uma canetada, antes de serem destruídas as relações sociais que o fizeram nascer. Exigem que o primeiro ato da revolução seja a abolição da autoridade. Nunca viram uma revolução estes senhores? Uma revolução é, indubitavelmente, a coisa mais autoritária que existe; é o ato mediante o qual uma parte da população impõe a sua vontade a outra parte por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários como poucos; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, tem de manter esse domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários. A comuna de Paris teria durado por acaso um só dia se não tivesse empregado essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não podemos, pelo contrário, reprovar-lhe o fato de que não a usou o suficiente? Assim, pois, das duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e neste caso não fazem mais do que semear confusão; ou o sabem, e neste caso traem o movimento do proletariado. Em um e outro caso servem a reação (ENGELS *apud* SAGRA, 2010, p. 18).

Com base no que colocamos até aqui, vamos ao momento em que Lênin acentua o papel dos sindicatos num período de transição da ditadura do proletariado, na Rússia, em 1920, momento em que Trotsky levanta uma polêmica sobre a democracia na produção com um tema, papel e tarefa dos sindicatos. Lênin afirma: “[...] os sindicatos são uma organização industrial, não só historicamente necessária, mas também historicamente inevitável, que nas condições da ditadura do proletariado engloba quase a totalidade dos operários da indústria [...]” (LÊNIN, 1979, p. 190). Diz ainda que Trotsky não valoriza essa ideia fundamental, ao não precisar uma tarefa mais específica para o momento histórico. Esse momento, para Lênin, é um dos problemas teóricos mais importantes, pois os sindicatos concentram a totalidade dos operários industriais. Estes são, ao mesmo tempo, uma organização da classe dirigente, dominante, governante, da classe que exerce a ditadura pelo controle do Estado, agora proletário. Porém observa que, mesmo assim,

[...] não é uma organização estatal, não é uma organização coercitiva, é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, é uma escola de governo, escola de administração, escola de comunismo. É uma escola de tipo completamente desconhecida, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas certa combinação extraordinariamente original daquilo que ficou do capitalismo, e que não podia deixar de ficar e do que realizam em seu seio os destacamentos revolucionários avançados, isto é, a vanguarda revolucionária do proletariado. Pois bem, falar do papel dos sindicatos, sem levar em conta estas verdades, significa chegar inevitavelmente a uma série de erros (LÊNIN, 1979, p.191).

Em uma época de luta aberta contra a exploração capitalista, Engels diz que os sindicatos são “escolas de guerra”. Marx, por sua vez, cunha a expressão centro de organização da classe trabalhadora, que não deixa de ser uma escola, pois, como centro de organização, precisa educar os trabalhadores pondo-os em marcha em defesa de interesses opostos aos da burguesia, assim como a educação para a luta, na expressão de Engels. Lênin, depois, retoma essa expressão, “escola de guerra”, em relação às greves, por meio das quais a classe operária estava estudando e se preparando para travar a luta pelo poder político.

Trotsky assinala as mudanças nos sindicatos no período de ascensão do capitalismo para o período de decadência imperialista e lembra que Rosa Luxemburgo começou a combater bem mais cedo que Lênin o papel dos sindicatos, quando eles se convertem em instrumentos de contenção das lutas e conciliação de classes pela própria transformação ocorrida no capitalismo. No período de ascensão, era possível fazer concessões aos trabalhadores, e os sindicatos evoluíram se especializando, passando a ter uma casta permanente de dirigentes. Essa mesma casta, que, no período de decadência, antes agia, passa, progressivamente, a ser um obstáculo aos avanços. Trotsky afirma: “[...] há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreita com o poder estatal.” (TROTSKY, 1978, p.101).

Essa adaptação ao estado burguês pelos sindicatos fez com que seus líderes utilizassem o poder a eles delegado pelos trabalhadores, não a favor destes, mas passassem a atuar como agentes defensores dos interesses burgueses e, igualmente, do Estado burguês, contra os interesses da classe operária. Nesse tempo de decadência e agonia do capitalismo, os sindicatos, para Trotsky, poderiam servir para disciplinar, doutrinar o movimento operário no sentido de frear as lutas – educando os trabalhadores à subordinação, ao modo de vida do capitalismo imperialista, atravancando, assim, a revolução – ou se converter em uma ferramenta de luta proletária pela revolução socialista.

No programa de transição, Trotsky esclarece o caráter pedagógico da luta política das organizações da classe operária.

É uma tarefa pedagógica modificar as mentalidades. Devemos ter paciência etc. A crise da sociedade é a base para a nossa atividade política. A consciência das massas é sua arena. Devemos transformá-la. Devemos dar uma explicação científica da sociedade, explicá-la claramente as massas. Nisso consiste a diferença entre o marxismo e o reformismo (TROTSKY, 2008, p. 103).

Considerando que o processo educativo age sobre a consciência, e esta, como assegura Trotsky, a arena das atividades políticas na luta de classes, a atividade sindical passa

a ser uma atividade também política, até mesmo quando leva a cabo somente as lutas imediatas, economicistas. Para mover a classe operária para qualquer ação, é, pois, preciso mudar a sua mentalidade, e isso é uma tarefa pedagógica, como bem coloca Trotsky. Dependendo do desafio colocado para as massas, há de se considerar também o tamanho da tarefa e o caráter pedagógico de modificação da consciência dessas massas, quando os desejos coletivos ganham corpo político, imprimindo sua marca na objetividade dos homens.

Lênin admite que os sindicatos sejam imprescindíveis para exercer a ditadura, as tarefas do Estado operário, pois eles, pelas suas funções cotidianas, convencem as massas, ou seja, a classe mais progressista, capaz de conduzir toda a humanidade do capitalismo ao comunismo. Esse ato de convencimento resulta de ações práticas da vanguarda sindical com as massas operárias, ações educativas sobre a consciência. Lênin parte do princípio do convencimento das massas para o exercício das tarefas práticas, necessárias para o momento de transição.

Trotsky levanta uma tese contraditória quando afirma que, na esfera do consumo, das condições de existência, é preciso aplicar a linha do igualitarismo; já na esfera da produção, o princípio a ser empregado é o trabalho de choque, ou seja, a produção de certos produtos pelas suas necessidades mais imediatas. Lênin afirma que só é possível a preferência na produção se houver também no consumo, então democracia na produção pode causar confusão no momento político da revolução, por isso, o pensador e revolucionário russo assegura que o mais importante é a produção, pois esta pode permitir que se avance para a democracia.

Lênin também fala sobre os resultados da coerção, quando aplicada em conjunto com a persuasão: “Soubemos colocar todas as novas tarefas da produção sobre uma base ampla e sólida de trabalho de persuasão? [...] e do ponto de vista político o mais importante é, certamente, a preparação das massas.” (LÊNIN, 1979, p.201). Lênin atribui suma importância ao ato de persuadir, convencer, ganhar consciência das massas para as tarefas políticas do presente para solidificar a construção do futuro, o socialismo. Essa tarefa de persuasão é uma atividade pedagógica que cabe aos sindicatos realizarem, ressaltando que essa atividade é realizada tanto no sentido restrito como no sentido amplo do termo pedagógico.

No campo mais restrito, concernem as tarefas cotidianas na prática do trabalho na produção: “Eles devem ensinar os seus membros, em cada oficina e em cada fábrica, a descobrir e levar em conta todos os defeitos no aproveitamento da mão-de-obra, derivada de uma utilização desacertada dos meios técnicos ou do trabalho administrativo deficiente.” (LÊNIN, 1979, p. 206).

No sentido amplo, quando engloba um conjunto de ações práticas resultantes da experiência que direcionarão toda a produção, envolvendo matéria-prima, máquinas, terras, o trabalho, os métodos e as técnicas, no sentido de responder às necessidades coletivas e dos domínios da vida social,

[...] os sindicatos devem encarar este problema do ponto de vista da organização do trabalho com vistas às tarefas de produção e à utilização racional deste. Por isso, o programa geral de produção por partes e em seu conjunto, deve ser traçado com a participação clara dos sindicatos a fim de combinar do modo mais conveniente o aproveitamento dos recursos materiais da produção e do trabalho (LÊNIN, 1979, p. 206).

Lênin situa os sindicatos entre o partido e poder do estado no período da ditadura do proletariado. O partido concentra em suas fileiras a vanguarda desse proletariado. Essa vanguarda, por sua vez, concentra a energia revolucionária da classe. “Na transição para o socialismo é inevitável a ditadura do proletariado, mas esta ditadura não é exercida pela organização que contém a totalidade dos operários industriais.” (LÊNIN, 1979, p. 191), ou seja, os sindicatos não são responsáveis diretos pela ditadura do proletariado, mas, sem eles, ela não é possível. Portanto, a vanguarda do proletariado – que concentra a energia da classe revolucionária e tem como determinação o combate econômico, político e ideológico contra a classe inimiga – atua nos sindicatos para educar as massas. Essa atividade pedagógica consiste em que nos sindicatos

[...] os trabalhadores devem aprender e ensinar a utilizar a democracia operária, a fazer política geral na sociedade, a negociar com a patronal, a montar sua imprensa, sua administração financeira, lidar com os problemas de saúde do trabalhador, a estabelecer relações internacionais e fundamentalmente aprender a lutar, a organizar suas lutas e greves, seus piquetes, suas milícias, sua autodefesa, lidar com armamentos e os primeiros socorros. (COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS, 2005, p. 19).

2.3 Atividade sindical e práxis pedagógica

É necessário levar em conta e entender quando Lênin nos diz que os operários não estão separados da velha sociedade, pelo contrário, eles refletem a cultura dessa sociedade deteriorada. Eles não vão antes se transformar, para depois transformar a sociedade. Eles o farão por dentro de toda degradação da velha sociedade.

Ao tomar o poder em suas mãos, os operários “[...] passam a ser os principais artífices da nova sociedade [...]” (LÊNIN, 1979, p. 179), pondo abaixo toda a ideologia inculcada nas massas, de que só podem dirigir o Estado os iluminados. Dessa forma, milhões

de trabalhadores estarão à frente do governo, errando e aprendendo com a correção desses erros. Assumirão as tarefas de organização da produção, controlando, distribuindo e elevando sua quantidade e qualidade. Contraditoriamente, estando à sua própria sorte, perceberão que só podem contar com eles mesmos, na execução dessa gigantesca tarefa, de dirigir os destinos da humanidade.

Os sindicatos e seus dirigentes estarão envolvidos nessa missão de corpo e alma, em unidade com a classe, educando as massas para assumir o comando do Estado. Como uma organização da classe que exerce a ditadura, que governa com o poder de coerção, mas, ao mesmo tempo, não sendo uma organização estatal, e nem de coerção, os sindicatos se impõem como uma organização educativa, “[...] uma organização que atrai e instrui, [são] uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo [...] combinação extraordinariamente original daquilo que ficou do capitalismo, e que não pode deixar de ficar [...]” (LÊNIN, 1979, p. 191).

Quando Marx nos diz que os homens fazem a história, não de acordo com sua vontade, mas de acordo com as condições que lhes são impostas, sendo essas condições reais muitas vezes adversas às ideias e às vontades dos homens presentes, estes são forçados a intervir de forma direta com o objetivo de modificá-las a seu favor, às suas necessidades.

Os sindicatos são organizações de representação indireta dos trabalhadores e estão situados na superestrutura, têm a ver com formas de consciência social, portanto, têm como arena de atuação não só a consciência, mas também as condições materiais dos homens. A práxis pedagógica se funda nessas relações sociais – superestrutura – e relações materiais – estrutura. Contudo, “[...] a existência e a consciência são inter-relacionadas e interdependentes reciprocamente.” (MARX; ENGELS, 2005, p. 242). Porém, segundo George Novack (2006), embora a consciência e a existência sejam interdependentes, não são idênticas. Para melhor esclarecer essa relação entre consciência e existência, recorreremos ao próprio Marx (1977, p. 23):

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se elava uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência.

Segundo Marx, a forma como os homens se organizam para garantir sua existência são as condições determinantes das ideias, da política, do direito e da cultura em geral, e não o contrário. Podemos considerar que os sindicatos atuam na relação entre capital e trabalho, no conflito entre forças produtivas e relações de produção, que eles têm como papel imediato as lutas por aumento de salários, melhores condições de trabalho, redução de jornada etc.

Essa luta imediata precisa de organização, necessita ser elaborada no pensamento e levada a cabo pelas ações dos homens no mundo real, pois há uma luta entre interesses antagônicos: de um lado, a classe proprietária, que luta para manter as relações de exploração; do outro, a explorada, que luta pela transformação das suas condições de vida.

Nessa luta para modificar as circunstâncias das condições humanas, é preciso, além de ações práticas que são imprescindíveis para as mudanças, também ideias de convencimento dos trabalhadores, ou seja, é necessária uma ideologia que possa ser encampada pelos trabalhadores e ganhe força material, no sentido contrário e oposta às forças de exploração. É nesse momento que entra a práxis pedagógica da atividade sindical, que não atua diretamente na produção, mas nas relações de produção, na consciência dos homens.

A compreensão de práxis com base no marxismo, que não a vê somente como prática, mas como uma união dialética entre teoria e prática— ou seja, se é verdade que a consciência é determinada pela forma como os homens se organizam para garantir sua existência, suas ações não são aleatórias, são projetadas, refletidas num movimento de agir-pensar e agir com uma finalidade – faz parte de um processo consciente. Nesse sentido, não se trata de “[...] explicar a práxis partindo da idéia, mas de explicar as idéias a partir da práxis material.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). A concepção marxista de pedagógico centra-se em refletir cientificamente sobre a educação dos homens, sobre a educação como um elemento fundamental da cultura e sobre a cultura como

[...] Tudo aquilo que foi conquistado, criado, construído pelo esforço do homem e que serve para aumentar seu poder, é cultura. Mas como não se trata do homem considerado individualmente, mas do homem considerado socialmente, como a cultura é um fenômeno sócio-histórico pela natureza, e como a sociedade histórica tem sido e continua a ser uma sociedade de classes, a cultura acabou se tornando um instrumento fundamental da opressão de classes. (TROTSKY, 2000 *apud* BAUER, 2008, p. 11).

Qual a cultura correspondente à sociedade capitalista senão uma cultura de exploração e opressão, de uma minoria detentora dos meios de produção sobre uma maioria despossuída, restando a esta apenas sua força de trabalho? Partindo do mundo real, de uma

sociedade dividida em classes antagônicas, uma pedagogia marxista não pode conceber uma práxis pedagógica desconectada desse mundo real, onde os homens produzem sua existência. O que entendemos é a construção de uma atividade – não em um plano ideal, onde a realidade se encaixa perfeitamente – com ações elaboradas para transformar essa realidade.

[...] com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma” “espectro”, “visões” e etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história [...] e de toda a forma de teoria. (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Considerando a atividade sindical nas atuais condições do capitalismo em agonia, suas direções se convertem em agentes da burguesia e de seu Estado, deseducando a classe trabalhadora, pregando uma convivência pacífica e harmoniosa entre patrão e empregado. Direções sindicais que utilizam o poder e o prestígio a elas conferidos pelos trabalhadores – não para defendê-los e sim para atuar contra suas mobilizações e seus interesses –, impede as lutas e trai os trabalhadores, juntando-se aos inimigos da classe operária. Na melhor das hipóteses, essas direções fazem somente a luta economicista, espontânea, colocando-se como uma muralha para barrar os avanços da consciência do proletariado. Assim, os sindicatos, sob o domínio da sociabilidade burguesa, são marcados pelo imediatismo, pelo voluntarismo, por práticas empiristas, idolatrando os fatos, vendo-os somente superficialmente. Em suas ações, há o predomínio da prática e, ao mesmo tempo, o desprezo pela organização consciente e refletida, por meio da qual há um estudo profundo dos processos sociais e econômicos que forja uma teoria do mundo real, vindo da luta de classes, que leve à construção de fins determinados.

[...] No entanto é preciso evidenciar que não existe na história a “pura” espontaneidade: coincidiria com a “pura” mecanicidade. No movimento “mais espontâneo” os elementos de “direção consciente” são simplesmente incontroláveis, não deixaram um documento comprovador [...] (GRAMSCI, 1978, p. 269).

Os sindicatos trazem essa marca por duas condições históricas: primeira, por sua composição social que congrega as massas exploradas e marginalizadas da sociedade; segunda, porque tem a ver com o que Marx afirmou sobre o fato de serem as ideias da classe dominante em todas as épocas as ideias dominantes.

O fato de a classe trabalhadora estar na condição de explorada e oprimida e, sobretudo, por estar sob a influência das ideias da classe dominante não impossibilita e nem elimina o gérmen que pode propiciar a luta pela liberdade, por uma direção consciente, que

ultrapasse o imediatismo e o economicismo, que possa educar e transformar. Em cada movimento espontâneo, existem também elementos conscientes, embora embrionários, dentro desses homens rudes, que se juntam diante de circunstâncias adversas para modificá-las a seu favor. Diante disso, só é possível compreender que [...] “A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.” (MARX; ENGELS, 2007. p.534).

O papel pedagógico da atividade sindical no capitalismo – onde nascem e se desenvolvem os sindicatos – bem com sua atuação e seu funcionamento, pressupõe a ação dos homens de carne e osso. Esses homens, por sua vez, são desapropriados não só dos meios de produção, de suas ferramentas, mas, sobretudo, do planejar, do pensar, são separados e divididos do processo geral que engloba planejamento e execução do trabalho produtivo, locus primeiro onde se constrói a consciência. Se, no ato de produzir sua existência, os homens se encontram divididos, sua consciência também vai sofrer divisão, fragmentação e atraso.

O operário na fábrica tem tarefas meramente executivas [...] tende a levar este seu modo de ser para todos os ambientes da sua vida; ajusta-se facilmente, por toda parte, ao ofício de executor material, de “massa” guiada por uma vontade estranha à sua; é preguiçoso intelectualmente, não sabe e não quer prever para além do imediato, por isso não tem qualquer critério na escolha dos seus chefes e se deixa iludir facilmente pelas promessas; quer crer que é possível obter sem grande esforço da sua parte e sem ter que pensar demasiado [...] (GRAMSCI, 1978, p. 261-262).

O que Gramsci evidencia é autêntico, porém, não é condição eterna e absoluta das massas trabalhadoras permanecerem na exploração sem reagir. Portanto,

As classes estão em constante transformação, de revolucionárias que eram antes de conquistar o poder se convertem em reacionárias; unicamente o proletariado será a classe governante antes de desaparecer como tal, de diluir-se na sociedade de trabalhadores livres.

Os métodos de luta não são criados expressamente pelos intelectuais e os políticos para que os explorados se limitem a copiar criações tão maravilhosas senão que brotam do aceno de gestos de uma maneira espontânea, como a resposta das massas a uma necessidade histórica.²³ (LORA, 1989, p. 121).

Gramsci e também Lora registram o elemento espontâneo na ação da classe trabalhadora ao se mobilizar para intervir na realidade, tentando impor suas necessidades na

²³Texto original: “[...] Las clases están em constante transformación, de revolucionarias que eran antes de conquistar el poder se convierten en reaccionarias; únicamente el proletariado será clase gobernante antes de desaparecer como tal, de diluirse en la sociedad de trabajadores libres. Los métodos de lucha no son creados expresamente por los intelectuales y los políticos, para que los explotados se limiten a copiar creaciones tan maravillosas, sino que brotan del seno de éstos de una manera espontánea, como la respuesta de las masas a una necesidad histórica”.

ordenação da sociedade. Tanto um como o outro percebem nesse espontaneísmo, que é original das classes dominadas, a possibilidade de evolução para uma direção consciente.

Por isso, Gramsci assinala:

Este elemento de espontaneidade não foi descuidado e muito menos desprezado: foi educado, foi orientado, foi purificado de tudo o que de estranho o podia macular, para o tornar homogêneo, mas de uma forma viva historicamente eficiente, com a teoria moderna [...] Esta unidade da “espontaneidade” e de “direção consciente”, ou seja, da “disciplina”, é precisamente a ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa e não simples aventura de grupos que se proclamam massa. (GRAMSCI, 1978, p. 271).

É possível perceber que todo movimento espontâneo tende a virar pó, ou seja, tende a chegar a lugar nenhum sem ter uma direção que possa norteá-lo, apontar os caminhos do que fazer, com quem e em que condições fazer e, principalmente, quais os seus fins.

Definir os fins e os meios é tarefa de ações conscientes. Portanto, há clareza de que a ação diretamente dos homens na realidade não pode ser qualquer ação, mas uma ação planejada, consciente, que rompe com o determinismo e com o inatismo e que, portanto, afirma a sociabilidade humana como produto da história, uma constituição histórica, que, como tal, é passível de ser transformada pelas ações dos homens. Essa questão basilar assegura a “[...] a proposta fundamental dos dialéticos marxistas é que todas as barreiras da natureza e na sociedade são convencionais e móveis, que não existe nenhum fenômeno que não possa, sob certas condições, ser transformado em seu oposto.” (LÊNIN *apud* NOVACK, 2006, p. 44).

3 EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES

Neste capítulo, tentaremos definir o que é educação, partindo da atividade prática, da práxis material, para compreender a relação de determinação, dependência e autonomia entre teoria e prática, existência e consciência, enfim, onde se situa a educação na sociabilidade humana, especificamente na moderna sociedade produtora de mercadorias, da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado e, sobretudo, da contradição cada vez mais aguda entre as forças produtivas e as relações de produção, dentro da luta de classes.

3.1 O que é educação e trabalho

É possível, com esforço, entender e aceitar que a educação também se depara com o saber lidar com a resistência da matéria, com o fato de ser transformada pelo sujeito, como também com a assimilação de processos e resultados do trabalho humano. Assim como o ato de produzir cria os objetos do consumo, este, por sua vez, cria a necessidade da produção. No primeiro momento, a produção coloca o objeto no mundo – existência exterior. No consumo, esse objeto é colocado idealmente no interior, na subjetividade, como o fim, a ser perseguido pelo sujeito. São dois processos distintos, mas em unidade, com primazia da produção.

O trabalho, fonte do conhecimento, mantém com a educação essa processualidade de unidade e distinção. Os homens coletivamente se defrontam com a natureza ou com forças sociais adversas e, com um fim a buscar, põe-se em marcha. Porém, a natureza e as relações sociais não se apresentam passivas, mostrando-se resistentes às mudanças e, nesse percurso entre o fim inicial e a chegada final, faz-se necessários ajustes, sendo esses ajustes regidos pelo fim pretendido.

Ao final do processo de trabalho, surge um resultado que, antes de começar o processo, já existia na imaginação do trabalhador; ou seja, idealmente. O trabalhador não só efetua uma mudança de forma do natural; no natural, ao mesmo tempo, efetiva seu próprio objetivo, objetivo que ele sabe que determina como uma lei, o modo e a maneira de seu agir, e ao qual ele tem que subordinar sua vontade. (MARX, 2001 *apud* SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 224).

Nessas circunstâncias, a ação prática vai moldando a matéria ao fim desejado objetivamente, no mundo real. O conhecimento, por sua vez, vai colocando na consciência, no pensamento, nas teorias, os ajustes necessários impostos pelo encontro da ação humana e da reação da matéria. Essa permanente relação do sujeito com a natureza exige um constante

estado de alerta da consciência, que, guiada pelo fim, antes posto no mundo ideal pelo sujeito, precisa permanecer ativa até pôr no mundo real o que antes estava no mundo das ideias. Esse trajeto força o sujeito a conhecer o objeto o qual pretende transformar, como também os meios utilizados e por onde começar.

Essas habilidades e essas técnicas são proporcionadas pelo conhecimento. Este, por sua vez, é exigido pelo fim prefigurado no mundo ideal – que impele os indivíduos humanos a pôr em marcha músculos, pernas e braços, cabeças e mãos – e não se esgota a cada fim alcançado, mas, pelo contrário, é conservado, desenvolvido, ampliado e generalizado para o coletivo dos homens, pode ser entendido como tarefa da educação. Em outras palavras, podemos entender que a atividade prática dos seres humanos seja sobre a natureza ou sobre os próprios seres humanos necessita de mediações sociais, sendo a educação um desses complexos mediadores do homem com o mundo objetivo, material e social.

Ao entendermos e aceitarmos o trabalho como condição primeira e garantidora da vida humana, afirmamos o papel necessário da produção material, ou seja, do trabalho como condição ineliminável da existência dos homens, independentemente de quaisquer formas de organização social.

Do escravismo, no mundo antigo, ao feudalismo com os servos, chegando ao capitalismo com os proletários rumo a uma transição ao socialismo – e, ainda, rumo à outra transição ao comunismo – não devemos esquecer que a chegada a esses dois últimos momentos não está determinada e escrita na história, pois são momentos históricos colocados como necessidade e possibilidade para o conjunto da humanidade. Portanto, os homens precisam estar ganhos para esse projeto e convencidos para se porem em marcha com ações concretas no mundo real, tendo como fim essa sociabilidade socialista.

Bem entendido, aqui, o trabalho como atividade que os homens não podem deixar de realizar em tempo algum, sob pena de abdicar do direito a sua existência, trata-se daquela atividade na qual o homem põe em marcha seu corpo físico, em intercâmbio com a natureza, com algo material e exterior ao seu corpo para transformá-la e adequá-la a suas necessidades. Tais necessidades, compreendidas aqui como as que não podem deixar de ser atendidas, pois as simples ações como comer, beber, abrigar-se, morar e se vestir, tudo garantido pelo trabalho, são, em última instância, determinantes para que os homens possam apreciar também uma bela pintura, ouvir uma agradável música, saborear um delicioso prato, contemplar a natureza, reunir-se com os amigos, escrever livros, juntar-se nas academias, enfim responder suas carências tanto do corpo como do espírito.

O que estamos admitindo é tão-somente que a produção material se coloca como um pressuposto para todas as outras instâncias da vida. Assim sendo, o trabalho se encontra na centralidade das condições de vida e das relações sociais, fundando a existência e a consciência, sendo, portanto, a fonte de todo o conhecimento e o determinante de todos os complexos superestruturais da sociabilidade humana, onde se insere a educação.

“O primeiro pressuposto, de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Sem necessariamente voltar à evolução da espécie humana e considerando indivíduos humanos já num estágio com coluna ereta, cabeça erguida sobre um tronco, duas pernas com possibilidades de melhor se locomover e enxergar, com braços e bocas livres para o contacto com a natureza, e com os outros homens, registramos, aqui, uma organização corporal que revela a existência, a possibilidade e a duração de uma relação permanente desses indivíduos com essa natureza exterior ao seu corpo, pois “[...] toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Fica entendido que a história é produto dos homens, agindo coletivamente sobre a natureza, sendo esse agir compreendido como a capacidade de realizar trabalho. Esse trabalho garante a produção e a reprodução de sua existência.

[...] Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

É possível então constatar que o modo de vida dos homens está diretamente determinado pela forma como esses mesmos homens se organizam diante das circunstâncias por eles já encontradas ou modificadas para a produção material, ou seja, o que os indivíduos são está diretamente ligado à forma, ao modo como produz e também ao que produz de maneira coletiva em intercâmbio com a natureza. Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 14), “[...] esse papel de pressuposto incontornável da produção de vida material significa ao mesmo tempo colocar o trabalho no centro das condições de vida e consciência humana.”

Com essa afirmação – e dissipando as dúvidas sobre nossa compreensão de onde iniciaremos a busca para definir o que é educação –, reafirmamos que, em um determinado tempo histórico, as formas adotadas pelos homens para se apropriar dos recursos da

natureza, para assim garantir sua vida, vão determinar as organizações sociais e a consciência desses homens.

“A produção não só cria objetos como cria relações humanas, sociais. A produção material de objetos se revela, assim, como produção social.” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 126). Portanto, para compreender a educação dos homens, faz-se necessário, primeiro, compreender o modo e o que produzem esses mesmos homens, para continuarem vivos.

Queremos destacar cinco situações colocadas pelo trabalho: [1] é intercâmbio do homem com a natureza ao transformá-la com uma determinada finalidade; [2] é apropriação dos recursos naturais, garantidor da vida, das organizações sociais e da formação da consciência; [3] é a produção do novo, criação de uma nova realidade objetiva; [4] é a construção de uma nova realidade, exteriorizada, objetivada, que passa a existir independentemente do sujeito; [5] é a ação da criação do novo, não só no plano objetivo, mas também no plano subjetivo (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011).

Por todas essas situações, os homens, pelo trabalho, criam um mundo humanizado humanizando a natureza e, ao mesmo tempo em que vive em unidade com ela, diferenciam-se dela pelo fato de produzirem seus meios de vida, com a criação permanente do novo. Ao criar o novo, os homens introduzem ao contexto social elementos que possibilitam novas subjetividades. A produção do novo, ao mesmo tempo em que atende determinadas necessidades, também cria novas necessidades, colocando para o conjunto dos homens novas possibilidades e o desconhecido (COSTA, 2007).

Os homens, ao atuarem coletivamente sobre a natureza, partem com certo domínio sobre suas propriedades e possibilidades de transformá-la, para atender a uma determinada finalidade. Porém, a matéria oferece resistência a esse processo de destruição-construção, que exige dos sujeitos a modificação da forma e do modo como estão agindo. Dessa maneira, não é possível qualquer previsão segura *a priori* dos resultados. Isso não quer dizer que os homens atuam às cegas, mas

Desse modo a consciência se vê abrigada a estar constantemente ativa peregrinando do interior ao exterior, do ideal ao material, com o qual ao longo do processo prático vai se aprofundando cada vez mais a distância entre o modelo ideal (o resultado prefigurado) e o produto (resultado definitivo o real). Isso introduz no processo, com respeito ao modelo ideal, uma carga de incerteza ou indeterminação (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 271).

Esse papel ativo da consciência permite subjetivamente que os indivíduos acumulem conhecimentos e habilidades, mesmo antes do ato de trabalho, o que possibilita,

pela convivência social, que as soluções encontradas numa certa época e lugar por um indivíduo possa ser generalizada para todo o coletivo humano.

O permanente movimento dos indivíduos para responder aos desafios postos pela natureza ou pela sociabilidade humana gera um acúmulo de conhecimento particular que tem como desenlace objetivações generalizadas.

Assim foram se constituindo por meio do acúmulo incessante de conhecimento parciais objetivações universais como a filosofia, a ciência e a tecnologia. Esse movimento amplia-se com maior complexidade das relações sociais e integração das comunidades humanas, o que acaba [...] explicitando e desenvolvendo o complexo social da educação (COSTA, 2007, p. 126-127).

A transformação imposta pelo indivíduo ao mundo real traz conseqüentemente novas necessidades que o obrigam a permanecer em constante interação com a natureza e com outros indivíduos. À medida que cada situação é criada, esta suscita novas necessidades, novos atos teleológicos, nova objetivação e exteriorização, que cada vez mais se amplia e envolve maior contingente de indivíduos.

Quando os indivíduos, pelos seus atos, transformam a realidade, não fazem isolados, e, sim, de forma coletiva, o que permite o desenvolvimento histórico de forma a abarcar a totalidade social, a humanidade no seu conjunto. Isso viabilizou a derrocada do feudalismo e a ascensão do capitalismo em todo o mundo, pois “[...] a orientação à generalização presente no trabalho leva, pela mediação da reprodução social, ao surgimento de tendências histórico-genéricas com sua própria legalidade, que levam as sociabilidades a se afastarem cada vez mais das situações originárias.” (COSTA, 2007, p.127).

O mundo se impõe incompleto aos indivíduos, que também se sentem incompletos. Diante desse estado de incompletude, o indivíduo entra em ação, porém teleologicamente orientado, condicionado pelas escolhas impostas pelas circunstâncias, tanto materiais como sociais. Como não agem sós, mas, coletivamente, os indivíduos, com seus fins, inserem-se nas relações sociais, que se generalizam em complexos mediadores, ampliando-se socialmente, integrando o conteúdo tanto dos indivíduos como do conjunto deles, as comunidades, que, em última instância, são compostas por atos singulares (COSTA, 2007).

É necessário fazer uma diferenciação essencial entre a natureza da ação de um indivíduo e as ações sociais, coletivas ou histórico-genéricas. “[...] Enquanto o ato singular tem na sua gênese uma posição teleológica, a tendência genérica realiza-se como causalidade sem nenhum vestígio de teleologia.” (COSTA, 2007, p. 127).

Essa ausência de intencionalidade não indica falta de consciência e de sentido, pois

Nesse sentido, se fala de uma práxis não intencional que pressupõe necessariamente a conjunção de uma multidão de práxis particulares intencionais. Essas práxis intencionais (atos singulares originários de uma posição teleológica) desembocam em um resultado ou produto que não pode ser imputado a uma consciência ou a uma vontade (ato singular) temos assim uma práxis não intencional de sujeitos que atuam conscientemente. (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 345).

Constatamos que a resultante das múltiplas atividades práticas sem uma prévia intenção e tendo chegado ao fim algo não previsto ou desejado, não perde para a coletividade sua legalidade histórica, seu sentido para o conjunto da humanidade, visto ser produto de indivíduos que atuam com consciência.

Partindo dessa consciência, de que através de suas intenções particulares e seus atos singulares podem produzir e modificar o desenvolvimento histórico na sua totalidade, é possível aos indivíduos a compreensão de que o mundo é produto da sua atividade, é o resultado da ação prática coletiva dos homens. Porém, não está dado que o planejado idealmente possa ser realizado tal qual foi concebido nas ideias, no desejo, pois não é possível o controle total do processo, nem do resultado final, visto não ser possível uma igualdade entre sujeito e objeto, ou seja, não há igualdade entre o projetado no início e o resultado final. Se assim o fosse, estaríamos desconsiderando a resistência da matéria – intercâmbio do homem com a natureza, a produção material, a luta de classes –, as relações sociais, o estado social e consciência, advindas da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. Essa condição coloca a possibilidade e, até, a realidade, de uns produzirem e outros ficarem com a posse, com o usufruto dessa produção.

[...] Dessa maneira, quando Marx e Engels nos dizem que são os homens que fazem sua própria história, não podemos entendê-los como indivíduos em um sentido atomista robinsoniano [...]. O social não é um produto dos indivíduos; ao contrário, os indivíduos é que são um produto social (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 343).

Com essa compreensão, não queremos negar a individualidade, pelo contrário, queremos afirmar a unidade entre indivíduo e sociedade, pois não é possível separá-los, visto não ser possível pensar indivíduos concretos à margem da sociedade e nem a sociedade sem atividade prática material de cada indivíduo. Reconhecemos a mediação necessária da atividade individual na reprodução social, ou seja, a totalidade do desenvolvimento social coloca como pressuposto a ampliação e o desenvolvimento das potencialidades individuais. Portanto, “[...] existe um nexa ontológico e uma dialética que constitui os dois pólos da

reprodução social” (COSTA, 2007, p. 129), pólos esses nos quais encontramos, de um lado, a reprodução na sua totalidade social, coletiva, do outro, a produção individual. Esses pólos não se identificam, mas não se separam, e é, sobretudo, a reprodução da condição singular que forma a base do modo de ser da reprodução social.

Há, portanto, um vínculo ontológico, originário, de ligação entre indivíduos e sociabilidade na reprodução social, por isso é necessário o registro de que “O homem tem também, entre outras coisas, espírito, e esse espírito se exterioriza como consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34). Surge a consciência como elemento central, que possibilita manter, consolidar e desenvolver o ser social. Este tem como pressuposto básico a atividade prática, que garante a criação do novo, de forma permanente e objetiva. Esse criar o novo de maneira incessante, em intercâmbio com a natureza e em relação com os outros homens, é o marco diferencial do homem com os outros seres vivos. Os animais, por exemplo, não possuem relação com a natureza e com os outros animais, pois não existem como relação, diferentemente dos homens, que se relacionam e têm consciência dessa relação. “Os homens têm história porque têm de produzir sua vida e têm de fazê-lo de modo determinado: isto é dado por sua organização física, tanto quanto pela sua consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Aqui reside a superioridade e a continuidade do mundo dos homens, que não se separa da natureza, mas se diferencia das esferas orgânicas e inorgânicas de forma espetacular. “[...] ‘Os homens que produzem as relações sociais’ – diz também Marx–segundo sua produção material, criam também as idéias, as categorias, isto é, as expressões ideais, abstratas dessas mesmas relações.” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 341).

A continuidade do mundo dos homens tem como base histórica a capacidade da consciência, que se afirma como elemento mediador do ser social, que absorve o que as gerações passadas produziram que conhece o presente. Ou seja, tem como base a atividade cognoscitiva e, mais importante, a capacidade teleológica de projetar o inexistente com base no existente e, assim, influir na própria continuidade, produzindo resultados expressivos. É óbvio que tudo isso ocorre dentro de circunstâncias historicamente determinadas.

Vamos agora tentar situar a particularidade do complexo da educação, compreendê-la por dentro da produção de mundo humanizado e da reprodução social. Em primeiro lugar, a manutenção da própria vida, da sociabilidade e da reprodução da vida na procriação de outros homens é assegurada pelo trabalho, isto é, pela atividade garantidora da autoconstrução do ser social, do mundo humanizado pela permanente criação do novo, isso é

o que permite aos homens uma unidade com a natureza e, ao mesmo tempo, diferenciar-se dela.

Em segundo lugar, quando, pelo trabalho, o homem garante a produção da própria vida e a vida dos outros na procriação, ele leva isso a cabo por um processo dialético de dupla relação: por um lado, em conexão com a natureza, uma relação natural – “O homem assimila as matérias da natureza sob uma forma útil para sua própria vida” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 228); por outro, como relação social em conexão com os outros homens, uma cooperação entre vários indivíduos em determinadas condições, circunstâncias e finalidades.

Ao mesmo tempo em que a atividade produtiva é o pressuposto da existência do ser social, agir sobre a natureza exterior e transformar a sua própria natureza só pode se efetivar no contexto da reprodução social da existência. A possibilidade desse fato está dada porque “Tal nexos ontológico tem sua raiz no fato dos dois complexos (trabalho e reprodução social) terem como fundamento as decisões alternativas, teleologicamente orientadas, de indivíduos concretos em situações historicamente determinadas.” (COSTA, 2007, p.130).

Em terceiro lugar, a práxis produtiva manifesta uma atividade prática do ser humano, que põe em marcha suas forças corpóreas – braços, pernas e cabeça – direcionadas por um fim, que, ao final, tem como produto já exteriorizado algo com existência própria, que não depende mais do sujeito que o produziu. Dessa forma, podemos dizer que “[...] O objeto da atividade prática é natureza, a sociedade ou os homens reais. O fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana.” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p.227).

Podemos registrar três elementos no processo de trabalho: seu objeto que pode ser tanto a natureza como a sociedade; os instrumentos, tanto os dados pela natureza como os fabricados pelos homens; finalmente, o próprio trabalho, atividade orientada ao fim. Vale ressaltar que esses elementos não se apresentam separados, ao contrário, estão em permanente unidade, embora distintos. Mesmo exercendo papel dominante, os meios de produção não negam o homem com sua subjetividade. Essa subjetividade, identificada como atividade adequada a um fim, onde entra o papel ativo da consciência tanto para conservar como para transformar o existente, depende das circunstâncias e das condições históricas.

Podemos assegurar que “Por ter como elemento ineliminável as posições teleologicamente postas, a continuidade do mundo dos homens tem como médium a consciência, ou seja, o processo de acumulação de objetivações e mediações tem nela seu órgão primário.” (COSTA, 2007, p.131).

Podemos, por isso, concluir que o todo social é uma síntese de atos individuais orientados a um fim – teleologia – e que, portanto revela homens incompletos, em um mundo também incompleto, pelo próprio ato de projetar uma realidade ainda inexistente, manifestando a desarmonia dos homens concretos com mundo real.

Queremos pontuar que os indivíduos são produtos da sociedade e que essa reprodução social passa pela apropriação, pelos indivíduos, das objetivações resultantes do trabalho e também das diversas formas de práxis social. “Se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou em total conciliação com seu presente, não sentiria a necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente.” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 224).

Essa capacidade de compreender o mundo e, sobretudo, a possibilidade de transformá-lo confere uma substância ao gênero humano sem igual na face da terra, marcando-o como expressão de um eterno devir do homem. Tudo isso dado em última instância pelo trabalho, que permite a criação desde objetos úteis, até produções espirituais, pois

Em cada período histórico, cada totalidade social condensa o conjunto de atributos e possibilidades, tanto positiva como negativa de cada formação social concreta. Indica por assim dizer, os níveis de humanização e estranhamento contidos nas relações sociais predominantes. (COSTA, 2007, p. 131).

A riqueza do gênero humano é, ao mesmo tempo, patrimônio comum dos indivíduos, porém, não identificada nos indivíduos em particular, mas encontrada na totalidade de objetivações desses mesmos indivíduos, a reprodução social. Isso não está dado de forma determinada, o que coloca para o conjunto da sociedade e para cada indivíduo em particular a necessidade de que cada membro dessa sociedade se aproprie de um quantum mínimo dessas objetivações de cada momento histórico, para poderem assim se constituir como membro do gênero humano.

A permanência e o desenvolvimento das determinações do gênero humano passam, portanto, pela resposta às exigências do próprio ser social, que demanda uma mediação específica para existir concretamente em relação com o meio social e natural. Para tanto, é necessário, por parte desses indivíduos, uma apropriação das objetivações imprescindíveis para garantir a existência e o desenvolvimento do ser social na sua integralidade e, ainda, consubstanciar em cada indivíduo formas mais complexas, com o objetivo de responder às exigências colocadas pela sociabilidade humana.

Essa situação será levada a cabo pelas próprias características do ser social, onde a consciência terá papel ativo no ato de se apropriar subjetivamente da totalidade das objetivações socialmente postas, para, assim, desenvolver nos indivíduos a capacidade de formular respostas a situações concretas, por meio de novas posições teleológicas (COSTA, 2007).

“Dessa maneira, a reprodução do ser social, sua continuidade, exige um tipo de mediação responsável por expressar na subjetividade do indivíduo patamares históricos do gênero humano [...]” (COSTA, 2007, p. 132), ou seja, a condição de ser humano produzido historicamente pelo conjunto dos homens necessita ser incorporada aos indivíduos singulares, visto não ser possível uma continuidade entre humanidade e individualidade, daí a reprodução do ser social necessitar de uma mediação própria entre gênero e indivíduo, por um processo dialético de transmissão e ao mesmo tempo de apropriação do “[...] conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.” (BOSI, 1992 *apud* SAVIANI, 2007, p. 27).

Estamos falando do processo que assegura a continuidade do ser social no suceder de gerações, que assegura “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente pelo conjunto dos homens. [...]” (SAVIANI, 2007, p. 27). Tal processo, que é próprio da reprodução social, é a educação, “[...] um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus variados aspectos [...]” (SAVIANI, 2007, p. 27).

É preciso guardar as diferenças que há entre trabalho, concepção ontológica e educação, entendida como práxis social, e participante do complexo da reprodução social. No sentido ontológico, temos:

No trabalho, diz Marx, “o homem enfrenta a própria material natural como um poder natural. Põe em movimento as forças naturais que pertencem à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de se apoderar das matérias da natureza sob uma forma útil para sua própria vida (MARX, 2001 *apud* SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 227).

Nesse sentido, o homem age sobre algo exterior a ele e que pertence a outra esfera, que não a do ser social, a natureza. Não vamos aqui entrar nos desdobramentos dessa ação.

Na educação, considerada como práxis, precisamos guardar ainda outra diferença entre a práxis e a atividade. Na práxis, assim como no trabalho, encontramos posições teleológicas. No trabalho, essas posições têm como fim transformar a natureza, seu objeto. Na

educação, essas posições visam transformar, mudar, alterar a sociedade ou os homens, porém, agindo sobre suas consciências, no sentido de direcioná-los para a execução de posições desejadas. A atividade do pensamento por si só – como a da consciência de produzir conhecimentos ou de formular fins, ou seja, produção teórica – restringe-se apenas ao campo da atividade, por não ultrapassar seu próprio âmbito e assim não se objetivar, não se exteriorizar, não ganhar existência independente do sujeito.

A nosso ver, essa deve ser uma, ou a principal, diferença do trabalho, no sentido ontológico de intercâmbio do homem com a natureza, radicado sobre o mundo real objetivo: valendo-se dos meios ou instrumentos para executar a ação, tem como prova do pensado, do planejado, o resultado ou produto. Diante dele, a atividade prática do homem vai se deparar com uma reação, porém uma reação natural, não intencional, pois se trata da reação da matéria orgânica ou inorgânica, ou seja, a resistência à ação do homem não se dá de forma refletida, pensada, antes elaborada previamente, como se fosse um contra-ataque organizado.

Essa situação, podemos encontrá-la na relação entre os homens, na práxis social, na qual os sujeitos, em interação permanente uns com os outros, ao mesmo tempo sendo sujeitos e objetos, tentam ou atuam na consciência uns dos outros, na busca de convencê-los ou impeli-los a fazer algo, ou a seguir certo rumo na sua vida. Isso pressupõe ação e reação dos sujeitos em voga. Em outras palavras, tanto a ação como a reação é elaborada, refletida, organizada, consciente, embora muitas vezes essa consciência pareça mais uma ação instintiva.

Aqui encontramos a práxis educativa, em que o resultado pode se transformar em um eterno devir, pois não se esgota enquanto haja vida – e não só pelo eterno devir, mas também pelo grau de imprevisibilidade dos fins pretendidos, por se tratar de relação entre seres conscientes, mesmo esta consciência se manifestando muitas vezes de forma tardia – diferentemente do trabalho, o qual somente o homem tem consciência da existência da natureza e das ações para transformá-las em resposta às suas necessidades. Isso o leva forçosamente a procurar conhecer as propriedades dessa natureza e mediar, por esse conhecimento, a ação e o pensamento, para assim poder adequar o fim inicial, a resistência natural da matéria a ser modificada.

Enfim, no trabalho, há uma relação onde somente existe consciência do lado do sujeito e expressa a condição de exigência da vida individual e coletiva, possibilitando outras instâncias de atuação humanas. A educação se firma como relação entre sujeitos conscientes ou dotados de possibilidades de desenvolvê-la, sendo uma instância fundada pelo trabalho, portanto, secundária, sendo o trabalho, instância primária ou fundante.

Podemos então assegurar que

[...] a função da práxis educativa funda-se na necessidade do processo reprodutivo (que constantemente gera o novo) de impor situações que exigem além de certos tipos de respostas, a reprodução e desenvolvimento de uma série de objetivações necessárias para a continuidade social. (COSTA, 2007, p. 133).

Nesse sentido, a forma como os homens se organizam para produzir, desde o modo de produção comunal até o capitalismo, determina formas de pensar e agir que se mostram imprescindíveis, cada uma a sua época, para cada tipo de sociedade vigente, ou seja, a forma de cooperação entre os vários indivíduos condiciona o modo de vida tanto individual como coletivo, levando os indivíduos a estabelecerem finalidades que são responsáveis pelas escolhas do que deve permanecer existindo e se desenvolvendo ou ser superado.

Portanto, a educação pauta-se na relação dos homens entre si, em que o predominante é influenciar, agindo na consciência dos próprios homens, levando-os a se posicionarem frente às alternativas colocadas pela sociabilidade. Essas decisões precisam se encontrar dentro de um modo socialmente desejado pela própria necessidade de continuidade da humanidade. Assim, uma, ou a principal, função da educação é atuar na formação social do comportamento dos homens para que estes não escapem da sua condição de partícipe do gênero humano. Formar o comportamento e desenvolvê-lo tanto no sentido amplo como no sentido estrito tem a ver com a educação e a cultura, não só para um indivíduo, mas para o conjunto da humanidade em uma determinada época histórica e em determinado espaço físico.

A cultura é aqui entendida em sentido amplo como “[...] Tudo aquilo que foi conquistado, criado, construído pelo esforço do homem e que serve para aumentar seu poder [sobre a natureza, o entendimento e a razão humana].” (TROTSKY, 2000 *apud* BAUER, 2008, p.11). Portanto, é fundamental se apropriar da soma dos conhecimentos, das técnicas já elaboradas pelo conjunto da humanidade historicamente. E este é o papel da educação. Sobre isso, Manacorda localiza três funções fundamentais interligadas:

[...] na inculturação, nas tradições e nos costumes (ou aculturação, no caso de procederem não do dinamismo interno, mas do externo), na instrução intelectual em seus dois aspectos, o formal-instrumental (ler, escrever, contar) e o concreto (conteúdo do conhecimento), e, finalmente, na aprendizagem do ofício (MANACORDA, 1989 *apud* SAVIANI, 2007, p. 27).

O significado dessa apropriação consiste em dominar e desenvolver o conteúdo objetivo já posto pelas gerações passadas e, assim, permitir que a práxis social em suas várias

modalidades possam se ampliar, inclusive, e principalmente, produzindo o novo e se valendo do já existente, com novas descobertas.

A educação, nesse sentido, revela-se como um elo entre o que produziram tanto a geração passada quanto a geração atual, que conseqüentemente servirá de base para construção do futuro e, assim, o que os homens elaboraram no passado serve ao presente e suscita questionamentos futuros, pois é

[...] o futuro do processo reprodutivo que define quais objetivações e para que setor social – no caso das sociedades classistas – devem ser transmitidas e apropriadas pelos indivíduos, a fim de que estes possam se [...] tornar aptos a reagir adequadamente a eventos e situações imprevisíveis, novas, que apresentar-se-ão mais tarde nas suas vidas. (LUKÁCS, 1981 *apud* COSTA, 2007, p. 134).

Dessa forma, a práxis educativa objetiva produzir em consonância com as necessidades de determinada organização social. Isso se dá pela sua capacidade de influir sobre as decisões dos indivíduos se, ao mesmo tempo, pela possibilidade de mediar o processo de assimilação, por esses mesmos indivíduos, do conjunto das práticas e técnicas já desenvolvidas pela humanidade. Sendo assim, o que norteia, desenvolve, organiza e determina é o ato de produzir individualidades compatíveis com a realidade do ser social, e isso condiciona o processo de transmissão e apropriação do conjunto de objetivações mínimas, para que cada formação social possa continuar existindo.

Por fim, a educação é inseparável da produção material e da reprodução humana. Tendo que responder permanentemente a novas necessidades criadas pela produção constante do novo pelo trabalho, o ser social necessita também manter um processo permanente de transmissão-apropriação das objetivações das velhas gerações pelas novas gerações e, assim, assegurar a continuidade do gênero humano para responder aos novos desafios colocados, pela simples condição de estar em condições de viver.

É bem verdade que esse processo não ocorre somente de forma espontânea, pois, como bem coloca Paulo Freire, ninguém educa ninguém, os homens se educam uns aos outros pela simples razão de só haver sentido na existência individual na coletividade. Então, está aqui a direção e o limite desse processo, a permanência e o desenvolvimento da totalidade social.

É notório que o desenvolvimento das forças produtivas levou a uma maior complexificação do ser social, da divisão do trabalho e das classes sociais, colocando, por isso, além de uma educação espontânea que não se separa das relações sociais, uma educação sistematizada, diferenciada por classe. Essa divisão dividiu também o saber: a classe que

domina educa-se para esse fim, como detentora do poder político e econômico; a classe dominada recebe uma educação para se conformar à condição de exploração e opressão.

Tudo isso ocorre porque as forças de produção se tornaram forças de destruição no marco das relações do mercado mundial, que regula e domina, com suas leis de oferta e procura o querer e o agir dos homens.

Passemos ao contexto da luta de classes e sua relação com a educação.

3.2 Educação no contexto da luta de classes

Compreendemos o trabalho como relação primordial do homem com a natureza, portanto, como necessário para sua existência; as ideias ou ideologias, como objetivações essenciais nas possibilidades de alternativas dos caminhos a serem seguidos pelas organizações sociais; a educação, como uma processualidade humana da reprodução do ser social. Desse modo, é possível constatar que esses três complexos estão interligados e são interdependentes entre si, que existiram desde os primórdios da humanidade e que continuarão existindo, até mesmo numa sociabilidade sem classes, com a inexistência tanto da divisão do trabalho – da separação entre cabeça e mãos, onde uns planejam e outros executam – quanto da propriedade privada dos meios de produção, pelo simples fato da permanência dos conflitos entre os indivíduos singulares e a coletividade, visto não ser possível uma reprodução social única e idêntica entre indivíduo e gênero humano.

Em uma organização social onde o fundamental é acumular riquezas em poder de uma minoria, a classe dos proprietários dos meios de produção, produz-se pobreza e miséria para a imensa maioria, a classe trabalhadora, pois os que trabalham não têm o direito de usufruir com liberdade do que produzem. Por isso, é necessário colocar que

[...] só é possível conquistar a libertação real [Wirkliche Befreiung] num mundo real e pelo emprego de meios reais. [...] e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

Se a lógica que predomina na atual sociedade de classes é o império da propriedade privada e o acúmulo de riqueza particular, o trabalho, que garante a vida e a reprodução dos homens, converte-se em uma coisa estranha ao seu ser. Portanto, todo e qualquer progresso nas ciências e nas técnicas que potencializem as forças produtivas tende a se transformar em forças de destruição da vida e da natureza por dentro do atual estado do capital em crise:

[...] no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição [...] – e, ligada a isso surge uma classe que tem que suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

A ofensiva burguesa em defesa do mercado mundial e a ação dos apologistas do capitalismo em idolatrar os conceitos de democracia e cidadania, sob o domínio do Estado burguês, nada mais são do que a defesa de humanizar o capitalismo e estabelecer políticas de conciliação de classes. Nesse intento, esse Estado recorre ao mecanismo de cooptação dos lutadores e das organizações dos trabalhadores que passam a integrá-lo e defender não mais os trabalhadores, e, sim, um estado de convivência pacífica entre as classes. Tudo isso pode, em certas circunstâncias, gerar e acirrar cada vez mais os conflitos de interesses entre as classes.

Diante do antagonismo de classes, as contradições advindas de interesses opostos forçam uma intervenção do Estado no campo da educação, cujo objetivo principal, em linha geral, é promover a instrução e a adaptação dos indivíduos a uma lógica da racionalidade do mercado mundial e do acúmulo da riqueza particular, negando uma educação verdadeiramente emancipadora. Por isso,

[...] que as objetivações humanas que necessitam serem assimiladas pelo indivíduo – como idéias, conhecimentos, valores, conceitos, simbolização, hábitos, atividades, habilidades – as formas e métodos adequados para essa assimilação e a reprodução sobre o processo como um todo, essenciais para a continuidade, desenvolvimento de uma formação social concreta, são mediados pelos interesses conflitantes das classes sociais. (COSTA, 2007, p. 17).

Teorias são teorias, válidas por certa época, depois são superadas. Do marxismo, destacamos duas especificamente, que a história vem confirmando a todo instante, principalmente na atualidade. Uma é que não há capitalismo sem crises econômicas e a outra é que na produção capitalista, a produção da riqueza social resulta forçosamente ao mesmo tempo na reprodução contínua de pobreza, ou seja, a concentração de riquezas nesse sistema sempre produz também escassez e miséria, no outro lado do pólo. Assim, sob o modo de produção capitalista,

Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privações para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas.

Produz espírito, mas produz embecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2008, p. 82).

As forças antagônicas em luta – que, de um lado, buscam manter e preservar esse estado de coisas e, de outro, superá-lo –, encontram-se em permanente conflito, como pode confirmar a história. Não indo muito longe, só no século XX, a humanidade pôde vivenciar duas grandes guerras mundiais e também quatro revoluções na Rússia²⁴, sendo que a terceira, em outubro de 1917, colocou o poder nas mãos dos proletários, o que forçou toda a Europa ocidental a criar um Estado de Bem Estar Social²⁵ para impedir o avanço dessa revolução para toda a Europa.

Não vamos nos aprofundar nesse assunto. Contudo, é preciso registrar que esses acontecimentos, que pareciam ter sido enterrados pela história, com a restauração capitalista nos países do leste europeu – o que culminou com a queda do muro de Berlim e fim do socialismo real e o triunfo do capitalismo – foi abaixo agora no século atual (XXI), com a chamada “primavera árabe”²⁶, que pôs abaixo ditaduras de décadas. Na Líbia, por exemplo, o ditador Moamar Kadafi foi capturado e morto pelos rebeldes em condições deprimentes para um homem que manteve uma ditadura sangrenta por mais de quarenta anos.

No Egito, o povo revelou a Praça Tharir ao mundo e pôs abaixo Mubarak, que estava no comando do país há mais de três décadas. Agora, enquanto escrevemos este texto, agosto de 2012, na Síria, país do Oriente Médio, a população está dezessete meses em guerra civil. A Organização das Nações Unidas (ONU), nos seus informes, afirma já terem morrido umas vinte mil pessoas e há mais de duzentos e sessenta mil refugiados, onde a maioria das vítimas dessa barbárie são crianças, mulheres e idosos.

Outro fato que também não podemos deixar de registrar é a crise econômica mundial, que marca o início do terceiro milênio, que, desde 2008, assola o mundo: primeiro, nos Estados Unidos, e, agora, em 2012, tem o seu centro de gravidade na Europa, no coração do velho mundo, berço da revolução industrial e do triunfo do sistema capitalista sobre o sistema feudal, momento em que provou ser superior ao sistema servil. Contudo, algo que provou ser superior em um dado momento também vai se deparar com outro ser superior que lhe substituirá.

Todos esses conflitos pelo mundo, em última instância, são resultantes da crise do capitalismo, que coloca como panacéia para o conjunto da humanidade que esse sistema, seria

²⁴Consideramos as revoluções de 1905, fevereiro, de 1917, outubro, de 1917, e a de 1989-91.

²⁵Foi a política adotada pelos países da Europa ocidental onde o Estado garantia saúde, educação, previdência como forma de evitar o avanço do socialismo dos países do leste da Europa.

²⁶Levante popular ocorrido nos países ao norte da África contra regimes ditatoriais no século XXI.

o fim da história como proclamaram os ideólogos burgueses com o fim dos Estados socialistas no leste da Europa. Entretanto, esse fim não corresponde à realidade, pois, em todo o mundo e principalmente no continente europeu, sente-se e comprova-se que a saída não vai ser fácil e o desenrolar dessa crise não está dado. Por isso, qualquer previsão possível no momento pode se converter em mera especulação, mas isso não significa que devemos esperar, e, sim, manter-nos alertas e preparados para o confronto entre as classes, observando, assim, o que afirmam Marx e Engels (2005, p. 40) no manifesto comunista:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Para a classe “da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41), analisar e compreender corretamente os fatos e a realidade é muito importante; levantar-se em luta é fundamental. Porém, não se trata simplesmente de interpretar, compreender e instaurar na consciência a visão correta dos acontecimentos e nem fazer luta permanente, pois, somente ter consciência do existente não é o bastante. É preciso, sobretudo, transformar esse existente e, para isso, é necessário programa, método, organização, teoria, disciplina e uma atuação real no mundo real, com objetivos definidos, pois não basta lutar, é preciso ter força e organização para, além de lutar, também vencer e levar a cabo essa revolução radical, levando de fato à transformação de todo esse existente.

A elaboração programática, metodológica, organizacional e o disciplinamento para a execução das tarefas, a revolução socialista, passam também por um processo de educação de toda a classe operária – daí a educação ser um dos elementos fundamentais dentro da transição do capitalismo ao socialismo. Por isso, Trotsky (2008, p. 103) afirmou no programa de transição que “É uma tarefa pedagógica modificar as mentalidades. Devemos ter paciência etc. A crise da sociedade é a base para nossa atividade política. A consciência das massas é sua arena. Devemos transformá-las.”

Atuar na consciência é a atividade central da educação. Obviamente não somos defensores do papel redentor da educação e, tampouco, que a revolução nascerá das escolas. Contudo, não fazemos pouco caso do papel da educação e das escolas, pois são estratégias para a classe dominante. Os países imperialistas mantêm e desenvolvem organismos internacionais, que sustentam um corpo de intelectuais e burocratas para pensar e elaborar

sobre esse terreno. Isso ocorre em sintonia com as políticas para a educação dos países da periferia do capital.

As crianças e jovens e até adultos passam boa parte de suas vidas nas instituições educacionais. A escola, nesse sentido, é encarada pela classe dominante como uma oportunidade de passar sua ideologia para essas crianças e jovens, oriundos das classes subalternas, visto que a disputa pela consciência da classe que produz a riqueza e não usufrui devidamente não é uma coisa menor, pois, para Aníbal Ponce (2007, p. 36),

[...] para ser eficaz, toda educação imposta pelas classes proprietárias deve cumprir as três finalidades essenciais [...]: 1º destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga[inculturação e aculturação]; 2º consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante; 3º prevenir uma possível rebelião das classes dominadas [...].

Faremos uma breve exposição dos ideários pedagógicos ao longo da história. Iniciaremos pelo primitivismo, em que a educação ocorria de forma espontânea e integral, pois não havia nenhuma instituição voltada para isso, e as pessoas aprendiam mais ou menos o que a tribo podia ensinar. Isso ocorria porque ainda não havia divisão do trabalho que caracterizasse o submetimento, mas uma divisão por sexo, idade e etc. e ainda não havia classes sociais.

Quando teve início a divisão realmente do trabalho, por meio da qual uns foram liberados do trabalho material e passaram a planejar o que outros iam executar – separando da ação a atividade do pensamento, ou seja, a cabeça das mãos– e outros tiveram que se submeter àqueles, foi posta, então, a divisão de classes: uma que trabalha e outra que vive do trabalho alheio. Nesse momento, houve uma educação para os que planejam, exercem a atividade do pensamento, exploram e oprimem; outra educação para os explorados e oprimidos. Essa dualidade permeia toda a história da Antiguidade, passando pela Idade Média, a modernidade até a contemporaneidade.

As barreiras impostas pela natureza ao homem primitivo e seus limitados processos de produção impunham também limites nas relações entre membros das tribos e entre tribos de forma geral. Em outras palavras, uma organização social onde todos os membros ocupam as mesmas posições na cadeia produtiva tem como resultado dessa homogeneidade um ideal pedagógico: “Em adquirir, a ponto de torná-lo imperativo como uma tendência orgânica, o sentimento profundo de que não havia nada, mas absolutamente nada superior aos interesses e as necessidades da tribo.” (PONCE, 2007, p. 21).

A ausência de classes sociais nas comunidades primitivas como também a inexistência da propriedade privada e, conseqüentemente, a socialização da produção

e, igualmente, de seu produto determinam os fins da educação, que se identificam com os interesses comuns da comunidade. Não havendo nenhuma organização específica com a função de educar, a todos os indivíduos era dada a oportunidade de incorporar com maior ou menor intensidade o que era possível assimilar e produzir na coletividade.

Quando o comunismo primitivo foi forçado a sair de cena e, em seu lugar, surgir uma sociedade dividida em classes, a educação deixou de ser espontânea e integral, convertendo-se em uma educação com fins específicos: destruir qualquer vestígio do comunismo tribal, dos costumes e tradições do coletivismo primitivo; inculcar na cabeça da maioria dominada que os interesses da classe dominante são o interesse para o bem comum de todos; conter e eliminar quaisquer atos de rebeldia e protestos por parte dos dominados, o que exigia uma permanente atenção.

O ideal pedagógico “dever-ser”, presente nas comunidades primitivas – que predomina na consciência dos indivíduos sob a forma de sentimento de proteção e manutenção do grupo – foi aos poucos sendo substituído por um novo ideal pedagógico, em um mundo que divide os homens em classes, mundo esse em que, erguido e sustentado pelos escravos, o homem ideal era o proprietário de terras e de escravos, guerreiros, ricos e virtuosos para governar. Estes desprezam o trabalho, pois essa atividade era destinada exclusivamente aos escravos, pois podia alterar a beleza e a elevação do pensamento dos nobres. Nesse sentido,

[...] tinham razão Aristóteles e Platão: uma sociedade fundada no trabalho escravo não podia assegurar cultura para todos. O rendimento da força humana era tão exíguo que um homem não podia estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Portanto, aos filósofos caberia a direção da sociedade aos guerreiros, protegê-los e aos escravos manter as duas classes anteriores. A separação entre força física e força mental impunha ao mundo antigo estas duas enormidades: para trabalhar, é necessário gemer na miséria da escravidão e, para estudar, era preciso refugia-se no egoísmo da solidão (PONCE, 2007, p. 60).

O escravismo se exauriu quando o que ele produzia era menos do que o necessário para manter vivos os escravos. Quando o escravo não mais produzia excedente para seu amo, passando a produzir menos do que lhe era necessário para sua própria existência, esse sistema de exploração não pôde mais se sustentar. Diante da falência desse modo de produção, surgiu a servidão, economia baseada diretamente na exploração da terra, onde os antigos senhores de escravos se converteram em patrão, e o escravo, em servo. Porém, a servidão dificultava também o desenvolvimento das forças produtivas, da técnica, da ciência. A agricultura, juntamente com outras atividades auxiliares como caça, pesca e criação de animais, teve seus

limites, como as condições climáticas, as pragas, a fertilidade da terra, isoladamente das comunidades etc.

A composição social do mundo feudal não difere muito do mundo antigo. No primeiro, havia três classes: guerreiros; oradores – homens de religião; massa trabalhadora. O que marcou realmente a diferença do mundo antigo para o feudal foi o surgimento de um corpo especializado de religiosos, que atravessou toda a idade medievá. Esta, além do domínio religioso, também teve forte participação na agricultura, no comércio, na indústria e, ainda, a manutenção de uma poderosa instituição bancária de crédito rural, demonstrando que sua riqueza não se originava de saques, e, sim, de uma organização econômica muito bem evoluída para as limitações do mundo feudal (PONCE, 2007).

A escravidão do mundo antigo não desaparece por completo. No entanto, não foi mais possível esse modo de produção dominar. Com as ruínas do trabalho escravo, vão-se também as escolas pagãs, que foram substituídas por escolas cristãs, sob o domínio da igreja. Estas últimas foram organizações com estrutura, à época, bastante desenvolvidas para assumir essa tarefa, realizada em duas modalidades: uma formando monges; outra, as massas. Porém, “A finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas” (PONCE, 2007, p.91). Portanto, como fim das escolas pagãs, surgiram em seu lugar, as escolas cristãs, não para ensinar a ler e escrever, mas para catequizar as massas sem instrução e para pregar a doutrina cristã.

Para clarear a posição da Igreja, havia:

[...] “os trabalhos mais penosos — é o historiador Beneditini Besse que o diz — estavam a cargo dos servos e dos escravos”. Dentro dos monastérios, tidos por alguns autores como modelo de “vida perfeita”, a divisão em classes continuava existindo, sem nenhuma modificação; de um lado, os monges, dedicados ao culto e ao estudo, do outro, os escravos, os servos e os conversos, destinados ao trabalho. (PONCE, 2007, p. 91-92).

Há uma grande carência de escolas na Idade Medieval. Porém, para os nobres, não faltava educação para a arte da guerra e as boas maneiras, tendo aulas práticas de caça, arco, equitação, xadrez, poesia, além das batalhas, onde podiam desenvolver as virtudes de guerreiro e de fidelidade ao senhor feudal.

A arte militar, a guerra, era a mais alta profissão do nobre no período feudal. O interessante a observar é que o mesmo cavaleiro virtuoso e fiel, protetor dos fracos, viúvas e órfãos – que teria como humilhação lavar a terra, se ele mesmo o fizesse – é o mesmo

responsável pelos saques e pelas mortes de muitos homens, mortes essas que deixavam mulheres e crianças na condição de viúvas e órfãos.

Ainda:

O baixo nível das forças produtivas se evidenciava, por exemplo, no caráter elementar dos instrumentos de trabalho, na incipiente divisão do trabalho, na caça e na pesca, na agricultura ainda rudimentar nos limitados conhecimentos a respeito do homem e do seu conhecimento vital, o que formava um quadro de fragilidade relativa frente à natureza (COSTA, 2007, p. 106).

No período medieval, vamos encontrar atividades fundamentais, como agricultura e pecuária, desorganizadas e pouco desenvolvidas, que expressam a exploração da terra como principal atividade econômica e os limites da produção, da própria existência e a da reprodução social.

O fracionamento das propriedades feudais, quando se exauriam os víveres de uma propriedade, forçava os senhores a constantes mudanças para outra propriedade, em melhores condições de abastecimento. Isso acarretava muitos riscos de saques e, ainda, dispêndio de recursos, devido à quantidade de objetos e pessoas envolvidas nas mudanças.

Para não ser pego de surpresa por um ataque inimigo e, principalmente, para realizar os saques, principal fonte de riqueza da época dos senhores feudais, junto com a exploração dos vassalos, estes senhores eram forçados a manter: um grande contingente de homens armados e com capacidade de mobilidade; muitos cavalos; acampamentos com tendas, comidas e bebidas. Junto a tudo isso, o nobre vivia esbanjando “[...] e como ele não era produtor, mas uma parasita que explorava os seus vassalos, ele nunca sabia qual sua receita e qual sua despesa.” (PONCE, 2007, p. 97).

Diante dessa situação, o senhor feudal foi forçosamente abrindo mão de muitos privilégios. Por esse período, começou a surgir uma nova classe social em seus domínios, classe essa que exigiu seu espaço para viver em liberdade, sendo essa liberdade comprada ao senhor feudal, o que surgia como mais uma fonte de recursos à nobreza.

Até o século X, artesãos domésticos e servos da gleba viviam sob o jugo do senhor feudal, trabalhando e morando em condições miseráveis. Porém, do século XI em diante, avanços técnicos impulsionaram o florescimento comercial e a circulação do dinheiro, transformando castelos e vilas em cidades.

E, assim, as cidades se transformaram em centros de comércio, onde os produtores trocavam os seus produtos. Surgiu então, uma profunda transformação: o que até ontem era apenas uma fortaleza, começa a ser um mercado. Os seus habitantes, chamados burgueses, acabaram se fundindo em uma classe predisposta a uma vida

pacífica e urbana, bem distinta da vida guerreira e rural, que era apanágio da nobreza (PONCE, 2007, p. 98).

Essa transformação econômica não se limitou às cidades, pois servos e colonos viram a possibilidade de também mudar suas vidas com o crescimento das cidades e do mercado, vendendo seus produtos e, com dinheiro, alterar, de alguma forma, a relação de dominação dos nobres sobre eles. Nesse momento da história, foi possível perceber um movimento da organização de classes – camponeses, servos e burgueses – para se fortalecer frente ao inimigo comum: contra o poder dos nobres.

Toda essa transformação na economia e também nas relações sociais teve ressonância na educação, pois a nova classe que emergiu com o crescimento das cidades e do comércio forçou a igreja a deslocar seu ensino. Este, que, antes, concentrava-se nos mosteiros, com os monges, deveria ser deslocado para o clero secular, nas catedrais das cidades, pois o mercado e a vida nas cidades exigiam uma nova instrução.

É preciso assinalar que a burguesia não tinha nenhuma pretensão revolucionária, até porque não tinha ainda consciência de si e de seus interesses antagônicos aos dos senhores feudais. Isso, é claro, foi se acentuando ao longo do tempo. “Usando a linguagem de Marx, poderíamos dizer que a burguesia já era uma classe em si, mas não uma classe para si, isto é, ainda não tinha consciência de que os seus interesses eram distintos das do feudalismo” (PONCE, 2007, p. 99).

Contudo, tanto nos mosteiros como nas catedrais, o que menos importava era a instrução. Sendo o canto coral mais importante do que a clerezia, ou as sete artes liberais²⁷, as preocupações pedagógicas eram voltadas para o ensino da teologia:

‘Amar e venerar a Deus’ [...]. Mas, sob a influência da nova burguesia, que exigia sua parte na instrução, a escola catedralícia foi, no século XI, o germe da universidade. No domínio intelectual a fundação das universidades equivaleu à outorga de uma nova carta de franquia à burguesia (PONCE, 2007, p. 99).

As universidades, ao empreenderem a passagem do nobre de “espada” ao de “Torga”, iam aos poucos se apoderando da justiça e da burocracia e aumentando cada vez mais seu poder e seus privilégios. Foi justamente por isso que a igreja e a realeza mantinham essa nova organização sob sua tutela.

É preciso registrar que quem dominava essas universidades era a burguesia mais rica e que, somente dois séculos depois, a pequena burguesia conseguiu sua vitória no campo

²⁷Gramática, dialética e retórica – *Trivium*; aritmética, geometria, astronomia e música – *Quadrivium*. Essas disciplinas em conjunto constituíam as sete artes liberais.

da educação, implantando e dirigindo escolas primárias, sendo a igreja sua principal adversária nesse campo.

Essas escolas primárias, no início de sua formação e desenvolvimento, na visão tanto da burguesia como da igreja e dos senhores feudais, não tinham como objetivo atender à população de forma geral. Nesse momento histórico, a burguesia era, no máximo, reformadora, pois crescia e prosperava no interior do mundo feudal. A esperança daqueles que estavam na condição de explorado para passar à condição de exploradores de outros explorados surgiu e se fortaleceu nas corporações, no início da formação da classe burguesa.

Decerto, não se podem negar os avanços no ensino com as escolas municipais em língua nacional, visto que o ensino da igreja era em latim, e a utilização predominante dessa língua pela igreja, nas universidades, durante a Idade Média, tinha como objetivo principal o domínio da cultura e, por conseguinte, o controle social por esse mecanismo.

Repousando sobre as finanças dos burgueses mais abastados, principalmente dos banqueiros, a cultura renascentista elevava a individualidade ao ápice da glória e da virtude da burguesia ascendente, contrapondo-se à virtude de submissão e de fidelidade ao homem feudal. O peso da expressão Renascimento ganha um contorno especial, quando voltamos nossos olhos para o mundo antigo – gregos e romanos –, onde o homem que se pretendia formar era também o ideal de homem pós-feudal. Esse homem era o homem burguês, o homem de negócios, que seja capaz de gerir a economia, sempre controlando os gastos e mantendo-os menores do que as receitas. Enfim, era o homem para atuar no mercado, mercado este que, no atual momento histórico, converte-se no senhor e Deus da sociabilidade do capital, determinando o que os homens, em última instância, devem fazer. Isso suscita a pergunta: o que fazer para inverter os termos dessa oração, não só nas ideias, mas no mundo real, para que o homem controle o mercado e não o mercado controle o homem?

Nós não estamos entre os que acreditam que a educação pode mudar o mundo. Como Tonet (2007), entendemos que o trabalho é o fundamental ontológico do ser social, e a educação mantém com ela uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa.

Em suma, o que estamos afirmando é que a educação, por si só, não pode alterar os fundamentos econômicos de uma sociabilidade da qual ela é um reflexo. Isso seria algo parecido com o fato de se esperar que a imagem no espelho pudesse alterar o objeto real, que lhe dá existência virtual (PONCE, 2007). Contudo, como já foi abordado, não fazemos pouco caso da importância do papel da educação para contribuir com as transformações sociais, até porque mudanças sociais pressupõem mudanças no comportamento dos indivíduos. Estes, para tanto, precisam se apropriar de um quantum de objetivações postas historicamente pelo

conjunto dos homens para, assim, apresentarem-se em condições de atuarem na coletividade. Esta necessita e exige indivíduos que enriqueçam a sociabilidade humana com novas objetivações. É, portanto, nessa interação de interdependência indivíduo-gênero que devemos situar a papel da educação.

A queda do mundo antigo libertou os escravos; a ruína do mundo feudal libertou os servos. Porém, esses explorados só tinham trocado de senhor, convertendo-se em escravos assalariados, pois se, antes, no mundo antigo e no feudal, existia trabalho livre assalariado, este se dava apenas de forma temporária. Agora, com a ascensão da burguesia a partir do século XVI, o que era momentâneo se converteu em permanente, ou seja, aos “homens livres”, a única opção é o trabalho assalariado, pois enquanto houver forças nos braços, sua subsistência pode ser negociada com a classe capitalista, até seu esgotamento físico ou morte.

Aqui surge uma nova forma de apropriação e um novo regime. Em outras palavras, no momento em que a produção de mercadorias tem como fim a troca e não a satisfação das necessidades de consumo das comunidades, e o trabalhador não é mais dono do que produz, passando a receber um valor menor do que ele realmente produz, estamos diante da moderna produção capitalista.

Com a substituição do regime feudal pelo burguês, piorou a situação das massas, mas os novos amos não se importavam absolutamente com isso.

Formar indivíduos aptos para a competição do mercado, esse foi o ideal da burguesia triunfadora. [...]. Que nenhum obstáculo dificulte o seu comércio, que nenhuma dificuldade paralise a sua indústria. Se, para conquistar algum novo mercado, for necessário liquidar populações inteiras, que assim seja feito; se, para não interromper o trabalho das máquinas, for necessário engajar mulheres e crianças, que assim seja também (PONCE, 2007, p, 138).

Com essas transformações nas relações econômicas e políticas é que o direito à propriedade se consagra como um direito “inviolável e sagrado”, cuja base legal foi posta inicialmente na Declaração dos “Direitos do Homem e dos Cidadãos”. Estamos diante de uma sociabilidade na qual o poder de dispor sobre a força de trabalho alheia e do produto dessa atividade está assegurado como um direito natural e imprescritível. Essa forma de organização hierarquiza toda a superestrutura político-jurídico-cultural, sendo a educação burguesa um locus por excelência de instrução-adaptação dos indivíduos a esse modelo de organização social.

Ao longo da história, é possível registrar várias reformas no campo educacional: com os sofistas, na Grécia, no século V a.C; com os retores, em Roma, no século II a.C; com as universidades, no século XI, no período feudal; e no renascimento, no século XVI, com os

humanistas. Porém, segundo Ponce (2007), revoluções, mesmo na educação, só ocorreram duas: uma quando a sociedade primitiva se dividiu em classes; a segunda, quando finalmente a burguesia no século XVIII assumiu o controle político e econômico da sociedade, enterrando de vez o modo de vida feudal como forma dominante.

Colocar na discussão reformas e revoluções, dentro de uma perspectiva histórica da luta de classes, ajuda-nos a compreender os limites da primeira e a força transformadora da segunda. Desde os sofistas, na Grécia, passando pelos retores, em Roma, passando pelo surgimento das universidades, na idade medievá, até os humanistas, no renascimento, no século XVI, só ocorreram acomodações e ajustes necessários para que a classe que detinha o poder continuasse no controle. Porém, mesmo quando os dominados sentiam que, de alguma maneira, eles também estavam participando das decisões e, é claro, de certa forma, conquistando algumas concessões e melhoramentos das condições de vida, em nenhum desses momentos houve rupturas. Onde o poder político e econômico passasse de um pólo a outro – como aconteceu no momento em que a divisão do trabalho e a propriedade privada dividiram a sociedade em classes – surgiu uma classe que domina as outras quer pela força, quer pelo convencimento, ou de ambos as formas.

Surge uma classe que se afirma defensora do bem comum de todos, cujos interesses são também os interesses de toda a sociedade – que desloca o poder que antes era coletivo para um segmento de classe, a classe proprietária dos meios de produção. Aqui se consolida uma educação para os que dominam e outra para os que são dominados, ou seja, a educação espontânea e integral cedia o lugar para uma educação de classes, direcionada a conservar e a fortalecer o domínio dos proprietários e destruir os vestígios do modo primitivo de igualdade na distribuição da produção.

Outra ruptura aconteceu quando a burguesia, no século XVIII, toma o poder dos senhores feudais e impõe para toda sociedade os seus interesses como universais, afirmando-se como a classe mais revolucionária da história, por pouco tempo, diga-se de passagem. Tão logo percebeu que a defesa da universalidade da educação – da escola laica e da gratuidade do ensino para classes trabalhadoras era mais do que um tiro no pé – podia se transformar numa forma de municiar a classe inimiga para a um assalto ao seu poder, passou a negá-la para a classe que lhe é antagônica, pois ao se afirmar como classe dominante trouxe ao cenário outra classe, a proletária, com a qual seus interesses são inconciliáveis. Diante desse fato, a classe mais revolucionária da história perdeu seu posto e passou a ser a mais reacionária.

Em outros tempos, a burguesia foi um fator para o progresso social, não há dúvida, mas, atualmente, ela se converteu num obstáculo a esse progresso, e de tal modo que

não só não tem interesse em continuar aperfeiçoando o poder do homem sobre a natureza, como ainda procura detê-lo (PONCE, 2007, p. 166).

A burguesia afirmou uma educação para o domínio do homem sobre a natureza, o conhecimento para o progresso da ciência e o desenvolvimento da indústria e o crescimento das cidades. Pressupunha a liberdade e a igualdade para todos, lemas que se fizeram ecoar contra o poder da igreja. Esta, como sabemos, monopolizava o ensino no período feudal, cheio de proibições e castigos, onde se utilizava com frequência a “férula²⁸”, a “disciplina” e o chicote. Nesse período, a finalidade do ensino não era instruir, e, sim, catequizar as massas camponesas na doutrina cristã para um possível lugar no céu depois da morte, mantendo-as conformadas à exploração terrena. Nessa época, a economia era quase exclusivamente sustentada na exploração da terra, pois o comércio e a indústria ainda eram muito limitados. Nesse contexto, a igreja era a organização mais desenvolvida, inclusive com instituição financeira de empréstimo de dinheiro tanto aos camponeses – que plantavam em suas terras ou arrendavam terras dos senhores – como também à própria nobreza parasitária. Era essa igreja que cuidava da educação. É possível até recorrer a Shakespeare para ilustrar como as escolas eram encaradas pelas crianças, à época, sobre domínio da igreja. Vejamos esses dois versos tirados da peça Romeu e Julieta: “Amor corre para amor, como as crianças fogem da escola; mas amor se afasta de amor com olhos tristes, como a criança quando vai à escola [...]” (MANACORDA, 2010, p. 260).

O comércio crescia, a indústria florescia, as cidades se desenvolviam, não havia mais espaço para uma escola silenciosa, cheia de proibições, castigos e desconectada do mundo real. Definitivamente a moderna economia clamava por uma nova educação e uma nova escola. Dessa maneira, as bandeiras da burguesia revolucionária eram as de universalidade, gratuidade, estabilidade, laicidade e renovação cultural. Tais bandeiras tinham no mundo do trabalho a base dessas transformações. Estas, por sua vez, primeiro se desenvolvem e se consolidam na Europa, principalmente na Inglaterra e França; depois se ampliam. Contudo, não se efetivaram para o restante do mundo de forma universal.

Antes de qualquer coisa, para que não fiquemos inebriados ou encantados com tantas palavras bonitas como as que ecoaram e tremularam nas bandeiras da burguesia contra o decadente sistema feudal, precisamos dizer qual era o ideal dessa nova classe: “formar indivíduos aptos para a competição do mercado” (PONCE, 2007, p. 138). Esse ideal molda uma sociedade ávida por lucros, pelo acúmulo de riquezas, que lança os homens uns contra os

²⁸Instrumento de madeira utilizado na aplicação de castigos corporais, conhecido como palmatória, por ser muito utilizado na palma das mãos.

outros em agrupamentos desordenados de produtores independentes, onde há uma batalha feroz para destruir os concorrentes e conquistar novos mercados consumidores.

Por falar em ideal de formar homens para atuar no mercado, podemos relacionar este ideal com o de um pedagogo que teve grande influência rousseauiana: Basedow (1723-1790). Basedow concebeu como fim da educação formar “[...] cidadãos do mundo e em prepará-los para uma existência útil e feliz.” (PONCE, 2007, p. 138). Para esse pedagogo tão apaixonado por Rousseau,

[...] Os filhos das classes superiores devem e podem começar bem cedo a se instruírem, e como devem ir mais longe do que os outros, estão obrigados a estudar mais [...] Felizmente, as crianças plebéias necessitam de menos instrução do que as outras, e devem dedicar metade do seu tempo aos trabalhos manuais (PONCE, 2007, p. 139).

Para que não paire mais nenhuma dúvida sobre as intenções da burguesia liberal democrata, citaremos as palavras de outro pensador: Filangiere (1752-1788). Este pensador como podemos ver, foi contemporâneo de Basedow. Ambos expressavam o pensamento da burguesia de forma que até os mais tolos não deixassem de compreender o caráter da universalidade da educação. “A educação pública – dizia ele – [...] exige, para ser universal, que todos os indivíduos da sociedade participem dela, mas cada um de acordo com as circunstâncias e com o seu destino.” (PONCE, 2007, p. 140).

Dito de outra maneira, a universalidade da educação pública burguesa assegura que todos participem, porém, com um pequeno detalhe: nem todas as classes terão a mesma parte. Ou seja, a parte que toca aos indivíduos tem a ver com a classe à qual pertence e, conseqüentemente, com seu destino econômico dentro dessa divisão de classes. Portanto, para a burguesia, não é razoável e nem racional destinar os mesmos recursos e o mesmo tempo para formar indivíduos que desempenhavam papéis diferentes na sociedade: uns para pensar, planejar e comandar; outros para serem comandados e executores do que já foi concebido pelas classes superiores.

Para não ficarmos na discussão somente em torno da universalidade, gostaríamos de comentar um pouco sobre duas palavras que, a nosso ver, são fundamentais dentro do repertório da sociabilidade burguesa: liberdade e igualdade. Compreendemos que só pode haver liberdade entre iguais e não há igualdade em uma sociedade baseada na exploração, em uma organização social, baseada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão do trabalho. Ou seja, não há igualdade numa sociedade fundada na desigualdade, onde uma imensa maioria produz a riqueza e não pode usufruir plenamente, enquanto uma minoria se

apossa dessa riqueza sem trabalhar e passa a viver como parasita. Diante disso, uma sociabilidade onde os homens são iguais formalmente em um plano superestrutural da justiça e são desiguais de fato nas relações econômicas, liberdade e igualdade são incompatíveis.

Diante de constantes abalos e crises na economia mundial e, conseqüentemente, de um mercado em condições instáveis aos trabalhadores de forma geral, o mundo do trabalho passa a exigir um “profissionalismo”, um indivíduo que tenha uma grande capacidade de “empregabilidade”, indivíduos que se adéquem ao mercado em permanentes transformações.

[...] na indústria, especialmente para os operadores e os técnicos, o domínio cognitivo e do informativo nos sistemas de produção, tornam pouco obsoleto a noção de qualificação profissional e leva a que se dê muita importância a competência pessoal. O progresso técnico modifica inevitavelmente a qualificação exigida pelos novos processos de produção (DELORS, 2006 *apud* COSTA; FERNANDES NETO; COSTA, 2009, p. 91).

Há aqui uma clara definição de que não interessa uma formação integral para os trabalhadores, pois se os processos técnicos modificam com rapidez as qualificações exigidas em decorrência dos novos processos de produção, o mercado precisa de indivíduos capazes de se moldar a essas novas e constantes exigências no campo da produção e que sejam capazes de aproveitar as oportunidades, enriquecendo seus conhecimentos com capacidade de se adaptarem a esse mundo em permanente mudança. Ele sabe “manter-se preparado” para estar pronto para mudar. À imagem dos esportistas, devem “mantém-se em forma para”. Seu potencial torna-o disponível para evoluir, para ser “reempregável” [...] (LE BOTERF, 2003 *apud* COSTA; FERNANDES NETO; COSTA, 2009, p. 94, grifos do autor).

Essa definição de profissional que se comporta como uma espécie de “camaleão”, adaptando-se ao ambiente em constante mudança, remete-nos a uma luta de indivíduos isolados: cada um necessita ser o mais esperto, o mais capaz, tendo que eliminar seus semelhantes, pois estes são seus concorrentes. Esse profissional não precisa de formação integral, devido à volatilidade do mercado – até porque uma formação dessa natureza demanda tempo e custos financeiros, duas coisas que os capitalistas não têm interesse em empregar para o conjunto dos trabalhadores, que, na sua maioria, são deixados à própria sorte.

Assim também faz os governos em relação aos profissionais da educação na tão propalada formação continuada, por meio de um aligeiramento na formação inicial seguido por um esvaziamento tanto dos conteúdos quanto das técnicas pedagógicas e, por fim, uma precarização no trabalho ao ser contratado. Isso tudo se contrapõe a uma formação sólida, em que o futuro profissional possa obter os conhecimentos teóricos e técnicos necessários sobre seu trabalho, um devido tempo para adquirir conhecimentos práticos, experiência e,

finalmente, possa ter consciência do papel social da sua profissão, da sua intervenção no mundo, para ajudar a transformá-lo em benefício da coletividade.

Para nos remetermos a uma formação dessa natureza, faz-se necessário colocar em questão o projeto de sociedade na qual há essa contradição: por um lado, trabalhadores que se moldam pelo imediatismo, sempre prontos às mudanças de profissões ou empregos; por outro, a necessidade de indivíduos com uma formação geral com capacidades teórico-práticas e com clareza do seu papel e da importância social do seu trabalho. Na primeira situação, há o predomínio do capitalismo em crise, que precariza as relações de trabalho, destrói a natureza, coloca em risco a própria existência humana. Basta ver os conflitos sociais, as guerras, a miséria, a fome, a prostituição infantil e as doenças, que mesmo havendo meios para combatê-las, ainda matam milhares de pessoas pelo mundo, principalmente em países pobres. A segunda situação sugere-nos uma formação profissional que nos coloca a possibilidade de uma sociedade que tenha como projeto o socialismo.

Depois de deixar bem clara – até mesmo para os minerais e os vegetais – a impossibilidade de a burguesia promover a educação gratuita, laica e de qualidade, de forma universal, uniforme e completa, da qual todos participem igualmente, só nos resta afirmar que educação defendemos, afinal, e o que propomos dentro dessa sociabilidade, no sentido de oferecer substância para um projeto de transição a uma sociabilidade de tipo superior – a socialista.

Nessa empreitada, faremos uma volta em torno de cinco temas ordenadores dessa discussão, nos limites da nossa compreensão, da nossa incompletude e da possibilidade de sermos corrigidos diante da luta para nos tornarmos diferentes e melhores do que somos.

Em primeiro lugar, queremos assegurar que esses temas não estão separados e se encontram em relação dentro de um todo, que é a sociabilidade humana e, como tal, é preciso considerar a historicidade, a totalidade e a evolução numa relação dialética. Nessa relação, as partes são influenciadas pelo todo, e este, por sua vez, também é influenciado pelas partes, ou seja, as superestruturas são reflexos da estrutura, porém, mesmo sendo resultado dessa estrutura, não se elimina a possibilidade de também poder alterá-la em certas condições e circunstâncias engendradas pela luta de classes.

Em segundo lugar, queremos dizer que não vamos fazer uma hierarquia desses temas. Contudo, é preciso clareza dos fins para poder abraçar os meios e isso não é secundário quando o horizonte é a transformação e evolução de toda a sociedade, principalmente se considerarmos que isso só pode acontecer via revolução. Lembrando o que disse o velho Trotsky, as revoluções são impossíveis até que se tornem inevitáveis.

Adentremos aos temas. Iniciaremos com educação e trabalho depois, falaremos sobre escola. Em seguida, sobre o papel do Estado, para, finalmente, tratar das personagens da luta entre dois projetos alternativos de sociedade. Ressaltamos que toda essa nossa elaboração tem como referência as formulações de Marx, Engels, Lênin e outros marxistas. Assim, colocamo-nos às críticas e ao debate, sempre na defesa de avançarmos rumo à construção de uma sociedade livre e igualitária.

Sobre a natureza e o objeto da educação, falaremos com as palavras de Saviani (2008, p. 13):

[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitante, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Para melhor definição da função da práxis educativa e distinção de outras práxis, recorremos a Tonet: “O ato educativo, ao contrário do trabalho, supõe uma relação não entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que é ao mesmo tempo também sujeito. Trata-se aqui, de uma ação sobre uma consciência visando induzi-la a agir de determinada forma.” (TONET, 2005 *apud* COSTA, 2007, p. 133).

Com relação à reprodução do ser social e à sua condição de continuidade, utilizaremos o que assegura Frederico (Costa, 2007, p. 132):

Devido à descontinuidade entre gênero e indivíduo, a reprodução do ser social exige uma mediação particularizadora entre generidade e individualidade, que numa dialética de transmissão/apropriação processe a continuidade do ser de geração a geração e do universal para o particular. Tal mediação, própria da reprodução social é a educação.

Quando pensamos em educação, pensamos no desenvolvimento humano, e esse desenvolvimento permanente do ser humano era para Marx uma precondição para fortalecer e preparar a classe operária na luta também permanente pela sua emancipação, quando da sua completa vitória sobre a burguesia.

Arcary (2005) também nos aponta a educação como um direito essencial, como uma necessidade humana que figura entre as mais prementes. De acordo com este autor, “[...] A educação abre a janela da vida na infância para aquilo que é nosso destino: o domínio consciente da natureza e da nossa sociabilidade. Por essa via descobrimos a vocação de uma profissão, que é o sentido do trabalho, a plena realização do potencial humano.” (ARCARY,

2005, p. 50). Arcary nos indica a profissão, o sentido do trabalho, e este como a plena realização do potencial humano. E ao falar em profissão, entraremos no tema da escola, pois, quando falamos em educação, logo nos vem à cabeça a instituição escolar como local privilegiado onde ocorrem os processos de ensino aprendizagem de forma sistematizada, local onde se desenvolve ensino, instrução e formação para o trabalho e para vida.

É generalização das relações mercantis, a ampliação do trabalho assalariado, a conquista do poder político pela burguesia e revolução industrial, ou seja, quando o capital passou a ser o centro de gravidade do processo de reprodução do ser social, que surgiu a necessidade da formação dos produtores por meio da educação formal, isto é, da escola (COSTA, 2007, p. 144).

Contudo, constatamos que a educação sob o capitalismo passou a ser uma mercadoria acessível somente a quem pode pagá-la. Portanto, sua função social – quando não questiona as relações sociais e se pauta por um processo de adaptação-acomodação ao atual modelo de sociabilidade – na atual sociedade, é estabelecer a divisão do trabalho e perpetuar a divisão de classes, que, por sua vez, mantém-se sobre as bases do trabalho assalariado, do capital e do controle do estado burguês.

Se, sob o capital, a educação deixa de ser um direito essencial para todos igualmente, não é diferente com o trabalho e o papel da escola. “Na sociedade em que vivemos, porém, o trabalho é a maldição que nos oprime. O trabalho é o castigo que nos mortifica. É, às vezes, até a prisão, dentro da qual nós nos sentimos encarcerados.” (ARCARY, 2005 p.50).

O trabalho, da condição e capacidade de libertar o homem do jugo da natureza, de desenvolver suas potencialidades como ser social, converte-separa algo que aprisiona o ser humano, que limita seu desenvolvimento, impondo-se como um poder estranho e dominador aos homens (MARX, 2008).

A escola, espaço por excelência da educação formal, conquista que veio com a ascensão da revolucionária, burguesia liberal, no século XIX, desenvolveu-se e se consolidou também pela luta da classe operária. Esta travou e trava uma batalha permanente pelo acesso aos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade, com o objetivo de garantir minimamente melhores condições de vida nessa sociedade de explorados e exploradores.

Essa escola, na atual conjuntura, mais do que nunca tem como tarefa

[...] formar trabalhadores com competências aplicáveis às diferentes situações, constituindo uma força de trabalho cada vez mais plástica, correspondente á plasticidade exigida para a atuação em células de produção [...] solucionando problemas relacionados a avarias nas ferramentas de trabalho e /ou processo de produção, vigiando os colegas para evitar o absentéismo, a “cera” no trabalho, a

queda na produtividade da célula. Enfim, a colaboração ao projeto da empresa, a delação, a vigilância, a subsunção aos ritmos da produção são as chamadas competências pessoais (COSTA; FERNANDES NETO; SOUZA, 2009, p. 91).

Fica evidente que, sob os auspícios do capital, a escola desqualifica a educação como um direito essencial do homem de se apropriar do conhecimento historicamente construído pelo conjunto da humanidade, em defesa de uma formação pragmática, imediata e utilitarista, que forma o homem para que se adapte às exigências do mercado em constantes mudanças.

Até agora demonstramos como se apresenta de forma dominante a educação, o trabalho e a escola sob o domínio do capital. O trabalho— que, da possibilidade de garantir liberdade ao homem do jugo da natureza e de desenvolver e ampliar a harmonia nas relações sociais converte-se no seu contrário – acorrenta os seres humanos a uma sociabilidade cada vez mais decadente. A educação não desenvolve as potencialidades humanas e nem questiona as relações sociais, ao contrário, pauta-se por um processo de adaptação-acomodação dos seres humanos a uma organização social que caminha cada vez mais rumo à barbárie. E a escola que, de gratuita, universal e meritocrática, bandeiras da burguesia liberal democrática, converte-se num espaço de reprodução das desigualdades sociais, de formação de mão de obra barata e desqualificada, onde só quem pode pagar tem uma saída profissional e uma formação especializada, garantindo os melhores postos de trabalho e os melhores salários (ARCARY, 2005).

Os dois últimos temas têm a ver com o Estado, que suscita a questão da luta pelo poder, e um programa que envolve objetivos – e ainda, quem pode e deve levantar a defesa de uma saída para além dos limites do capitalismo –, a construção de uma alternativa transicional para uma sociedade livre do jugo da propriedade privada e do domínio de todo o poderoso mercado mundial, onde tudo e todos não passam de uma simples mercadoria à disposição de quem pode pagar mais.

Marx afirma a necessidade histórica de criação e de manutenção do Estado. Mas, ao mesmo tempo, defende a necessidade do proletariado se apropriar desse mesmo Estado, tirando-o das mãos da burguesia e colocando-o a serviço da classe mais progressista, a classe produtora das condições da vida e da sobrevivência humana.

Para Marx, o Estado está historicamente determinado. Não há voluntarismo histórico que permita superar essa necessidade do Estado. O Estado só poderá ser superado historicamente num estágio de desenvolvimento das forças produtivas, na qual possa existir abundância. “Do reino da necessidade para o reino da liberdade”. (ARCARY, 1995, p. 3, grifos do autor).

Marx nos remete a três situações: primeiro o Estado tem determinações históricas, que, sob o controle da burguesia e da burocracia, dependendo das condições da economia – se em época de bonança, fazendo pequenas concessões aos trabalhadores, se em época de escassez – impõe mais exploração e miséria à classe trabalhadora.

Segundo, a destruição sumária do Estado não tem precedentes na história da humanidade. O que a história registra é a existência de diversos estados: teocrático, escravista, feudal, burguês e operário.

Terceiro, a superação do Estado, já que todo Estado é uma ditadura, passa pela tomada do poder político pela classe operária e classes aliadas, colocando esse Estado na defesa de seus interesses.

Nesse momento, cabe o que Lênin disse: fora do poder tudo é ilusão. Portanto, o caminho para a superação do Estado rumo à liberdade passa necessariamente pela tomada do poder político pelo proletariado, pois “Para o marxismo o proletariado é o sujeito da transformação. É a classe que, pelo seu lugar na produção, pela sua força social, pode representar a universalidade.” (ARCARY, 1995, p. 3).

Essa parte sobre a concepção de Estado em Marx e sobre a luta pelo poder remete-nos à política, um terreno apaixonante e perigoso. Apaixonante, porque coloca em xeque os projetos alternativos entre o que deve permanecer e o que deve ceder lugar ao novo. Ou seja, entre a construção do próprio novo e a superação do velho, do que deve ser relegado ao passado sem deixar saudade. O perigo, a nosso ver, é demonstrado pela história, quando percebemos que os projetos reformistas mantiveram e ainda guardam um poder de atração enorme sobre as massas. Obviamente não podemos subestimar o papel das direções nesses confrontos, mas não podemos deixar de admitir que esse instinto das massas em evitar, até as últimas consequências, a opção pela revolução indica a percepção da linha tênue que separa a evolução da destruição das classes em luta.

Colocamos essa situação para podermos entrar em duas questões muito importantes para nós educadores: a primeira tem a ver com a ilusão do papel redentor da escola; a segunda está ligada à construção de um projeto revolucionário para a educação. São questões polêmicas, principalmente para a construção de um projeto alternativo, sobretudo por duas razões que não são secundárias: uma, quando se refere à identidade dos sujeitos desse processo; outra, a que envolve as táticas.

Não podemos alimentar a ilusão de que escola pode revolucionar a sociedade, pois a história nos ensina que as revoluções nascem e se desenvolvem da luta de classes:

Revolução Francesa, século XVIII; Revolução Russa, século XX; Primavera Árabe, norte da África, século XXI.

Isso significa dizer que a escola é peso morto na luta de classes? Não. Apenas esclarece que o epicentro das revoluções é a luta de classes, mas que, por outro, a escola, pela sua especificidade e massividade presente e operante no seio da sociedade, não é uma organização somente passiva, mas também interfere no desenvolvimento dessa sociedade. Se assim não o fosse, qual o sentido de lutar por uma escola crítica, que questione as relações, que seja um espaço de criação e produção de conhecimento, um espaço democrático quando luta contra o controle dos governos, quando levanta a bandeira da gratuidade do ensino, que busque melhores salários, condições de trabalho, melhores estruturas e materiais didáticos, mudanças e inovações nos currículos, tempo para planejamento, concurso público e qualificação profissional?

Todas essas reivindicações são justas e necessárias, porém nós não podemos nos perder na luta contra os efeitos, e, sim, concentrar nossas energias na luta contra as causas. Lutar contra as causas nos força à construção e à participação em organizações de classe, como partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.

No campo político, os caminhos são escorregadios, por isso não podemos ficar somente nas reivindicações mínimas sem construir uma ponte que possa estabelecer uma ligação entre nossa luta imediata e nosso objetivo estratégico, transformar a sociedade. Então, é necessário esclarecer que

Se levantarmos apenas um programa mínimo para a educação sem dizer a serviço de quê concepção de escola estamos lutando estaremos sendo reformistas e economicistas da pior espécie, já que esse método rebaixado nem assegura um padrão mínimo de qualidade no capitalismo e nem faz avançar qualquer consciência revolucionária. (TUBIO, 1995, p. 11).

Nossa concepção de escola é a que Marx, Engels, Lênin e toda uma camada de revolucionários defenderam ao longo da história, a escola unitária, que se contrapõe à unificação escolar burguesa. Essa proposta socialista defende uma escola gratuita com ensino ligado ao mundo produtivo politécnico e tecnológico: politécnico, quando coloca o educando em contato com os diversos ramos da produção; tecnológico, quando promove a unidade entre teoria e prática.

Na primeira, ao propor um pluriprofissionalismo se contrapõe ao modelo vigente na indústria moderna e o gestado nas escolas profissionalizantes do governo Cid Gomes, no Ceará, e nas escolas profissionalizantes de modo geral, sob o capitalismo. O segundo, ao unir

teoria e prática, promove o fim da separação entre trabalho intelectual e manual, tão adorados e idolatrados nas fábricas modernas. Essa unidade da teoria com a prática sinaliza para a formação do homem omnilateral, o fim da fragmentação do ser humano tanto no trabalho como nas relações sociais (MANACORDA, 2010).

Podemos encontrar nas “instruções” que Marx entregara aos delegados em 1866, ao I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Genebra, o que ele entende sobre ensino:

Por ensino entendemos três coisas: Primeira: ensino intelectual; Segunda: educação física, dada nas escolas e através de exercícios militares; Terceira: adestramento tecnológico, que transmite os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que, ao mesmo tempo, introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manejar os instrumentos elementares de todos os ofícios [...] A união do trabalho produtivo remunerado, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevará a classe operária acima das classes médias e superiores (MARX *apud* TUBIO, 1995, p. 9).

É possível perceber que, para Marx, o ensino tecnológico tem como especificidade unir os aspectos teóricos e práticos, fundamentais de todos os processos de produção e de todos os ofícios, portanto não absorve e nem substitui o ensino intelectual.

Sobre os termos politécnico e tecnológico podemos recorrer a Manacorda, quando o mesmo atribui à politecnia a ideia de multiplicidade da atividade, ou seja, o desenvolvimento das habilidades humanas, o que, para Marx, poderia ser “[...] uma sociedade comunista na qual, por exemplo, os pintores seriam homens que também pintam.” (MARX 1958 *apud* MANACORDA, 2010, p. 53). Já o termo tecnologia se refere ao desenvolvimento das capacidades humanas pelas possibilidades de uma plena e total manifestação do indivíduo independentemente da profissão específica que ele exerça na sociedade.

Os marxistas revolucionários têm um programa socialista para a educação pública, e esse

[...] programa para educação tem que primeiro identificar quem são os sujeitos sociais da luta pela mudança. Não é sequer razoável pensar na luta por uma escola pública se o projeto for construído “demonizando” os professores. Este ponto de partida programático, a reivindicação dos professores como sujeitos, é uma ruptura com a estratégia reformista, porque identifica o Estado burguês como inimigo da educação, e os docentes como protagonistas da mudança. Os reformistas defendem, exatamente, o contrário (ARCARY, 2005, p. 48).

Romper com a estratégia reformista, identificando o Estado burguês como inimigo e os professores como sujeitos das mudanças é, sem dúvida, crucial para a construção de um projeto revolucionário para a educação, pois nós, ao contrário dos reformistas, não

acreditamos que seja possível chegar à escola unitária sem que a classe operária tome o poder político e econômico, sem que o Estado esteja sob o comando dos trabalhadores.

Os reformistas adotam a tática das reformas sucessivas. Para eles, o horizonte é administrar o Estado burguês, ocupar o parlamento e transformar internamente o do sistema educacional. Nesse sentido, as reformas passam a ser um fim em si mesmo – vejamos os dez anos de gestão do PT, com o apoio do PC do B no comando do Governo Federal (2002-2012), e muitas gestões estaduais e municipais no país afora desses mesmos partidos.

Os marxistas revolucionários não alimentam as ilusões no sistema capitalista como fazem os reformistas. Também não acreditam na possibilidade de humanizar o capital, em defender a ordem da democracia burguesa sem se afundar na lama do roubo, da chantagem e da corrupção, que são inerentes ao Estado burguês. Não veem a escola como redentora dessa sociedade, ou em qualquer outra sociedade. Tampouco, veem a formação de um homem novo antes da revolução, muito menos que este homem novo saia das escolas. Ou seja, não é pelas escolas que faremos a revolução, e, sim, pela intervenção no desenvolvimento da luta de classes. Contudo, a luta de classes está presente nas escolas, portanto, deve ser desenvolvida pelos revolucionários de forma consciente, no sentido de fazer avançar a construção da consciência de classe no marco geral da luta da classe operária e trabalhadora contra a exploração e a opressão capitalista.

Enquanto o capitalismo estiver reinando, empunharemos as bandeiras das reivindicações imediatas, mas sempre estabelecendo uma ponte com as reivindicações históricas do proletariado e com a denúncia contundente de que qualquer reforma concedida pelo capital, sob pressão da nossa luta, nunca contemplará as necessidades humanas em sua totalidade e que isso só será construído com um assalto revolucionário ao Estado burguês, colocando em seu lugar um Estado operário sob o controle dos trabalhadores.

Enquanto isso continuaremos defendendo o ensino público, gratuito e de qualidade para todos. Escolas politécnicas, escolas onde haja ensino propedêutico junto com ensino tecnológico, que junte ensino e trabalho, que os educandos utilizem os livros e as mãos, aprendam e produzam.

Não é razoável que exista uma quantidade imensurável de jovens fora do trabalho e do ensino, expostos às drogas, à prostituição e ao crime. Mas é razoável a defesa de que essa juventude tenha uma escola, que garanta uma profissão e, ao mesmo tempo, o acesso à cultura. Nós não somos ingênuos e sabemos que o Estado vai se opor ao que defendemos, pois esse Estado é o suporte da mercantilização do trabalho e da educação. Nós entendemos que “Os direitos ao trabalho e à educação são inegociáveis, e é preciso ter perdido além de

todos os reflexos socialistas mais elementares, até o bom senso, para renunciar a eles.” (ARCARY, 2005, p.50).

O Estado será contra essas reivindicações, porque serão necessários mais investimentos, e ele não pode remunerar o capital sem desqualificar os serviços públicos. Isso é terrível e nos empurra forçosamente a lutar por mais verbas para os serviços essenciais como saúde e educação. É justamente a luta por escola pública, gratuita e universal, por mais verbas e contra o controle do Estado, as nossas bandeiras, que aponta para uma transição ao socialismo.

Não é possível sob o capitalismo a viabilidade de uma proposta socialista, de uma escola nova e unificada, que una gratuidade, trabalho produtivo como componente do ensino e ensino politécnico, mas o novo precisa ser gestado à medida que o velho não pode mais responder às carências sociais, que clamam por algo que demonstre força superior ao velho que agoniza. A construção do futuro é premente no presente.

Passemos agora ao papel do sindicato nessa construção.

4 A ATIVIDADE SINDICAL COMO PRÁXIS EDUCATIVA: COMO O TRABALHADOR SE EDUCA E COMO O SINDICATO PODE EDUCAR PARA O SOCIALISMO

Neste capítulo, enfocaremos o papel pedagógico das organizações sindicais na educação dos trabalhadores no contexto da sociabilidade do capital em crise, na qual a globalização, a reestruturação produtiva e a flexibilização dos direitos dos trabalhadores contemplam o conjunto das necessidades do mercado para a preservação e a manutenção do sistema capitalista. Nesse contexto, as organizações sindicais são levadas, normalmente, a pautar seu combate na imediatividade, de caráter economicista, ficando, portanto, nos limites da luta contra os efeitos e não combatendo as causas da real exploração a que é submetida a classe trabalhadora. Contudo, os sindicatos podem estar ou a serviço da classe dominante, quando levam a cabo a conciliação de classe, ou na defesa da classe dominada, quando educam, organizam e mobilizam a classe para a ação direta, levando-a a confiar na sua organização, na sua força e na defesa dos seus interesses. Para isso, tentaremos demonstrar, por um lado, o processo de burocratização dos sindicatos atrelados aos governos e aos patrões; por outro, a resistência dos trabalhadores na busca de se organizar, forjando organizações independentes, classistas, que têm como horizonte estratégico o socialismo. Desse modo, queremos colocar a importância das organizações sindicais para a luta dos trabalhadores e que, mesmo muitas vezes servindo à classe dominante, para conformar os trabalhadores à exploração, podem, em certas circunstâncias, transformar-se em um dos instrumentos na organização para a transformação da sociedade rumo à sociabilidade emancipada.

4.1A agonia do modo de vida burguês: os conflitos entre avanços e retrocessos

Seguindo a tradição operária do internacionalismo, iniciaremos nossa exposição fazendo uma análise de conjuntura. Convidaremos para iniciá-la ninguém menos do que o camarada Leon Trotsky (1979, p. XV).

[...] O essencial é saber se o capitalismo é capaz de tirar a Europa do impasse histórico; se a Índia ainda pode libertar-se da escravidão e da miséria sem transbordar dos quadros de um progresso capitalista pacífico; se a China pode atingir o nível de cultura da América e da Europa sem revoluções e sem guerras; se os Estados Unidos podem desenvolver completamente suas forças produtivas sem abalar a Europa e sem preparar uma pavorosa catástrofe guerreira para toda a

humanidade; assim se deve apresentar a questão do destino [da humanidade] ulterior da revolução de outubro.

Esse texto poderia ser estampado em qualquer jornal “mais progressista” e passaria normalmente como sendo um texto da atualidade, principalmente se fosse no 14N²⁹, quando mais de vinte países da Europa se levantaram em protestos contra os planos de austeridade dos governos que atacam os direitos dos trabalhadores. Esses planos foram considerados como um dos meios para sair da crise mundial do capitalismo, mas esse texto foi escrito no final dos anos vinte, do século passado, por Trotsky, há oitenta e cinco anos, quase um século. Nesse período, travava-se uma luta ferrenha e tenaz contra o stalinismo e sua doutrina reacionária do socialismo em um só país, contra a burocratização dos Estados Operários e pela possível restauração do capitalismo na União Soviética e, depois, nos países do bloco socialista. Enfim, trata-se do futuro da revolução do ano de 1917.

Nós não vamos fazer uma análise histórica dessa obra nem do texto destacado. Nossa intenção é simplesmente preparar o terreno para falar sobre a atividade sindical como práxis educativa, ou seja, como os sindicatos, recorrendo a uma práxis pedagógica, podem educar os trabalhadores para o socialismo.

Se o velho Lênin ouvisse isso, como um bom marxista, talvez dissesse: essa tarefa é interessante! Mas não se esqueçam do que falei no “Que Fazer?”: “[...] corrijam-se, portanto, e falem de coisas sérias, deixando a pedagogia aos pedagogos e não aos políticos e aos organizadores!” (LÊNIN, 2005, p. 202).

Até aqui, nem bem começamos a falar diretamente sobre nosso assunto – os sindicatos e sua intervenção na luta de classes como elemento que possa também, além das lutas imediatas, reunir, organizar, educar e mobilizar os trabalhadores para a superação do capitalismo e a construção do socialismo – e já mencionamos dois dos maiores marxistas revolucionários que a humanidade já produziu: Lênin, por ter levado o proletariado russo ao poder, ao dar vida ao primeiro estado operário da história sob a bandeira do socialismo como alternativa ao capitalismo (1917); Trotsky, por estar ao seu lado e continuar, após a sua morte, a empunhar essa bandeira até ser assassinado por isso, em 1940.

Contudo, pôde, antes de morrer, fundar a IV Internacional (1938), deixando viva a luta contra o capitalismo e pela construção do socialismo para as gerações futuras. Seu legado

²⁹Mobilização ocorrida no dia 14 de novembro de 2012, em protesto aos planos de austeridade econômicos implementados na Europa.

cai como uma luva para o momento atual de mais uma crise do capitalismo, que, apesar da agonia, está longe de morrer de morte natural.

A crise atual confirma as revoluções como tendências históricas na luta de classes e a necessidade da procura de alternativas aos projetos em disputa. Porém, coloca a construção do socialismo somente como possibilidade histórica, que tem como pressuposto uma revolução vitoriosa por parte da classe operária e seus aliados. E isso é doloroso, visto que a imensa maioria dos lutadores consequentes e até alguns inconsequentes defendem o socialismo como algo que possa se impor ao capitalismo, mas fogem das revoluções como “o diabo foge da cruz”.

Quando falamos da imensa maioria, referimo-nos aos lutadores do campo da esquerda. Quando relacionamos a crise à revolução, queremos registrar o que a história confirma: que as crises sempre foram as condições necessárias para revoluções, embora não seja algo mecânico. Em toda crise, abrem-se situações revolucionárias. Não é assim. Enquanto os lutadores que desejam o socialismo desejaremos fins, mas fugirem dos meios, apavorando-se diante das revoluções, em outras palavras, só adiantamos que crises como esta atual, que muitos estudiosos, até mesmo os burgueses, comparam com de 1929, podem ser a antessala de grandes transformações sociais. O exemplo disso é que dez anos depois das inquietações de Trotsky sobre o futuro da humanidade, em 1939, explodiu a segunda guerra mundial.

Voltaremos a esse assunto um pouco mais adiante. No mais, queremos assegurar que não há como colher milho e trigo sem cuidar da terra e das sementes para plantá-los, porque, quem deseja os fins precisa abraçar os meios para alcançá-los. Esses são pressupostos incontornáveis do mundo dos homens. Quando se colocam os fins, colocam-se também os meios, visto que os indivíduos não estão em harmonia com o mundo e, por isso, são forçados a transformá-lo, adequando-o as suas necessidades. Para tanto, são compelidos a enfrentar as adversidades tanto da natureza como das relações sociais, a luta de classes.

Voltando ao texto de Trotsky citado inicialmente, é possível constatar que ele observa o mundo com um olhar cuidadoso. Em se tratando da Europa e da Índia, questiona se será que o capitalismo mantém, desenvolve e amplia o progresso de forma pacífica nessas regiões. Ele já havia vivido a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917). Os ventos da Segunda Guerra pareciam lhe tocar as narinas. Depois, volta-se para a China, com a mesma preocupação: guerras e revoluções.

Infelizmente, ele não pôde ver – nove anos após seu assassinato, em 1940, no México, a mando de Stálin (aqui é para os mais velhos não esquecerem e as novas gerações

registrarem esse fato) – explodir a revolução comunista na China, liderada por Mao Tse Tung, em 1949 e, depois, a revolução cultural nos anos sessenta e setenta da mesmo século.

Por último, observou se os Estados Unidos elevariam suas forças produtivas sem ter que manter um estado constante de terror sobre o restante do mundo pelo poder das armas. Isso foi profético. É só ver o que significou a Segunda Guerra Mundial e também o período do pós-guerra aos nossos dias, com esse país no comando hegemônico tanto militar como político-econômico sobre a humanidade.

É bom lembrarmos alguns dos acontecimentos desse período, é claro, com os pés no presente e a visão no futuro: a criação do Estado de Israel no Oriente Médio (logo após o término da Segunda Guerra Mundial) como um Estado bélico com a finalidade de assegurar a exploração do petróleo e o controle da região em benefício dos países imperialistas, os Estados Unidos, na América, e a Europa.

Só para ilustrar melhor o papel desse Estado sionista, enquanto escrevemos essas linhas, esse Estado promove ataques contra o povo palestino na faixa de Gaza – onde, atualmente, vivem aproximadamente dois milhões de pessoas sitiadas numa espécie de prisão sem grades na sua própria terra –, impedindo-o de comercializar para além de suas fronteiras, sofrendo todo tipo de perseguição e embargos econômicos, tudo com o apoio dos países centrais do capitalismo: Estados Unidos, Europa e Japão.

Para que fique claro em qual trincheira estamos nessa batalha, citaremos um dado desta “guerra” que demonstra por si só que essa luta ocorre entre desiguais: em oito dias de “guerra”, 13 a 21 de novembro de 2012, as informações da imprensa registraram mais de cento e setenta mortos, sendo que mais de 95% estavam do lado palestino. Mas é visível a defesa da imprensa mundial ao Estado sionista, e contra os palestinos, sempre passando a ideia de que é uma “guerra” entre dois adversários de forças iguais. Contudo, numa luta entre desiguais, apresentar-se como neutro nada mais é do que tomar a defesa do lado mais forte de maneira disfarçada.

Outros fatos que não desenvolveremos, mas que acreditamos ser oportuno registrá-los por sua importância são: a Guerra do Vietnã (1979), onde o império estadunidense sofreu uma derrota; a Guerra contra a Líbia; a Guerra do Golfo (1991), logo após a queda do muro de Berlim (1989), esta, inclusive, com o apoio da Rússia, da Síria e da Arábia Saudita, sob liderança norte americana; a ocupação militar do Iraque e do Afeganistão depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, que ainda se mantém até os dias atuais; a implantação e a manutenção de bases militares por todos os continentes; o apoio militar a ditaduras sangrentas na América Central e do Sul; o patrocínio e os incentivos às guerras tribais no continente

africano. Tudo isso, associado à exploração dos recursos naturais desses países e de saques das suas riquezas, tendo como sócia e colaboradora a burguesia dessas nações.

Voltemos novamente ao texto de Trotsky. Um pouco mais à frente e na mesma obra, “Revolução Desfigurada”, Trotsky (1979, p.16) reforça seu questionamento ao capitalismo: “[...] Ora, o essencial é saber se, como sistema mundial, o capitalismo continua a ser progressista [...]”. Com um pouco de esforço, é possível perceber nessa questão – se é ou não é mais progressista o capitalismo, se a humanidade vai avançar ou retroceder nas suas potencialidades sob esse modo de produção – a sugestão de que uma saída é fazer surgir algo novo e superior de dentro desse sistema, algo que havia nascido na Rússia com a revolução de outubro, mas que estava em perigo: os Estados operários.

Hoje, quase um século depois, essa problemática continua atual. Infelizmente, prova que o capitalismo vem conseguindo sair de suas crises e se recompor, mesmo promovendo a destruição de vidas humanas e da natureza.

Esse momento parece oportuno para voltar ao assunto da Segunda Guerra Mundial somente para fazer alusão a dois fatos, a nosso ver, bem emblemáticos sobre os projetos em disputa pelos indivíduos. O primeiro diz respeito ao momento em que o exército russo tomou a dianteira na guerra contra o nazismo, do qual mais de vinte e cinco milhões de soldados movidos pela economia socialista tombaram no campo de batalha (registra-se aqui esse fato, as guerras, como um dos maiores, senão o maior, crimes já levados a cabo pelo capitalismo: armar jovens e trabalhadores de um país para matar jovens e trabalhadores de outros países, em defesa da concentração e da centralização das riquezas nas mãos de uma minoria de países e de burgueses), culminando com a vitória das tropas russas sobre as tropas nazistas e a derrota parcial do capitalismo. Enquanto o imperialismo norte-americano desejava que tanto a Rússia como a Alemanha se destruíssem, todos os que perderam as suas vidas contra o nazismo não morreram em vão: livraram a humanidade de uma das maiores pragas já engendradas pelo capitalismo, o nazifascismo, Hitler e Mussolini. Os exércitos dos Estados operários ainda demonstraram no campo de batalha a superioridade do socialismo, mesmo num estágio de franca burocratização dos Estados operários pelo stalinismo, mas que, apesar disso, não deixou de marcar sua grandiosidade moral e organizacional para a história universal da humanidade – que os antigos não esqueçam e que os jovens registrem em suas mentes.

O segundo fato tem a ver com o período do pós-guerra, quando a economia socialista forçou a implantação de uma política de bem estar social por parte do bloco capitalista para toda a Europa ocidental, na intenção de acalmar os ânimos dos trabalhadores e

da juventude e evitar que o socialismo rompesse as cortinas de ferro, expandisse-se para toda a Europa e avançasse para o mundo. Infelizmente, isso não aconteceu. Ao contrário, o capitalismo foi restaurado nos estados operários: Rússia, China, Cuba, Vietnã e nos demais países do leste europeu.

Abordaremos de forma breve – até para tentar justificar esse nosso trânsito da história, do passado para o presente sob o comando do futuro – a noção de práxis, especificamente com relação à política no que concerne à luta imediata e espontânea, até a luta pelo poder, e esta tem sua gravidade na luta de classes. Ao mesmo tempo, a compreensão da história sob o aspecto do materialismo dialético – quando assegura que o entendimento dos fenômenos presentes só são possíveis quando se compreende o movimento de suas transformações – de um fenômeno social pressupõe que ele não está desconectado do passado que lhe deu origem, nem do futuro, no qual se apresentará de forma qualitativamente superior.

Finalmente, o momento em que as ideias ganham existência material. Tais ideias, quando incorporadas pelas massas em luta – uma luta encabeçada por uma vanguarda destacada do seio dessas massas, que não ocultará os inimigos, não tentará desviá-las da jornada e nem do fim pretendido – serão instrumentos dos trabalhadores, na tomada do poder, no combate à conciliação de classes e ao pacifismo, colocando-os na linha de frente, na destruição do atual estado de coisas tirânicas e desumanas e da construção de uma sociedade igualitária e livre.

Para que fique evidente a compreensão de práxis, podemos dizer que ela “[...] se situa no centro da tripla problemática que [...] constitui o marxismo: a transformação de uma realidade considerada injusta, transformação baseada em uma crítica que se apoia no conhecimento científico dessa realidade.” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 14).

Temos então a crítica da realidade com base em profundo conhecimento científico desta, colocando a necessidade de transformação dessa realidade dominada por injustiças e tiranias. Porém, Marx e Engels reconhecem que “[...] não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria [...]” (2008, p.43)

Marx e Engels, ao admitirem a revolução como força que modifica as circunstâncias e a consciência dos homens, defendem a luta revolucionária pelo poder e contra a classe que domina não só materialmente – “forças produtivas” – mas também idealmente – “força espiritual dominante”. Para mudar o mundo real e os próprios homens, não basta somente produzir a crítica sobre esse mundo, tampouco instaurar o existente na consciência dos homens. Trata-se de derrubar o existente. Para tanto,

[...] segue-se que toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de a toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, o que ela no primeiro instante se ver obrigado a fazer [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

A superação da dominação de classe será obra do proletariado e de seus aliados de classe. Essa jornada não demanda mudar só as circunstâncias, mas também as consciências. São dois pólos interdependentes, interligados, que formam uma unidade dialética, com supremacia na mudança das circunstâncias. Essas mudanças resultam da atividade humana, e essa atividade envolve não só a organização corporal dos homens, mas também sua consciência. Portanto, mudar as circunstâncias exige mudar a consciência, e mudar a consciência demanda mudar as circunstâncias. Uma sociedade modificada, com homens modificados, em circunstâncias modificadas, com consciência também modificada, pressupõe teorias e práticas revolucionárias. Voltaremos a esse tema, resgatando a tese III de Marx e Engels em “A Ideologia Alemã” sobre a educação dos homens e faremos algumas considerações sobre o papel dos sindicatos nessa educação.

Nós não temos nenhuma ilusão de que os sindicatos, por si sós, levarão os trabalhadores à tomada do poder. Grosso modo, comparamos os sindicatos ao limpador de pára-brisa em um carro possante. Quem vai vê-lo? Mas, em dias de chuvas torrenciais, com eles funcionando, a visão embaça. Sem eles funcionando, não se vê um palmo diante do nariz, e não se vai a lugar algum. Por isso, é bom considerar o que falou Lênin: que os sindicatos, por si sós, não farão a revolução, mas, sem eles, não é possível levá-la adiante.

Agora gostaríamos de refletir sobre as inquietações de Trotsky em relação ao destino da humanidade sob o capitalismo, colocando nossa visão sobre a atual crise pela qual passa a economia mundial – nossa visão, dizemos, mas com base nas leituras marxistas. Faremos essa reflexão porque vemos como necessário falar do presente, relacionando-o com o passado, e vislumbrar as possibilidades do futuro. É também sobre o futuro que trata nosso texto, quando levanta a discussão sobre ir ou não além do capitalismo, numa transição ao socialismo em escala mundial.

Já comentamos que enquanto escrevíamos, acontecia uma “guerra”: Israel contra o povo palestino na faixa de Gaza. Esse ataque de Israel durou oito dias. Agora houve um cessar-fogo mediado pelo Egito – claro que com pressão dos Estados Unidos e também da Europa.

Comentava-se na imprensa televisiva que as forças militares de Israel estavam se preparando para uma invasão por terra, o que seria mais um massacre contra o povo palestino,

talvez maior do que o ocorrido no final de 2008 e no início de 2009, quando Israel promoveu a “Operação Chumbo Fundido”, que ficou conhecida pelo povo árabe como “Massacre de Gaza”.

Vamos aos números desse massacre para melhor entender as disparidades entre esses dois combatentes, pois numa guerra os números falam melhor. Do lado dos palestinos, segundo a ONG israelense de direitos humanos “B’T Selem”, foram 1.387 mortos. Desse total, mais da metade não estava nos combates; 320 eram jovens ou crianças; 252 com menos de 16 anos; 111 mulheres mortas. Do lado de Israel foram 13 mortos, dos quais três foram atingidos pelo chamado “fogo amigo”. Inserimos esse fato em nosso texto por compreender seu enorme significado político para situar a crise por qual passa a humanidade na contemporaneidade, e porque não podemos naturalizar as guerras como se fossem chuvas, furacões ou terremotos. Precisamos encará-las como realizações humanas, planejadas e executadas intencionalmente.

Desse fato, é possível levantar inúmeras questões. Porém, vamos nos situar em duas: primeira, por qual motivo, para haver paz em Israel, seria preciso destruir o povo palestino? Segunda, por que Israel desistiu da invasão por terra? Em se tratando da primeira, essa operação conhecida como “Massacre de Gaza”, veiculada pela imprensa mundial como uma guerra entre iguais, teve como resultado 99% dos mortos na faixa de Gaza, do lado dos palestinos. Ainda com relação à primeira questão, só é possível compreendê-la nos marcos da forma injusta como é feita a distribuição da riqueza entre os seres humanos, engendrada pelo atual modo de produção capitalista no mundo, onde determinados países ou regiões concentram um maior poder econômico e militar para saquear e subjugar os demais. Isso é tirânico e injusto e, como tal, fazem-se necessários o registro e a denúncia.

Sobre a segunda questão, da desistência do Estado de Israel em invadir a faixa de Gaza, é necessário um olhar mais cuidadoso, porque envolvem vários fatores de ordem política, social e econômica, não só naquela região do Oriente Médio, mas em todo o mundo.

Vejam a situação da Europa nesse momento. Lá, o “barro está fervendo”³⁰. A crise econômica desmonta cada vez mais o Estado de Bem Estar Social, criado para combater o fantasma do socialismo que rondava a Europa ocidental, na pós-segunda guerra, até o fim da “cortina de ferro”: queda do muro de Berlim em 1989. Como houve a restauração capitalista nos antigos Estados socialistas no leste da Europa, o capitalismo se desdobra para voltar ao seu estado normal: retirar direitos já conquistados pelos trabalhadores está na ordem do dia, não só na Europa, mas também em outros continentes. O exemplo bem notório é a discussão

³⁰Ditado popular cujo significado é atribuído pelo fato de que, numa determinada região, devido a conflitos, não há a possibilidade de existir equilíbrio sobre essa terra, como se o barro sob os pés estivesse fervendo.

sobre o acordo coletivo especial (ACE) proposto por um sindicato filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Brasil, que flexibiliza os direitos já fixados em lei, mas conquistados pelos trabalhadores, sob os argumentos da geração e da manutenção dos empregos e da competitividade das indústrias do país no mercado internacional.

O surpreendente é que esse ataque ao conjunto dos trabalhadores está sendo orquestrado por setores da CUT e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no comando da presidência do país. De organizações no campo da esquerda, nos anos 80 e 90, do século passado, agora, foram convertidos em defensores do Estado, da manutenção da ordem e da democracia burguesa.

Pois bem, uma guerra agora é tudo o que menos quer a *troika* composta por FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, pois poderia lançar combustível nas fagulhas de uma revolução no velho continente, onde se encontra o proletariado mais combativo do mundo e uma juventude que se apresenta à luta com firmeza e determinação. Proletariado e juventude sentem que o futuro dessa geração será mais pobre do que a dos seus pais. Isso é assustador porque significa retrocesso das condições de vida, com desemprego e inflação, as duas piores marcas das crises econômicas que podem levar à destruição do modo de vida. Isso é inexorável, por colocar forçosamente para as massas a resignação ou a luta por seus interesses. Não há meio caminho, é preciso determinar quem vai arcar com ônus da crise, com enfrentamentos diretos entre as classes.

Por outro lado, a primavera árabe colocou abaixo ditaduras há décadas no poder – como a de Kadafi, na Líbia, que acabou preso e assassinado pelos insurgentes, e a de Osni Mubarak, no Egito – mostrando para o mundo, direto da Praça Tharir, o poder das massas em movimento na luta pelos seus interesses. Infelizmente essa mobilização está sendo canalizada para a democracia burguesa via eleições, parlamento e direitos constitucionais, tudo nos marcos da ordem burguesa. Porém, as massas ainda resistem e, por isso, essa invasão por terra à Faixa de Gaza poderia ser um forte elemento para insuflar ainda mais as revoltas do povo egípcio sob um governo instável – daí a pressa de Mulhamed Muss em mediar um acordo de cessar-fogo com tamanha rapidez.

O próprio Oriente Médio, que é uma região conhecida como “barril de pólvora” sempre prestes a explodir – com a aproximação das eleições em Israel em janeiro de 2013 – também sente o peso da crise econômica, com desemprego e inflação, fazendo surgir focos de protestos contra o atual governo. Isso explica a sanha por mais uma guerra preventiva em defesa da segurança do povo judeu. Porém, a correlação de forças mudou. O Egito, antigo aliado, não pode cumprir o mesmo papel de antes, mesmo continuando subserviente aos

Estados Unidos. A Síria enfrenta uma guerra civil, também não pode se manter como uma força de equilíbrio na região. Não podemos esquecer a derrota do Estado nazi-sionista de Israel para o Líbano, quando o Hezbollah desfechou ataques no próprio território de Israel, colocando em xeque sua invencibilidade militar. Não esqueçamos também o fortalecimento do Hamas e do Jirad islâmico, que, agora, começam a ameaçar Jerusalém e Tel-Aviv, as duas maiores cidades de Israel.

Os levantes revolucionários, a partir dos anos 2000, na América Latina, questionavam não mais as ditaduras, mas o regime democrático burguês, que substituiu as ditaduras nos anos oitenta. Esses levantes, somados ao ataque terrorista às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, serviram como pretexto para uma contra-ofensiva colonizadora, encabeçada por Bush filho, culminando com a invasão do Afeganistão e depois do Iraque. O que ao primeiro momento parecia fácil foi se transformando em um pesadelo para o imperialismo norte-americano. A resistência desses países à ocupação foi decisiva para gerar um desgaste da política de guerra e invasão, gerando vários protestos pelo mundo contra Bush, como também o crescimento de um sentimento antiimperialista contra EUA. Tudo isso levou à derrota dos republicanos e à vitória dos democratas, com a cara da raça negra. Pela primeira vez, um presidente negro foi eleito com o papel de reverter esse sentimento antiamericano e fazer o país sair da crise tanto econômica como político-militar na região do Oriente Médio.

Diante desse quadro e já eleito para o segundo mandato, ainda envolto pela crise econômica e tendo sido obrigado a retirar as tropas do Iraque sem ter realizado o objetivo – que era o controle da região para o saque das reservas naturais de petróleo – e sem o apoio da população para qualquer aventura guerreira, mesmo declarando apoio a Israel, o presidente dos Estados Unidos fez pressão pelo acordo de cessar-fogo.

Não nos enganemos. Esse cessar fogo é momentâneo naquela região e essa nova face do imperialismo norte-americano, com os democratas no comando e um negro no governo, não significa o fim do racismo e nem que terminou a era das guerras e das invasões, pois,

Depois do período em que predominou a ofensiva bonapartista de Bush, a política dos Estados Unidos volta – como acontecera em décadas anteriores – a estar apoiada fundamentalmente na reação democrática, que intenta conseguir, com acordos e diálogos na mesa de negociação, a entrega do que foi conquistado pela ação direta e

pela resistência das massas³¹ (CONGRESSO MUNDIAL DE LA LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES-LIT-CI, 2011, p. 24-25).

Porém, quando for necessário, eles não hesitarão em fazê-las. Compreendendo não ser possível pôr fim à fome, ao desemprego e às guerras no interior do capitalismo – visto que isso só será alcançado quando a humanidade avançar para um nível de organização capaz de garantir comida, bebida, vestimenta e moradias para todos, em quantidade e qualidade suficientes, saindo, assim, da dependência em relação às coisas – é que pautaremos sobre esse avanço que à frente trataremos.

Antes de finalizar essa breve análise de conjuntura, gostaríamos de não deixar de falar um pouco sobre a China e pontuar algo também sobre a América Latina.

A China, atualmente, conta com uma população de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, segundo dados divulgados na imprensa (Matéria de Capa do programa da TV Cultura de São Paulo). Cremos que não haja dúvidas de que, mesmo sob o comando do Partido Comunista, a China tem uma economia de mercado, ou seja, o capitalismo já domina toda a economia chinesa.

Há uma polêmica sobre a possibilidade de a China vir a se transformar em uma nova potência imperialista, numa espécie de alternativa frente ao imperialismo norte-americano. Isso nos parece pouco provável. Em primeiro lugar, porque, mesmo tendo crescido nas duas últimas décadas, sua produção se assenta sobre o mercado de baixa tecnologia, embora venha avançando para uma tecnologia de ponta, mas num processo muito lento. Seu papel principal é fornecer mão de obra barata e infraestrutura para as grandes plantas multinacionais, servindo, assim, como abastecedor de mercadorias para os países centrais do capitalismo, principalmente o norte-americano. Em segundo lugar, porque a restauração capitalista já começa a revelar as mazelas da exploração desse sistema, o que leva à reação dos trabalhadores diante da brutal exploração, da destruição sem precedentes da natureza e do modo de vida de milhões de pessoas e das cidades, acarretando distúrbios sociais, colocando em xeque a estabilidade política do país. Em terceiro lugar, é possível que o capitalismo possa garantir o desenvolvimento e o progresso para toda a população chinesa, comida, bebida, roupa, moradia, saúde, educação e etc. ou vai ser preciso repetir a repressão de 1989 mais vezes, garantindo somente uma situação de riquezas para poucos, fome e

³¹“Después del período en que predominó la ofensiva bonapartista de Bush, la política de los EEUU vuelve – como aconteciera en décadas anteriores – a estar apoyada fundamentalmente en la reacción democrática, que intenta conseguir, con acuerdos y diálogo en la mesa de negociaciones, la entrega de lo fue conquistado por la acción directa y por la resistencia de las masas.” (CONGRESSO MUNDIAL DE LA LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES-LIT-CI, 2011, p. 24-25).

desemprego para a imensa maioria. Indagamos porque o modelo de crescimento chinês, além de ser subordinado à economia americana, ainda concentra em seu território multinacionais japonesas e europeias, que, em conjunto com as norte-americanas, são as grandes produtoras e exportadoras das manufaturas chinesas. A “[...] concentração da produção das principais multinacionais na China [...] se converteu na fábrica do mundo e em uma plataforma de exportação barata para os Estados Unidos e o resto dos países imperialistas.” (CONGRESSO MUNDIAL DE LA LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABALHADORES-LIT-CI, 2012, p.20)³².

A América Latina, no momento atual, vem cumprindo cada vez mais um papel de região exportadora de matéria-prima, com um grande destaque para o Brasil: venda de minérios para os países desenvolvidos; implantação e desenvolvimento do agronegócio, a serviço dos mercados internacionais, exportadores de manufaturas para a América Latina. Além disso, vem cumprindo o papel de submetrópole, ou seja, ao mesmo tempo em que se submete ao poder norte-americano, vem impondo sua força sobre os outros países da região, a serviço dos EUA e da burguesia nacional. Um exemplo bem esclarecedor é a invasão militar no Haiti ainda na era Bush, determinada pelo governo americano, amparada pela ONU com a presença do exército do Brasil e de outros países, com o Brasil no comando das tropas de ocupação.

Depois de décadas de ditaduras sangrentas por toda a América Latina (anos 60, 70 e 80 do século XX), contra as quais as massas se levantaram e puseram-nas abaixo, veio então a reação democrática, com governos “eleitos pelo povo”. Foram muitas lutas e poucas conquistas. No lugar das ditaduras, surgiram governos neoliberais, com as privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

O Estado se torna mínimo para atender aos interesses dos trabalhadores e da juventude, mas se constitui máximo, para atender aos interesses da burguesia nacional e das multinacionais, com as desregulamentações das leis trabalhistas, fiscais e tributárias, em conjunto com a formação dos blocos econômicos e com os tratados de livre comércio por toda a América.

Essa política neoliberal ganhou fôlego logo após a queda do muro de Berlim, como mais um elemento a se somar com a chamada reestruturação produtiva, que nada mais é

³² “[...] la concentración de la producción de las principales multinacionales en China, que se convirtió en la fábrica del mundo y en una plataforma de exportaciones baratas para los EEUU y el resto de los países imperialistas.” (CONGRESSO MUNDIAL DE LA LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABALHADORES-LIT-CI, p. 20).

do que o capitalismo procurando meios para se adequar e aumentar a exploração sobre os trabalhadores, para impedir a queda da taxa de lucro e, ao mesmo tempo, manter essa taxa, ampliando-a à custa da maior exploração (retirada de direitos já conquistados, precarização do trabalho, privatizações e desemprego e etc.).

Não podemos deixar de fora o que ficou conhecido como globalização (que veio formar a tríade ou a *troika*, se preferir, por estar na moda com a crise atual na Europa), somando-se à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo. Essas três palavras foram as que mais se ouviram nas décadas finais do século passado e nas primeiras do século atual. A globalização, podemos resumi-la de maneira simplificada como sendo uma forma de distribuição das mazelas do capitalismo por todo o globo, engendradas pelas classes dominantes, tais como desemprego, inflação, prostituição, fome, violência, drogas, doenças, destruição da natureza, guerras, tudo isso, mas com áreas de exceções. Diz respeito ainda a um punhado de países com grande poder econômico, político e militar sobre todos os demais, bem como a áreas que funcionam como vitrines para o “mundo paradisíaco” do capital, onde só este é livre. Nesse ínterim, os homens se apresentam uns como prisioneiros, por serem explorados; outros por serem exploradores. Isso nos faz lembrar que a liberdade do homem passa necessariamente pela liberdade de classe do proletariado e de todos os seus aliados.

Voltemos novamente à América. Depois das ditaduras, vieram os governos neoliberais que também se desgastaram e tiveram que enfrentar levantes populares, até revoluções como na Bolívia, Venezuela e Argentina esta, que foi uma situação bem emblemática do período insurrecional com a queda de vários presidentes em um curto espaço de tempo (de setembro a dezembro de 2001). Novamente, muitas lutas, porém poucos avanços. Os ditos governos “neoliberais” foram substituídos por governos de frente popular e/ou nacionalistas burgueses. Em verdade, esses governos continuam sendo neoliberais, mas com uma nova face “humanizada”.

Depois de muitas lutas derrubaram-se as ditaduras, derrotaram-se os governos abertamente neoliberais e chegaram-se aos governos de conciliação de classe. Esse é um marco importante, pois revela: a) o peso da crise econômica mundial sobre esses governos neoliberais e também sobre os de frentes populares, por não poderem e não ter margem para concessões aos trabalhadores em luta; b) o esgotamento do regime democrático burguês, que, mesmo debilitado, continua ainda alimentando ilusões nas massas, principalmente pelas direções reformistas; c) a reação das massas quando sentem o perigo da destruição do seu modo de vida; d) a crise de direção da classe operária, com seus líderes e organizações se

aliando aos governos de plantão, ou assumindo, eles próprios, os governos e aplicando um programa da classe dominante contra os trabalhadores.

No Brasil, o governo Lula do Partido dos Trabalhadores (PT) simboliza esse transformismo de um partido que assume o governo em nome dos trabalhadores, com um operário no comando e em conjunto com as organizações forjadas na luta dos trabalhadores e da juventude, contra as ditaduras e os governos diretamente defensores do Consenso de Washington. Em seu mandato, os dirigentes sindicais se converteram em ministros defensores das reformas graduais do Estado, da manutenção da ordem e do respeito aos contratos firmados com FMI e Banco Mundial. Defendem: o pagamento rigoroso da dívida externa e interna; a manutenção e a ampliação da democracia burguesa, com programas como orçamento participativo, bolsa família, Brasil Carinhoso, Fome Zero, todos considerados como programas direcionados aos mais empobrecidos, para o exercício da cidadania.

Enfim, o Estado sob o capitalismo não pode remunerar o Capital e garantir saúde, educação, moradia e emprego para todos. Por isso, é inviável a manutenção do “Estado do Bem Estar Social” e, ao mesmo tempo, manter e aumentar as taxas de lucros do capital. Portanto, na concepção desses trãnsfugas, quem vai construir o “socialismo” é o Estado sob o comando de uma burocracia que defende e sustenta a ilusão de que é possível humanizar o capital e construir outra sociedade sem ter que pôr abaixo a exploração do trabalho assalariado, a propriedade privada e o Estado mantenedor dessas circunstâncias.

Depois de se valer do exemplo de Trotsky, quando ele questiona sobre o destino da revolução Russa e da própria humanidade sob a direção do capitalismo, também tentamos, assim como ele, dizer onde nós estamos, numa espécie de análise da situação atual, que, a nosso ver, talvez esteja abrindo as portas de uma nova etapa na luta de classes, para além da que pôs fim ao aparato stalinista e, ao mesmo tempo, os Estados operários burocratizados. Quando as massas se levantaram em luta e romperam a “cortina de ferro” (queda do muro de Berlim), elas puderam vislumbrar a possibilidade de um novo horizonte. Porém, o esforço gigantesco e, ainda, a falta de direção revolucionária exauriram-nas, impedindo-as tanto de ir além de derrotar as burocracias quanto de serem capazes de derrotar a restauração capitalista e impedir a volta do capitalismo a esses Estados. Isso provocou uma densa cortina de poeira, que turvou a visão do novo horizonte que se abria com esses dois fatos de natureza apostas: fim das ditaduras de partido único nos “Estados socialistas”, com a queda da burocracia stalinista, e início da “democracia burguesa”, com a restauração capitalista e o fim dos Estados operários. Porém, os acontecimentos do início desse terceiro milênio vêm como uma neblina para assentar essa poeira e clarear os horizontes, mas, ao mesmo tempo, podem ser o

prelúdio de grandes convulsões sociais e a construção de um caminho rumo a uma longa e dolorosa jornada de transição ao socialismo.

Talvez não estejamos mais na etapa em que o regime stalinista pereceu e os Estados operários foram varridos do mapa – o que os teóricos burgueses cunharam como o fim do “socialismo real”, na tentativa de apagar o que de mais forte havia da Revolução Russa e que servia de referência na contraposição ao capitalismo.

A Primavera Árabe – a luta do povo egípcio – pôs abaixo uma ditadura de décadas, mas ainda não derrotou o regime, inclusive o novo governo acabou de colocar o exército nas ruas, tentando dividir o movimento para enfraquecê-lo e conter os protestos. Isso sugere às massas que muito há por fazer. A questão é se elas terão força e direção para fazê-lo.

O mesmo está colocado para o povo líbio, para os afegãos, para os iraquianos, para os palestinos, e porque não dizer também para os europeus e para todos os países que estão sofrendo um novo processo de recolonização por parte do imperialismo norte-americano, principalmente, os países da África e da América Latina?

Toda essa agonia do capitalismo em crise evidencia três situações: primeira, o capitalismo não é o fim da história como propalaram alguns teóricos da burguesia; segunda, as revoluções continuam na ordem do dia, o que significa que a luta de classes continua sendo o motor da história; terceira, está confirmado, agora mais do que nunca, a necessidade da tomada do poder pela classe operária e seus aliados, levantada por Lênin no início do século XX, época do imperialismo – estágio dos limites históricos das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo.

4.2 Os agentes das mudanças, as determinações históricas e a construção do novo

Como dizem os sertanejos, “a ‘cangaia’ chama o burro e os cambitos”³³. Dito de outra forma, o capitalismo não é fim da história e as revoluções estão vivas, porque a sociedade está dividida em classes com interesses antagônicos e a luta pelo poder continua de pé, visto que este é um instrumento necessário para a transformação da sociedade e a correção das injustiças. Isso chama para a arena mundial o proletariado e o partido revolucionário. O primeiro, como o sujeito social independente, capaz de aglutinar todos os outros grupos explorados e oprimidos ao seu redor por terem interesses comuns; o segundo, como sujeito

³³Ditado popular que tem como significado a funcionalidade das partes em conjunto com o todo.

político para informar, formar, educar, mobilizar, organizar e dirigir, elevando a consciência de classe do proletariado e de seus aliados, definir com clareza os objetivos da luta e quem são os inimigos. Enfim, unem-se partido e proletariado na compreensão do existente e do real, para transformá-los radicalmente.

A distinção e não separação entre o sujeito social, a classe operária e o sujeito político – o partido revolucionário – ocorre, na verdade, tanto no conceito como as propriedades de ambos. Porém, só encontram sentido na unidade dos dois. Na identidade só encontram sentido quando o segundo, o partido revolucionário, não for mais necessário – quando outra sociedade estiver consolidada, onde não haja classes sociais. Isso ocorre tanto na teoria, no mundo ideal, como na realidade, mundo objetivo. O partido revolucionário nada mais é do que um destacamento de vanguarda gestada, desenvolvida e atuante do e no seio da classe, que funciona tanto como instrumento para dirigir a revolução e a tomada do poder como também para coordenar todo projeto de transição para uma sociedade sem classes, sem exploração e sem propriedade privada dos meios de produção – até se tornar obsoleto e desaparecer. Parece-nos que esse momento, infelizmente, ainda está muito distante. Isso já é especulação e, como tal, pode nos prender à interpretação e à contemplação da realidade, e contemplar e interpretar o mundo é tão- somente aceitá-lo tal como está, o que se choca contra o nosso propósito, já há muito posto por Marx: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539).

Transformar o mundo só é possível sobre determinações históricas, porque a forma como os homens organizam as forças produtivas – as condições materiais e as relações sociais; as formas de consciências têm determinações históricas por serem produtos da atividade humana e por estar circunscritas no tempo e no espaço, sobre determinações de continuidade e descontinuidade necessárias.

O mundo objetivo impõe condições aos indivíduos. Estes, por sua vez, reagem impondo mudanças ao mundo real, ou seja, o que uma geração construiu e deixou como legado às próximas gerações não pode ser descartado como num passe de mágica, como nos parece quererem: os anarquistas, quando propõem o fim do Estado burguês e a negação de qualquer outro Estado; grupos como o da crítica radical, que negam os partidos e os sindicatos como instrumentos de luta dos trabalhadores e proclamam a morte do capitalismo, mesmo tendo que fazê-los por dentro das lutas de classes, onde atuam os partidos e os sindicatos contra o bem vivo capitalismo; os ultraesquerdistas, mesmo os consequentes, que propõem “estado de greve” a uma categoria que está em recuo. Estes últimos propõem a ocupação de

prédios ou bloqueios de avenidas, no popular, querem colocar as bananas antes de pôr o caçua³⁴.

Todos esses grupos têm em comum duas coisas: o desprezo pelas determinações históricas que exigem as transformações sociais; o desconhecimento dos limites da consciência que tanto pode avançar, como retroceder, dependendo dos fatores objetivos – degradação das condições de vida – e dos fatores subjetivos – o desejo de combater as injustiças, a possibilidade de vitória e a direção revolucionária.

As determinações históricas não são figurativas, ao contrário são as condições que devem ser consideradas, estudadas, avaliadas e compreendidas nas suas minúcias por serem:

[...] uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, e por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

O que queremos acentuar é exatamente as dimensões dessas determinações, porque: por um lado, se o que foi colocado pela geração passada permite e é passível de modificações pelas novas gerações, isso não ocorre de forma simplória, pela simples vontade de mudar o que lhes parece incompatível ou indesejável aos seus anseios e desejos, como se troca uma blusa para um passeio; por outro, esse mundo objetivo impõe condições a essas mudanças. Não é possível chegar à conclusão de que o Estado burguês, os partidos políticos e os sindicatos precisam ser ignorados ou transformados em algo oposto ao que são, com um toque de vara de condão, ou até mesmo destruídos, por se encontrarem na condição de ditadores, corruptos e burocráticos, o que nos parece pretender alguns movimentos espontâneos diante da atual crise econômica, como “ocupe *wall street*”, “somos 99%”, “democracia real já!”, etc.

Aqui não estamos negando os elementos espontâneos, pelo contrário, acreditamos que esses elementos são imprescindíveis para que ocorram as mudanças. Porém, é necessário o avanço da consciência para além do espontâneo, do prático-utilitário, do objetivismo puro e simples, pois uma consciência que estaciona no praticismo, no imediatismo, não faz nada mais que alimentar a ideologia da classe dominante.

³⁴Cesto feito de cipó, utilizado para o transporte no lombo de animais, de frutas, principalmente de bananas.

O que importa é como perceber e deslindar as condições das mudanças no sentido da transição do atual estado de degradação da vida humana e do planeta, na atual forma de sociabilidade do capital:

[...] Na impossibilidade de socializar os benefícios advindos do desenvolvimento das forças produtivas, na forma de uma sistemática redução da jornada de trabalho e da subordinação da produção ao atendimento das necessidades dos trabalhadores, a destruição de riqueza impõe-se como único meio de restaurar as condições para a retomada do processo de acumulação (SAMPAIO JUNIOR, 2009, p. 8).

Há de se construir um estágio de superação do velho no sentido de negar e, ao mesmo, tempo absorver: negar, ao afirmar que o velho já não pode mais cumprir um papel progressista, apontando, a necessidade de construção do novo; absorver, quando ao mesmo tempo haja a possibilidade da existência do fio condutor entre a continuidade e a descontinuidade. Em outras palavras, admitir a impossibilidade de descartar o velho absolutamente, porque estamos contrariados, e de chegar ao novo, puro, com a completa ausência das objetividades das gerações passadas. O que está colocado é como extrair o novo do cerne do velho, sem propor e nem promover a completa eliminação do existente, mas conservando e superando esse existente, com elementos tangíveis para a construção do novo.

Por isso, iniciaremos afirmando a existência e a necessidade do que já existe: o Estado, os partidos, os sindicatos, a democracia burguesa, enfim, todas as organizações e relações até então engendradas pelo desenvolvimento histórico da humanidade, principalmente as que surgiram e se desenvolveram sob o sistema capitalista. Afirmamos também a necessidade e a existência de se descobrir e inventar o novo como superação e aniquilamento do velho.

Para limpar melhor o terreno por onde enveredamos, traremos de duas situações. Iniciemos pela primeira, de Engels sobre os utopistas:

Se os utopistas foram utopistas, é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar de suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral, estes elementos não eram bem visíveis na velha sociedade; se limitaram-se a apelar à razão para lançarem ao fundamentos de seu novo edifício, é porque não podiam, ainda, apelar à história contemporânea (MARX; ENGELS, 2005, p. 16).

Podemos falar que os socialistas utópicos nem descobriram e nem trouxeram o novo para o mundo real. Primeiro, porque ignoram a luta de classes substanciada pelos antagonismos inconciliáveis das classes existentes. Isso assegura, em uma determinada época do desenvolvimento humano, o surgimento do Estado, sua manutenção e seu

desenvolvimento e, ao mesmo tempo, todo o arcabouço programático do socialismo, primeira etapa da construção de uma alternativa à superação de todas as contradições internas dessa sociedade sustentada na exploração de uma classe sobre outra. Segundo, porque acreditam que somente as ideias de justiça existentes no mundo ideal poderiam moldar o mundo real, sem ações concretas, levadas a cabo em direção à objetivação dessas mudanças. Resumindo, não descobrem porque são incapazes de assimilar o existente, ou seja, os interesses inconciliáveis das classes, portanto da luta de classes. Não chegam ao novo, à construção do inexistente, por não ser possível chegar ao novo, ao que ainda não está posto, mas apenas ao que já há no mundo real, objetivo, e não somente no subjetivo, no plano das ideias.

Algo semelhante ocorre com o pensamento de Proudhon e de Louis Blanc, quando Marx, mesmo admitindo que suas ideias significavam a capacidade da classe operária pensar por si própria, não pôde deixar de fazer-lhes as críticas devidas:

[...] o ideal corretivo que gostariam de aplicar ao mundo não é senão o reflexo do mundo atual. É totalmente impossível reconstruir a sociedade sobre a base de uma sombra embelezada da mesma. Na medida em que a sombra vira corpo, percebe-se que o corpo, longe de ser o sonho imaginado, é apenas o corpo da sociedade atual (MARX; ENGELS, 2005, p. 17).

O que Marx evidencia com espetacular clareza sobre o papel da conciliação de classes e da democracia burguesa com o sufrágio universal é que, por mais que a primeira pareça harmoniosa e a segunda tenha um significado de liberdade, ambos são somente mecanismos que embelezam a ditadura de uma minoria sobre a maioria: a ditadura da burguesia sobre o proletariado.

A reversão dessa situação só pode ocorrer pela violência revolucionária do proletariado ao tomar o poder e inverter os papéis: os operários, de dominados, passarem a dominadores, ou seja, com o poder em suas mãos, com a força das armas e o controle do Estado, que passa de burguês a proletário; a democracia burguesa deverá ser substituída pela democracia operária, que exercerá a ditadura da maioria sobre a minoria, a ditadura revolucionária do proletariado. Essa reversão de papéis conduzirá a classe proletária para um governo de transição, que, somente pela violência revolucionária, pode levar a cabo o definhamento da velha sociedade e a edificação da nova. Dessa forma, admite-se:

Que a violência desempenha ainda outro papel na história, um papel revolucionário; que é segundo Marx, a parteira de toda a velha sociedade, grávida de uma sociedade nova; que é a arma com a qual o movimento social abre caminho e quebra formas políticas petrificadas e mortas (LÊNIN, 2005, p. 39).

É sobre o combate teórico-filosófico no campo das palavras e o combate político prático no mundo real que situaremos o papel dos sindicatos na construção de uma nova sociedade. Estes, mesmo sendo somente mais um dos instrumentos para a execução dessa enorme e desafiadora jornada sobre o comando da classe trabalhadora, desempenharão um valiosíssimo papel de organização, educação e força, quando devidamente utilizados pela classe a seu favor e contra os inimigos de classe. Relembrando Engels e Lênin sobre as formas de luta do proletariado, os sindicatos, pelo seu caráter e natureza, ou seja, por sua organização e composição social, permitem e asseguram, na maioria das lutas imediatas, econômicas, enfrentamentos diretos dos trabalhadores nos momentos de greves, levando-os a se chocarem não só contra os patrões, mas também contra o Estado e seus aparatos, como a justiça, a polícia e a imprensa, o que possibilita a elevação da consciência dessa massa de trabalhadores pela experiência advinda da ação direta na luta pelos seus interesses. Todo esse quadro suscitado pela luta sindical surge como um momento oportuno para a atuação do partido operário defensor da revolução socialista. Estando organizado, coeso e disciplinado, o partido operário deve ao mesmo tempo possuir um profundo conhecimento científico e teórico da realidade, podendo, nesses e em outros momentos de lutas mais agudas, organizar, mobilizar e educar as massas para a superação desse modo vida existente sob o capitalismo. Tendo como ponto de partida as lutas imediatas, o partido operário pode estendê-las à luta política, à tomada do poder, para impor as transformações necessárias aos interesses dos trabalhadores. Em unidade, luta imediata, luta política e o combate ideológico disputam pela consciência da classe operária, no sentido de edificar as ideias socialistas como valores universais da nova sociedade a ser construída pela classe que move o mundo com seus braços e que deve também merecer movê-lo em conjunto com sua mente, para desenvolver e realizar o novo.

Nahuel Moreno, em “Lógica Marxista e Ciências Modernas”, recorre a Piaget para definir o que vem a ser a descoberta e a invenção e, assim, esclarecer o surgimento do novo:

Descobrir é assimilar algo já existente; inventar é fazer construir o inexistente, ainda que com materiais existentes. Entre inventar e descobrir há uma relação estreita, íntima, embora ambas sejam opostas entre si: um nos leva a penetrar no existente; o outro, a criar o possível, portanto, o novo, o que [ainda] não existe. Porém, o homem não pode descobrir nada novo se, previamente, não inventa, e não pode inventar se, previamente, não descobre. (MORENO, 2007, p. 27).

Moreno, como um bom marxista, ao se conservar fiel à dialética, coloca a “argola nas narinas do boi”, demonstra que qualquer sobressalto, sem levar em conta essa

compreensão de que o conhecimento científico é uma construção do sujeito na sua relação com o mundo, com os objetos, pela atividade do pensamento, nega o conhecimento como simples reflexo do mundo real. “Prende-nos”, aqui, em bom sentido, na conclusão de que, para conhecer ou descobrir, é preciso penetrar no existente, apropriar-se desse existente. Para isso, é também preciso inventar o novo, o que ainda não está posto no mundo real. Esse novo, inexistente, só pode vir do existente. Em suma, toda descoberta e invenção estão sempre em unidade e distinção: a agricultura – instrumentos para trabalhar a terra; a bússola – grandes navegações; o microscópio – microorganismos; o telescópio – planetas e estrelas; a pólvora – os canhões; o petróleo – gasolina etc.

Aqui está a argola que nos impõe determinações. Nós não podemos conhecer ou descobrir o existente sem também inventar o novo. Esse novo só pode surgir do velho, do que já chegou a ser, que vai deixar de ser e tornar-se outro pela própria dinâmica do movimento, levado a cabo pelas contradições internas do já existente.

Quando nos apegamos a essas determinações históricas para compreender e levar a cabo as transformações sociais, estamos tão-somente reiterando as descobertas e as invenções do marxismo científico.

Quando Max admite a existência das leis, sincronia/diacronia, entendendo a primeira como organização da totalidade, construção interna, equilíbrio (estrutura) e a segunda como movimento, desequilíbrio, gênese (história), estabelece a necessária unidade entre ambas, permitindo um grande enriquecimento à dialética marxista (MORENO, 2007), que, em conjunto com as novas descobertas de epistemologia genética, sobretudo, piagetiana, pode determinar maior precisão e enriquecimento à compreensão de Engels: de que tudo é matéria e movimento, agora também podendo ser formulada como estrutura e gênese. Isso nos permite um avanço na compreensão da unidade e da diferenciação dessas duas leis que estão presentes na formação das estruturas, nas contradições destas entre si, nos sistemas, na superação e no surgimento de novas estruturas, justamente pelo pulsar incessante, advindo da necessidade de superação dessas contradições: “devir e totalidade”. Então,

Se as leis da estrutura referem-se ao que existe, as leis da gênese ou movimento são do que vai desaparecer ou nascer. Porém, se estas últimas não são, como não podem ser, só do momento do fim ou do nascimento (assim como do processo que leva à morte do velho e ao novo), as leis do existente estão dialeticamente sujeitas a elas [...] (MORENO, 2007, p. 68).

Digo de forma diferente: o que existe e está posto no mundo real não pode escapar às forças que lhe negarão e o impulsionarão ao surgimento do novo. Como bem afirmou

Hegel, “Todas as coisas... encontram o seu fim; e ao dizer isto temos uma percepção de que a dialética é o poder universal e irresistível perante o qual nada pode ser mantido, por mais segura e estável que pareça a si mesmo.” (NOVACK,2006, p. 74).

Engels define, de maneira magistral, em sua obra “Ludwing Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã”, que “Tudo que existe deve perecer”. Assim como o escravismo foi suplantado pelo feudalismo e este pelo capitalismo, caminhamos na superação deste pelo socialismo. Porém, como essas transformações não ocorrem no tempo que se fala ou se escreve, e, sim, no tempo de terríveis e intermináveis batalhas entre o velho e novo, cabe ao novo mostrar-se superior e romper as amarras do velho, provando sua realidade, sua razão e sua necessidade.

De certa forma, podemos afirmar que o futuro governa o presente ou que as condições do presente são e estão constantemente em relação de sujeição dialética com o devir. Em outras palavras, as circunstâncias do presente têm ao mesmo tempo determinações no passado e no futuro, e isso gera contradições por conter inevitavelmente presente em um todo três forças: as regressistas, com gravidade para o passado; as conservadoras, com gravidade na defesa da permanência do que há; as progressistas, com gravidade na superação, na construção do novo a partir do que já se reconhece como envelhecido. E como a vida ensina e cobra sempre de forma rígida pelos erros, identificar e compreender essas forças é complexo. Contê-las quando for preciso ou movê-las quando necessário exige um dispêndio de muita força concentrada.

Assim como o pára-brisa de um automóvel nos aponta a importância e a prioridade de olhar para frente, para o futuro, e os retrovisores infinitamente menores nos impõem uma menor possibilidade e importância de um olhar para o passado, a vida pode nos conduzir a uma exclusiva preocupação como o futuro e ao esquecimento do presente e do passado, o que pode ser desastroso.

Identificar separadamente forças regressistas, conservadores e progressistas no mundo real, com suas circunstâncias e contradições, pode ser igualmente perigoso. Tomemos o exemplo do anarquismo com Joseph Proudhon (1809-1865), que, de defensor da revolução, converte-se em um reformista. Da apologia às pequenas propriedades e à defesa do desaparecimento do Estado, os anarquistas transitam de forças regressivas, voltam ao passado com defesa das pequenas propriedades e da igualdade de condições para os produtores. Os conservadores, por sua vez, defendem a manutenção da propriedade privada. Os progressistas, ao defenderem a supressão do Estado, no que os marxistas têm acordo, defendem que o Estado deve desaparecer “de um dia para outro”. Aqui é que residem as divergências.

O proletariado precisa do Estado só por um certo tempo. Salve a questão da supressão do Estado, como objetivo, não nos separamos absolutamente dos anarquistas. Nós sustentamos que, para atingir esse objetivo, é indispensável utilizar provisoriamente, contra os exploradores, os instrumentos, os meios e os processos de poder político, da mesma forma que, para suprimir as classes é indispensável a ditadura provisória da classe oprimida. (LÊNIN, 2005, p. 72).

Da mesma forma que a luta contra os anarquistas pode parecer confusa, por nos forçar a nos mover com eles e/ou contra eles dependendo das circunstâncias, os marxistas enfrentam problemas semelhantes com os oportunistas e os sectários: os primeiros, por transformarem as lutas pelas reformas como um fim, passando a negar a revolução e a tomada do poder pela classe operária; os segundos, por negarem toda e qualquer luta por reformas e, assim, afastarem os trabalhadores das instituições democráticas, um espaço que pode servir de ponto de apoio das lutas e para a organização da classe trabalhadora.

[...] em relação a esse tema, os marxistas tiveram de combater, dentro da II internacional, dois desafios igualmente prejudiciais: o oportunismo e o sectário. [...] contra os oportunistas, insistiram na necessidade de impulsionar a luta pela conquista do poder, com o objetivo de suprimir o capitalismo e estabelecer o socialismo. Contra os sectários e ultraesquerdistas, insistiram na necessidade de lutar pelas reformas e de utilizar as instituições democráticas e parlamentares para educar e organizar os trabalhadores (SAGRA 2010, p. 25-26).

Os marxistas precisam estar na linha de frente das lutas pelas reformas. Porém, não podem se converter em reformistas, fazendo destas um fim em si mesmo e não um meio para elevar a consciência das massas sobre a impossibilidade do capitalismo promover progressos significativos e permanentes das condições de vida dos trabalhadores.

Os marxistas devem sempre estar atentos a qualquer oportunidade de crise conjuntural ou estrutural do sistema, dos governos e dos regimes, para, assim, atuar no sentido de aumentar cada vez mais a desconfiança e o descrédito por parte da classe operária sobre as organizações burguesas e a falência do capitalismo. Contudo, não podem cair no espontaneísmo, no imediatismo, no oportunismo e fazer alianças com setores da classe dominante, ferindo a independência de classe, um dos princípios da luta pelo poder, supressão do capitalismo e edificação do socialismo.

Os marxistas devem ser sempre intransigentes e radicais na defesa dos seus princípios. Não podem abrir mão da independência de classe, não podem estar atados aos inimigos e ficar impedidos de combater ou dar o combate sem ir às últimas consequências. Devem defender a ação direta dos trabalhadores, no sentido de educá-los e prepará-los para o controle da sociedade, e isso não pode ser abandonado de forma alguma. Devem ainda defender a democracia e a autodeterminação da classe operária no exercício das decisões, nos

rumos dos seus destinos, enfim, rumo à construção de uma alternativa ao sistema capitalista que organize o socialismo, primeira etapa de uma sociabilidade sem classes e sem exploração. No entanto, mesmo sendo radicais na defesa desses princípios, não podemos cair no sectarismo ou no ultraesquerdismo, isolando-nos ou isolando os trabalhadores dos militantes e das organizações que não são “puras revolucionárias”, como os sindicatos que têm direções degeneradas politicamente, ou seja, direções atreladas aos governos e aos patrões, contra os trabalhadores.

Para sermos fiéis ao conceito de marxista – não só em palavras, mas também na política, compreendido como combate teórico-prático em defesa de um programa – e sua aplicação no mundo real para transformá-lo, é preciso ouvir o que disse Lênin (2005, p. 50-51):

[...] Só é marxista aquele que estende ao reconhecimento da luta de classe ao reconhecimento da ditadura do proletariado. A diferença mais profunda entre um marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário estar aí. É sobre essa pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão efetiva do marxismo e adesão ao marxismo [...].

Nesse sentido, Lênin não deixa nenhuma dúvida sobre a posição dos marxistas. Mesmo assim, sabemos que é comum nos depararmos com os que se proclamam marxistas, mas, ao serem submetidos às provas, à luta de classes, revelam-se marxistas de “meia pataca”. Enfim, quando se propõe à construção do governo operário, esses marxistas requeitados batem em retirada para o revisionismo – Eduard Bernstein (1850-1932) – ou rumo a um dos maiores graus de subserviência à burguesia, lançando-se ao oportunismo – como Kautsky (1854-1938). Ambos dirigentes da II Internacional, e esta, ante ao revisionismo e ao oportunismo de seus dirigentes, degenerou-se.

Do reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado, a construção de um governo da classe operária pressupõe conceber, aceitar e disseminar que “[...] a essência de toda doutrina de Marx Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa idéia da revolução violenta [...]” (LÊNIN, 2005, p.40).

A defesa da violência revolucionária contra o Estado burguês pode levar os marxistas a serem identificados como anarquistas ou terroristas. Ora, é bem verdade que os anarquistas defendem o fim do Estado, só que de forma sumária, ao contrário dos marxistas que defendem o papel transitório desse Estado, ao convertê-lo em Estado operário: “[...] Segundo Engels, o Estado burguês não ‘morre’, é ‘aniquilado’ pelo proletariado na revolução. O que morre ‘depois dessa revolução’ é o Estado proletário ou semi-Estado” (LÊNIN, 2005,

p. 37). Quanto aos terroristas, estes se valem da violência como fim em si mesmo. Já os marxistas utilizam-na como meio a um fim pretendido – conter as forças e tomar o poder da burguesia, transformar o Estado, a democracia e burocracia burguesa em Estado, democracia e burocracia proletárias.

Voltemos ao que é bem lembrado por Lênin, quando Engels faz uma distinção entre morte e aniquilamento do Estado. Primeiro, vamos ver como Lênin define o Estado com base em Engels e em Marx, dentro de uma perspectiva histórica.

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo irreconciliável das classes [...]. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são irreconciliáveis.[...] Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe a outra, é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes [...] (LÊNIN, 2005, p. 28-29).

Em que consiste a diferenciação entre aniquilamento e morte, feita por Engels, quando coloca o aniquilamento para o Estado burguês e para o Estado operário, a morte? Significa tão-somente aceitar, compreender e trabalhar, respeitando as determinações históricas – o que já assinalamos anteriormente sobre os processos de continuidade e descontinuidade das gerações mais jovens em relação ao que foi deixado pelas gerações mais velhas, simplesmente por ser impossível reinventar a roda ou por ser desnecessário perder tempo discutindo como melhorar a colher, o martelo ou, ainda, como melhor utilizar nossas pernas.

Trotsky nos ajuda nessa conclusão de que não há como ignorar os limites históricos das condições materiais, como também suas perspectivas de possibilidade e necessidades sempre colocadas pela existência humana. Este revolucionário assevera em seu texto “A Guerra e a Internacional”:

A II Internacional não tinha existido em vão. Tinha conseguido fazer um gigantesco trabalho educativo. Nunca antes na história havia existido algo semelhante. Tinha educado e aglutinado as classes oprimidas ao seu redor. O proletariado agora não tem de começar do princípio. Não entra no novo caminho de mãos vazias (SAGRA, 2010, p. 32-33).

Aqui reside o cerne da questão tão bem definida por Trotsky e que foi abordada por nós: as gerações passadas não deixam as novas de “mãos vazias”. Entretanto, o que existe não é o suficiente ante as novas necessidades das novas gerações, que precisam trilhar novos caminhos, os seus próprios caminhos, embora os façam utilizando-se dos velhos, já percorridos pelas gerações passadas. Mas não fazem da mesma forma, como uma repetição, e,

sim, como ponto de apoio para novos saltos e avanços das condições materiais e da consciência dessas novas gerações, para os enfrentamentos dos desafios postos pela natureza e pelas relações da sociabilidade entre os indivíduos.

Qual então a razão essencial dos marxistas, não daqueles de “meia pataca” ou dos que “comem no coxo” da burguesia, mas os orgânicos, que defendem o partido do tipo bolchevique, coeso na sua ideologia, centralizado, disciplinado e combativo? (TROTSKY, 2009). Ser perseguidos e até assassinados, ter inimigos por toda parte e lutar de forma tenaz, principalmente contra correntes do próprio movimento dentro das organizações da classe operária e trabalhadora.

Nesse momento, trazemos à luz as palavras de Engels em sua obra “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”(1845). Essas palavras parecem emergir da boca dos operários como um vergalhão de aço para cima dos exploradores e nos revelar por que a classe trabalhadora precisa lutar contra as injustiças e a exploração.

É, pois, de se perguntar: porque os operários entram em greve, dada a ineficácia de sua ação? Simplesmente porque devem protestar contra a redução dos salários [...], devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se as circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a eles, os homens – porque a sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. Os operários protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos [...] (ENGELS, 2010, p. 252-253).

Como o marxismo também se nutre da indignação da classe operária e trabalhadora contra a injustiça, a exploração e a opressão, impostas pela burguesia, a superação dessas condições se dá pelo poder das organizações dos explorados, como maioria e única classe capaz de pôr fim a esse estado de coisas – fome, miséria, desemprego, guerras e destruição da natureza. Por isso, os marxistas e os operários apresentam-se nas trincheiras dos que levantam a voz e as ações para adaptar as circunstâncias aos homens, e não o contrário, os homens às circunstâncias, negando, assim, tanto o direito de exploração de qualquer classe sobre outra quanto a própria existência de classes – daí encontrarem inimigos em quase todos os lugares.

Toda tarefa exige instrumentos: enxada e foice para o agricultor; martelo e serrote para o carpinteiro; colher e prumo para o pedreiro etc. Temos partidos e sindicatos para a tarefa de transformar essa sociedade para melhor, não só porque não perdemos os sentimentos humanos, mas, sobretudo, porque precisamos mantê-los, educá-los e desenvolvê-los para uma sociedade mais evoluída do que a atual.

É claro que não é possível executar as tarefas de forma perfeita ou de forma satisfatória somente com pares de instrumentos. Porém, esses são os mais importantes e preparam o terreno para os demais, se necessário for.

Ora, se os marxistas estão na trincheira dos que querem derrubar o que está posto, naturalmente se declaram inimigos dos defensores da ordem e da manutenção da vida como está. Se os marxistas apresentam um programa e um método para essa tarefa, da mesma forma, chocam-se com os que querem mudanças via outros programas e métodos diferentes.

Passemos para as razões do aniquilamento do Estado burguês e a morte do Estado operário, o que nos remete novamente às determinações históricas e, ao mesmo tempo, a uma educação para que saibamos adequar os meios aos fins; os instrumentos às tarefas a serem realizadas, diante das condições impostas pela realidade imediata; às resistências; às mudanças; ao grau de imprevisibilidade diante do movimento, desenvolvimento e realização do que foi concebido idealmente. Tudo isso para que aniquilamento de um e morte do outro possam ser objetivados de forma satisfatória e ao seu tempo necessário, para que não ocorra o que costuma acontecer com quem vai comer com muita fome, engasgando-se ou passando mal depois da refeição, por ter comido além do necessário, do que o organismo pode suportar.

É natural que predomine o censo comum do cotidiano, porém não há censo comum puro, o que nos ajuda a entender porque um agricultor, com toda a sua rudeza, não deixa de perceber o momento de colocar a foice de lado e pegar o machado para pôr abaixo as árvores grossas e resistentes ou colocar as sementes na terra somente depois das primeiras chuvas. Ou, ainda – ao ir preparar um cabo para sua enxada, foice ou machado com uma madeira que precisa de tratamento ao fogo, para adquirir resistência –, saiba calcular o tempo necessário para que atinja o ponto de equilíbrio, para que a sua criação não fique como antes nem se torne rígida e quebradiça, sem utilidade e não possa cumprir o papel ao qual foi prefigurado no pensamento do agricultor. O pedreiro, por exemplo, preocupa-se a todo instante em verificar o alinhamento das paredes com a força de gravidade através do prumo e sabe utilizar água, solvente universal, como cola, dentro das devidas proporções e circunstâncias na construção civil.

Estender à luta de classes a utilização da violência revolucionária, ao Estado operário, ao governo do proletariado e seus aliados, necessita de instrumentos. Esses instrumentos precisam ser também temperados nas labaredas da luta cotidiana dos trabalhadores, para que ganhem resistência e se tornem confiáveis pelas massas, desde as reivindicações por pequenas reformas até as disputas pelo poder político, pelo controle do Estado.

Ora, mora aqui a compreensão da história e o domínio da ciência, pois não é possível preparar um instrumento para a roça³⁵ e executar uma broca³⁶, dado o tamanho de dispêndio de forças e tempo entre as duas tarefas e a resistência dos instrumentos para uma e outra atividade.

Os objetivos são: contra os partidos reacionários, conservadores e reformistas; opor um partido revolucionário; contra o Estado burguês, o Estado operário; contra a democracia burguesa, a democracia operária; contra a burocracia degenerada, a burocracia transitória; contra a ditadura da burguesia, a ditadura do proletariado; no lugar do governo burguês, um governo da classe operária.

Vejam do que estamos falando: substituir a democracia burguesa pela ditadura do proletariado. Essa é uma tarefa gigantesca, que exige forças igualmente gigantes, que só podem ser forjadas com os principais interessados – o próprio proletariado. Mas como nós não temos o poder de transformar algo que levou tempo para se tornar o que é, da mesma forma, precisa de um determinado tempo para deixar de ser e tornar-se outro, ao contrário do que sonham os anarquistas, que desejam que o Estado vire pó num passe de mágica. Precisamos de um instrumento à altura dos desafios, que possa organizar, educar e direcionar toda classe para que ela possa tomar em suas mãos o seu destino e realizar essa tarefa.

Levando em conta tudo que dissemos até agora é possível entender porque o Estado burguês precisa ser triturado aos poucos, quebrado, rebaixado até tornar-se outro Estado, agora sob o comando da maioria, direcionado e defensor dos interesses dessa maioria, contra os interesses da minoria burguesa. Portanto, só se invertem os pólos da ditadura até o momento, sendo que a morte desse Estado acontecerá quando ele não mais tiver serventia, quando não mais existirem classes sociais, propriedade privada e a produção se torne coletiva e emancipada: do reino da necessidade ao reino liberdade, de cada um conforme a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades (MARX *apud* LÊNIN, 2005).

Toda travessia é dolorosa, principalmente no momento em que a realidade se impõe com tanta força, e o futuro parece mais assustador por ser desconhecido do que o passado quase sem serventia, além do próprio presente, que a seu tempo e modo constitui-se movediço e petrificado pela resistência às mudanças, mas que não pode evitá-las e nem adiá-las.

³⁵Roça do verbo roçar, atividade realizada por agricultores cortando vegetação das campinas.

³⁶Broca do verbo brocar, atividade realizada por agricultores em preparo da terra para a plantação, exigindo a derrubada de árvores de grande porte.

Se os marxistas estão corretos, e achamos que sim, partimos dos seguintes pressupostos do legado marxiano para entender, construir, desenvolver, realizar e controlar as transformações tanto da natureza como das relações sociais dentro de determinações históricas: realizar uma crítica contundente a uma realidade considerada injusta e inadmissível, com bases em um rigor da mais profunda análise científica dessa realidade; a defesa intransigente das transformações pela via da ação revolucionária. Esta tarefa exige compreender e aceitar que

A história da humanidade divide-se em três etapas, na forma de uma tríade dialética: “As relações de dependência pessoal [...] são as primeiras formas sociais; nelas a capacidade produtiva burguesa só se desenvolve em âmbito restrito e em lugares isolados. A independência pessoal, construída com base na dependência em relação às coisas, é a segunda forma importante, nela constitui-se pela primeira vez um metabolismo social geral, um sistema de relações universais, necessidades universais e capacidades universais. A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na produtividade coletiva, social, considerada como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro”. (MARX, 1953 *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 346).

Estamos nos repetindo. Mas, como dizem que a repetição é mãe de toda a aprendizagem, permitam-nos colocar novamente o que já mencionamos, mesmo que de outra forma. Se observar os filhos possibilita ver os pais e os avós, por um lado (antecedentes), e, por outro, os netos e até bisnetos (consequentes), por ser o curso natural e social da reprodução humana, não podemos deixar de ressaltar o que acentuou Trotsky nem todas as crisálidas serão borboletas. Podemos por essa compreensão simples avançar em outras, como, por exemplo, de que em certas condições, no estágio da selvageria, foi possível a passagem para a barbárie e que esta, por sua vez, possibilitou as condições para a civilização. Ou, ainda, que o modo de produção escravista – onde o produtor pertencia ao senhor de escravo como uma máquina de trabalho –, ao perder o sentido (quando o que o escravo produzia não mais lhe garantia nem o próprio sustento), fez nascer a servidão, onde o produtor agora não é mais uma propriedade de outro homem, embora continuasse pensando como um burro de carga, como um mero “acessório da terra”, principal meio de produção no feudalismo, mas que a seu tempo significava um avanço.

Sobre esses dois momentos, escravismo e feudalismo, podemos dizer que servem para caracterizar o primeiro estágio da história, dependência pessoal, do escravo em relação ao senhor de escravo, do servo ao senhor feudal. Seguindo por esse raciocínio histórico-materialista, podemos dizer que o feudalismo rompeu as barreiras do escravismo para sua realização. Da mesma forma, o capitalismo rompeu as barreiras do feudalismo para sua realização, o que nos coloca no segundo estágio da história. Se olhar para o segundo estágio

nos remete ao primeiro, também nos força à busca pelo terceiro, visto que as mudanças são o que permanecem.

Ora, quando o capitalismo se desenvolveu o bastante ao ponto de os limites da dependência pessoal se tornarem um obstáculo à continuidade do seu progresso, a independência pessoal, ele teve que se impor como o senhor da produção. Porém, é preciso estabelecer que “[...] os limites que o capitalismo aboliu eram obstáculos para seu movimento, desenvolvimento e realização. Ele não suprimiu todos os limites, todos os obstáculos, mas só os que não eram adequados a ele, os que constituíam limites e obstáculos para ele.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 349).

Temos que admitir a grandiosidade desse modo de produção, que rompeu com os obstáculos da dependência pessoal, a independência dos indivíduos, mesmo esbarrando na dependência das coisas. Contudo, não é possível negar que o trabalho assalariado livre foi um avanço que, mesmo de maneira formal, permitiu uma liberdade para os indivíduos muito superior à escravidão e à servidão, o que coloca para a realidade, além da necessidade, a possibilidade de superação da dependência das coisas, a liberdade da classe produtora, a chegada ao terceiro estágio, no qual existirá a “[...] produtividade coletiva, social, considerada como patrimônio social [...]” (ROSDOLSKY, 2001, p. 346).

As determinações históricas são incontornáveis pelos seus limites e obstáculos. Vamos ao extremo: o ser humano, mesmo vivendo sob a mais degradável condição de desumanização, não perde a capacidade de gerar um novo ser, filhos descendentes, enquanto as máquinas sob o mais completo domínio tecnológico não podem jamais chegar a essa possibilidade, ou seja, em nenhuma circunstância, podem gerar um novo ser vindo de suas entranhas. Podemos dizer ainda que leões, guepardos e hienas jamais podem realizar um acordo de paz em uma assembleia de felinos e canídeos. Esses limites são, em certas circunstâncias, o que delimita quem são humanos, máquinas e animais. Mas os limites não são absolutos e nem todos são necessariamente obstáculos. Vejamos que o capitalismo só aboliu os limites e os obstáculos que lhe surgiam como barreira à sua realização, ao mesmo tempo em que conservou e desenvolveu outros que lhe asseguram a existência, à medida que se convertem em limites e obstáculos à realização do socialismo.

Observemos as disposições dos estágios colocados pelo próprio Marx:

[...] essas relações de dependências materiais, em oposição às pessoais (as relações de dependência material são apenas relações sociais que se tornaram aparentemente independentes dos indivíduos), se apresentam de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, enquanto antes dependiam uns dos outros. Mas a

abstração ou idéia são apenas a expressão teórica das relações materiais que os dominam. [...] (MARX, 1953 *apud* ROSDOLSK, 2001, p. 583).

Essa abstração das condições materiais conduz à ilusão de que é possível conquistar a liberdade pela capacidade e competência individual. A concorrência é levada ao extremo entre os indivíduos, tornando-se a marca do progresso e da liberdade da sociabilidade burguesa, porém essa ilusão tem bases materiais que são alimentadas a todo instante pela ideologia dominante. Portanto, precisam ser combatidas, principalmente onde são mais contrarrevolucionárias – processo de burocratização dos sindicatos e degeneração das organizações da classe operária pelo revisionismo e pelo oportunismo, a exemplo da II e da III Internacionais.

Após a derrota da revolução de 1905, o colaboracionismo, o reformismo e o revisionismo ganharam corpo. Entre 1906 e 1914, a II Internacional foi cada vez mais avançando para o reformismo, passando a defender o que ficou conhecido como programa mínimo. Isso

[...] com a premissa de que, como nos últimos cem anos o capitalismo continuava em expansão e desenvolvendo as forças produtivas, isso tornava possível elevar o nível de vida dos trabalhadores e alcançar liberdades políticas. Esses objetivos poderiam ser alcançados, fortalecendo passo a passo o poder das organizações operárias, sindicatos, cooperativas e partidos políticos e obtendo cada vez mais deputados. (SAGRA, 2010, p. 29).

Essa premissa do crescimento do capitalismo é verdadeira em aparência, quando realmente permitia a um punhado de países se desenvolverem. Porém, ao mesmo tempo, é verdadeira em essência, pois, para que esses privilegiados se tornassem cada vez mais ricos, era preciso o empobrecimento da enorme maioria dos países coloniais. Todo esse processo de exploração levado a cabo por um punhado de potências opressoras pôde evidenciar que:

Os grandes lucros extraídos da exploração dos países coloniais e semicoloniais permitiram as grandes potências dar algumas migalhas aos seus trabalhadores. Esses trabalhadores privilegiados constituíram a aristocracia operária que foi a base social de fortes burocracias políticas e sindicais. (SAGRA 2010, p. 29).

É somente abstraído das condições materiais da existência, da forma como esses países conseguiram oferecer algumas concessões aos trabalhadores, forjando uma aristocracia operária em certos lugares do mundo e a exploração e a miséria em outras partes do globo, que podemos acreditar na ilusão de que todos os países podem chegar a esse grau de desenvolvimento, igual aos alcançados pela Inglaterra, Alemanha, França, Japão e Estados Unidos.

Semelhante ilusão é a que leva muitos indivíduos a acreditarem que pela competência e pelo máximo de esforço individual, todos podem se tornar ricos, independentes, iguais a uma ínfima minoria que ostenta poder e dinheiro, em detrimento da maioria despossuída.

[...] Porém, uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra que os indivíduos de uma classe não podem superar **in masse** tais relações, nem tem condições de oprimi-las. Um indivíduo isolado pode fazer isso, mas tal não ocorre com a massa dos que são dominados por elas [...]. Essas relações externas não removem as “relações de dependência”. Constituem apenas a dissolução destas em forma geral. São, antes de tudo, a afirmação do princípio geral das relações pessoais de dependência. (ROSDOLSKY, 2001, p. 347).

Como já mencionamos, todo esse processo tem bases materiais. A consciência, por sua vez, é determinada pela realidade objetiva e não o contrário, à medida que parte da classe trabalhadora é contemplada com alguns benefícios pelo capital. Este, ao mesmo tempo, promove vantagens para os que se encontram como dirigentes da classe operária. Assim, é possível entender porque

Os dirigentes dos partidos operários parlamentaristas, junto com a burocracia sindical, passaram cada vez mais a levar uma vida acomodada. Na medida em que crescia seu bem-estar, mas se isolavam dos sofrimentos, misérias e aspirações das massas arruinadas e empobrecidas dos povos coloniais, e diminuía mais sua disposição de luta. (SAGRA 2010, p. 29-30).

Essa burocratização dos dirigentes partidários e sindicais pelas vantagens materiais e políticas, obtidas por estarem ocupando cargos delegados pelos operários, ou por gozarem da confiança da classe, tem sua máxima expressão no momento de confrontos entre as classes, nas quais há uma disputa entre projetos alternativos. Nesse momento esses dirigentes passam a defender abertamente os projetos da burguesia e, assim, manter seus privilégios materiais, mesmo diante da possibilidade de derrota de toda classe operária.

Objetivamente, a burocratização se materializa de forma contundente no comportamento traidor dos dirigentes políticos da classe operária, principalmente nos momentos cruciais da luta quando da disputa pelo poder político. Isso pode acarretar a derrota e a desmoralização de toda a classe, pois é impossível travar uma batalha pelo poder com um exército dividido e sem direção, ou com esta a serviço do inimigo.

Observemos o que ocorre na Europa nesse momento de crise, onde a classe operária e a população em geral se levantam em luta contra os planos de austeridade dos governos de plantão que atacam os direitos já conquistados como muitas lutas pelos trabalhadores e, ao mesmo tempo, também cortam recursos do orçamento público para saúde,

educação, previdência etc. E o que faz a maioria dos dirigentes políticos e sindicais das organizações trabalhadoras? Boicotam, desviam e paralisam as lutas, desempenhando um papel nefasto de conciliação de classes, na mais desavergonhada defesa do regime e da ordem do Estado burguês, ou seja, da manutenção do sistema capitalista que arrasta toda a humanidade para o precipício.

O comportamento dessas direções revela o grau de degeneração política e social ao qual chegaram ao se atrelarem ao Estado e estarem diretamente nos governos ou em apoio a estes. Isso significa a cooptação dessas direções em troca de altos salários, privilégios, enriquecimento, corrupção, fraudes e um longo etc. etc. Esse processo de burocratização e cooptação dos dirigentes da classe trabalhadora não é recente e nem novidade, porém, foi possível um salto qualitativo com o vendaval oportunista depois da queda do muro de Berlim, na década de oitenta (1989), que ficou conhecido como o fim do “Socialismo Real” e o triunfo do capitalismo como o fim da história.

Ora, se o socialismo ficou para trás e o futuro é capitalismo, como resistir ao canto da sereia “enriquecei-vos, antes que seja tarde demais!”? Esse canto tragou e levou para o fundo do oportunismo, do reformismo e da conciliação de classes a maioria das organizações e dos dirigentes da classe trabalhadora em todo o mundo. Estes, de contestadores, passaram à defesa da ordem no interior do regime burguês e da manutenção do capitalismo decadente.

Sem ir muito longe, tomemos como exemplo o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Brasil. Enquanto escrevemos este texto, ironicamente, dentre os quadros do PT que foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal por compra de votos no Congresso Nacional (o Mensalão do PT) para aprovar reformas na previdência contra os trabalhadores foram condenados José Dirceu, José Genuíno e Delúbio Soares, sendo que José Dirceu, preso pelo regime militar, chegou a ser trocado por um embaixador, sequestrado pela resistência, na época da ditadura militar, por ser uma das personagens muito importante na luta contra a ditadura. Dirceu abandonou a trincheira dos trabalhadores, agora condenado pela justiça burguesa por ter prestado serviço à própria burguesia, contra os trabalhadores.

É bem verdade que o PT foi, no início, abrigo de muitos militantes revolucionários, mas nunca defendeu a revolução, mesmo sendo possível encontrar em seus documentos a defesa do socialismo. Contudo, esse partido, que nasceu com um projeto independente da classe trabalhadora, nutre em sua direção não mais do que desejos por reformas, no sentido de regular o capital através de gestões éticas, transparentes e honestas.

Isso se revelou uma utopia pelas evidências atuais: um partido radical defensor das greves, contra o pagamento da dívida externa e antiimperialista. No governo, passou a reprimir as greves com força policial, paga religiosamente a dívida pública e se revela uma subserviência ao império norte americano, ao ponto de manter tropas no comando da invasão de outro país (Haiti), ou seja, um partido que se livrou da “casca” radical e vestiu a neoliberal, um partido que apoiava os movimentos sociais, passa à cooptá-los, um partido que disputava as eleições com independência financeira rende-se à lógica do mercado eleitoral, recebendo milhões das grandes empresas e dos bancos. Não é nosso objeto aprofundar essa análise.

Algo semelhante podemos dizer da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que esteve à frente da imensa maioria das greves e das lutas por todo o país nos anos 80 e 90. A CUT, pela base, converteu-se em gestora de fundos de pensão, e seus dirigentes se convertem em ministros do governo e ou parlamentares, prefeitos e governadores.

Aqui nos parece razoável utilizar as palavras de Trotsky como referência a sua desistência de salvar o Partido Comunista Alemão (PCA), quando da ascensão do fascismo (1933): “[...] assim como um médico nunca abandona um paciente que tem um sopro de vida, tivemos a tarefa de reformar o PCA enquanto existia a mais mínima esperança. Porém seria um erro criminoso ater-se a um cadáver.” (SAGRA 2010, p. 87).

Mas como o instinto de sobrevivência não abandona os que estão vivos, o passado não pode e nem deve governar o futuro, mas não deve ser descartado, principalmente porque serve de parâmetro para o novo, que nutre a esperanças da construção de algo melhor. A consciência de que é possível construir algo melhor leva-nos, pois, a perceber a necessidade ea possibilidade de que é racional, real e necessário organizar e educar os homens para uma transição a uma sociabilidade melhor do que a atual. Contudo, como não é a consciência que dita o destino dos homens e sim os homens em relação com o mundo objetivo que ditam a consciência, esse raciocínio, mesmo sendo autêntico, não fecha a capacidade da consciência de também alterar as condições objetivas pela simples razão de poder transcender o que está posto e idealizar o que ainda não existe. Isso significa que [...] “Projetos radicais também se transformam em forças materiais quando conquistam influência entre milhões e passam a ser combustível da transformação histórica. Sem a ação de forças poderosas não seria possível mudar o mundo.” (ARCARY, 2011, p. 104-105).

4.3 O papel dos sindicatos na educação dos trabalhadores: crise de direção e direção consciente

Quando levantamos a necessidade e a possibilidade de organizar e educar os homens para a construção de um mundo diferente, necessariamente surge a pergunta: quem serão os educadores e os educandos? Colocados os problemas dessa forma, os homens estariam divididos entre os que já são educados, os ativos, e os que precisam de educação, os passivos. Portanto, a sociedade estaria dividida entre os iluminados e os não iluminados; aqueles por cima destes. Nesse momento, achamos oportuno retomar a tese III de Marx sobre Feuerbach:

A doutrina materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos os homens mudarem e que o próprio tem de ser educado. Por isso, ela necessariamente chega ao ponto de dividir a sociedade em duas partes, a primeira das quais está colocada acima da sociedade [...]
A coincidência entre a alteração das circunstâncias e atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária (MARX e ENGELS, 2007 p. 537-8).

Para Marx, a educação não pode, por si só, transformar a sociedade, quando entendida simplesmente como prática pedagógica e não como prática revolucionária, p à medida que os homens são produtos das circunstâncias, estas, ao mesmo tempo, também são produtos dos homens, ou seja, se as circunstâncias condicionam os homens, estes por sua vez também condicionam as circunstâncias. Dessa forma, não há espaço para iluminados e não iluminados, portanto, todos precisam ser educados e, ao mesmo tempo, educadores. Por isso “[...] ao transformar a natureza – dirá Marx em outro lugar – o homem transforma a sua própria natureza, em um processo de autotransformação que já mais pode ter fim. Por isso, jamais poderá haver educadores que não requeiram, por sua vez, ser educados.” (MARX, 1844 *apud* SANCHEZ VÁZQUEZ, p. 151).

Então, as mudanças das circunstâncias e de si mesmo estão em unidade nos homens e na natureza. Não há como separar a evolução da consciência da atividade prática, transformadora das condições concretas. Porém, essa unidade entre o mundo objetivo e a atividade humana só pode ocorrer quando o sujeito transforma a realidade imediata e, ao mesmo tempo, sofre uma autotransformação. Dito de outra forma, o mundo e os homens estão em constantes transformações recíprocas, nas quais os homens são compelidos a modificar as consciências e o mundo, e isso só pode ser levado a cabo pela prática revolucionária.

O que Marx evidencia nessa unidade entre mudança das circunstâncias e da consciência é a negação tanto do utopismo como do determinismo. Do primeiro, porque este acredita que seja possível modificar o homem somente pela educação sem intervenção das condições materiais de sua existência (como bem coloca Mészáros com relação a Adam Smith, quando este admite que o espírito comercial negligencia a educação – porém, como ele é um defensor e representante desse espírito comercial materializado pela estrutura econômica do capitalismo, não consegue avançar para uma solução real que pudesse envolver também a esfera econômica, por isso cai num utopismo moralizante, em que o ideal educacional se realizaria no simples fato de ter ideias e, dessa forma, fugiria da ignorância, o que possibilitaria aos indivíduos discernir entre o certo errado).

Essas são as desvantagens de um espírito comercial. As mentes dos homens ficam limitadas, tornam-se incapazes de se elevar. A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada, e o espírito heroico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos deveria ser assunto de séria atenção. (SMITH, 1963 *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 267-268).

Como vemos, Smith se limita à defesa da correção dos problemas no âmbito do espírito, da mente (elevação das ideias), mas deixando de lado as condições reais da vida material dos homens. Assim como Smith, muitos de seus contemporâneos, também pensadores e teóricos burgueses que vieram depois, seguiram essa linha de defesa.

[...] que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais infligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem; porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida, e irá discernir claramente que ao agir assim inevitavelmente criará sofrimento a si próprio. (OWEN *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 269).

Como podemos ver, tanto para Smith como para Owen, somente elevando a consciência seria possível modificar a sociedade. Por essa via, não há nesses pensadores uma relação dialética entre elevação da consciência e existência dos indivíduos em sociedade.

Segundo Mészáros, é possível estabelecer uma relação entre o utopismo e a defesa de uma atuação gradual nas palavras de Owen, quando este admite que a correção dos erros e a prevalência da verdade apenas virão por meio da força da razão, pois esta produziria efeitos gradativamente.

[...] a íntima relação entre o utopismo e a defesa da atuação “passo a passo”, “por meio de transigências” e a defesa da superação dos problemas existentes “apenas por meio da força da razão” (hoje diríamos: por meio da “engenharia social”, da “engenharia humana” e, naturalmente, “pelos acordos formulados em torno da mesa de negociações” etc.) Na verdade, as limitações necessárias do horizonte burguês determinam a metodologia do “gradualismo” e das “transigências” como um axioma do pensamento crítico. (MÉSZÁROS, 2006, p. 269).

Não é possível colocar um sinal de igualdade entre o utopismo dos primórdios do capitalismo ascendente com o utopismo contemporâneo do capitalismo, que arrasta toda a humanidade para um abismo destrutivo. No entanto, é possível localizar o que há em comum entre os dois e, ainda, qual o avanço qualitativo do utopismo da atualidade: a força da razão – convencimento, condescendência, tolerância e acordos –, na contemporaneidade, impõe-se como uma das principais fórmulas para enfrentar os problemas globais, porém com soluções parciais, graduais, tudo dentro dos limites críticos que compactuam com a preservação do modo de produção capitalista.

Do segundo, o determinismo, porque propõe que somente mudando as condições materiais seria possível transformar o homem, sem nenhum processo de elevação de sua consciência. Dessa forma, “[...] a modificação das circunstâncias e do homem, a consciência da mudança do meio e da educação, são obtidas apenas por meio da atividade prática revolucionária.” (SÁNCHEZ VAZQUEZ, 2011, p. 152). Aqui compreendida a prática revolucionária como intervenção de homens reais no mundo real, no qual modificar as condições materiais pressupõe também modificar a consciência dos próprios homens, estes, em última instância, são os responsáveis pela construção da história. Assim entendido, o determinismo, apontar a possibilidade das mudanças somente pelo viés material esbarra-se numa incompletude por não considerar a unidade dialética entre existência e consciência.

Quando Marx chega à genial constatação de que o capital é força social concentrada e que, para combatê-lo, é igualmente necessária a força social concentrada, defende a união dos operários em sindicatos, pois somente unidos é possível acumular forças para realizar um combate à altura das forças burguesas. Este pensador identifica dois obstáculos: a concorrência entre os operários, que os divide; o economicismo (a luta por conquistas ou pela manutenção do que já se conseguiu, dependendo da conjuntura), as reivindicações imediatas. O primeiro divide os operários, enfraquecendo-os perante os inimigos. O segundo exige um dispêndio de forças, mas só combate os efeitos e não as causas da exploração do capitalismo, mesmo sendo uma luta justa e necessária.

Como essa concorrência e a luta imediata não são localizadas e se dão em plano internacional, pois o capitalismo é mundial, os marxistas chegam a dois princípios fundamentais: a independência de classe e o internacionalismo, o que logo avança para a construção de um partido mundial da revolução – daí o esforço de Marx e Engels para fundar a I Internacional (1864); de Engels, para fundar a II Internacional (1889), Marx já havia morrido (1883); de Lênin e de Trotsky para fundar a III Internacional (1919). Esta última

[...] não foi nem uma frente única como a I nem uma federação de partidos como a II. Com III Internacional houve um salto qualitativo, foi o primeiro partido revolucionário mundial. Um partido que respondia à nova época, a época imperialista, e por isso não só tinha posições programáticas que respondiam a essa tarefa, como também o regime de funcionamento necessário para isso: o centralismo democrático. (SAGRA, 2010, p. 37).

A III Internacional refletia o acúmulo de uma longa experiência da classe operária em luta: de 1848 a 1919, com as lutas de classes na França; de 1871, com a Comuna de Paris; das primeiras décadas do século XX, com a Revolução Russa, em conjunto com a Primeira Guerra Mundial. Toda essa experiência permitiu à classe operária e à sua vanguarda corrigir os erros, desenvolver e realizar os acertos necessários para avançar qualitativamente na construção do socialismo. Contudo, somos obrigados a transcrever a conclusão a que chegou Trotsky, em 1933, diante da degeneração também da III Internacional:

[...] As reformas do PCU's e do Komintern eram impossíveis. Tinha sido uma longa e dura batalha, que foi perdida. O stalinismo conseguiu destruir as duas maiores vitórias organizativas dos trabalhadores em nível mundial: o partido bolchevique e a III Internacional. Era necessário começar a reconstruir o destruído (SAGRA, 2010, p. 88).

Com essa conclusão, Trotsky começa sua batalha pela construção da IV internacional, consciente de que só é possível travar a batalha pela revolução socialista, que, mesmo começando no campo nas nacionalidades, só pode chegar à vitória no plano internacional. Isso explica o fato de a derrota da Revolução Europeia (Revolução Alemã, 1923) ter sido um dos golpes de morte contra a Revolução Russa, seguido pelo imenso atraso econômico e cultural existente na Rússia, que se ampliou com a guerra civil e a primeira guerra mundial. Esses fatos permitiram o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do stalinismo, que, dentre outras realizações, enterram a independência de classe com a degeneração burocrática e o internacionalismo com a teoria do socialismo em só país.

Essa é a tarefa das tarefas, que ficou por ser tocada por nós, a geração atual de lutadores: construir a IV Internacional, o partido mundial para a revolução socialista e a edificação do governo da classe trabalhadora.

A tarefa não é pequena. Pelo contrário, é enorme. Quando falamos nas determinações históricas dos riscos e dos sobressaltos, não estamos comungando de forma alguma com os revisionistas. De acordo com Rosa Luxemburgo,

Se o nosso programa não pode ser aplicável a todas as eventualidades ou todos os momentos da luta, não passa de um mísero bocado de papel. Formulação global da evolução histórica do capitalismo, o nosso programa deve descrever, igualmente, nas suas linhas fundamentais, todas as fases transitórias dessa evolução e orientar na

sua marcha para o socialismo. Pode-se concluir que não existe **nenhuma** circunstância em que o proletariado seja obrigado a abandonar o seu programa ou ser abandonado por ele (LUXEMBURGO, 1990, p.106).

Nós também acreditamos que todo e qualquer obstáculo posto antes ou depois da tomada do poder pelos trabalhadores são, sim, possíveis de superação. Do contrário, cairíamos num determinismo sem saída ao pensarmos que, por estar despreparada para realizar uma determinada travessia, a classe operária estaria impossibilitada de encontrar caminhos, para chegar e realizar o socialismo, relegando-o ao plano dos sonhos irrealizáveis.

O que queremos enfatizar é que nós não podemos nos comportar como gnus, que, compelidos pela fome e pela sede, são guiados pelo instinto para onde houver água e comida. Porém, vários perigos lhes rondam. É preciso percorrer todo o Serenguet já seco e sem grama, atravessar o Rio Mara para, finalmente, chegar ao Massai Mara, onde a relva está verde e succulenta. Nessa atividade instintiva, os gnus passam por perigos, mas não podem traçar um plano para combatê-los, tampouco possuem um método adequado para atingir os fins pretendidos (por razões óbvias, que não nos cabe discutir neste trabalho). No rio, há uma grande concentração de crocodilos em seu leito. Ao mesmo tempo, atrás do bando, há centenas de predadores esperando, também instintivamente, assim como os crocodilos, o momento da travessia do rio, a hora de mais vulnerabilidade dos gnus. Finalmente, os gnus chegam ao rio, impelidos pela sede e pela fome. Sentindo o cheiro da relva verde bem próximo, eles avançam para matar a sede e atravessar o rio. A sorte está lançada, mas houve um erro de direção: o local onde eles chegaram tem barreiras muito íngremes e fortes correntezas, porém não há mais como recuar. Tudo os compele a seguir em frente. A fome, a sede e o ataque de leões guepardos, hienas e cães selvagens forçam os de trás, que empurram os da frente a saltarem de barreira abaixo. A batalha se intensifica contra todos os predadores e as fortes correntezas. Nesse intenso combate, muitos se afogam ou pisoteados pelos membros da jornada. Quando, finalmente, os primeiros gnus chegam à outra margem do rio, deparam-se com uma barreira tão íngreme quanto a que tiveram que saltar. Novamente um erro de direção: a sorte dos gnus está selada: atacados por todos os lados, enfraquecidos pela longa jornada, com fome e com sede, divididos e sem direção, tudo parece estar perdido. Os gnus foram prematuros, agindo precipitadamente na hora errada e no lugar errado. Pastar na relva verde e succulenta parece ter se transformado apenas num sonho distante. Contudo, como já dissemos, o instinto de sobrevivência é forte e resistente e não abandona os que estão vivos. O impedimento dos da frente e a pressão dos que estão na retaguarda, forçam os do centro e, em conjunto, encontram uma direção, por onde é possível, com esforço concentrado de todos,

romper as barreiras, deixar para trás o rio e chegar à relva verde e succulenta do Massai Mara. Muitos foram deixados para trás. Contudo, a vida segue seu curso.

É até possível e necessário nos comportar como gnus, em certos momentos, mas não somos gnus. Na condição de ser social, nós nos afastamos das outras esferas (inorgânicas e orgânicas). Isso nos torna diferente e nos permite compreender e aprender com o passado, construir o presente e preparar o futuro, planejando-o com um profundo rigor científico, com base no marxismo revolucionário, visto que o legado de muitos que lutaram pelo socialismo como Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Gramsci e Rosa Luxemburgo não pode se tornar folhas ao vento, mas sim ferramentas teórico-práticas para a continuidade da luta pelo socialismo.

É um exemplo edificante, como diria Lênin. Trotsky afirmou que a crise da humanidade passa pela crise de direção. Olhem para a Europa, diante da crise econômica e vejam o papel das direções das organizações dos trabalhadores. Em sua maioria, posicionam-se na defesa do capital contra os trabalhadores. Outro exemplo dessa crise de direção pôde ser vista no Brasil, em 2011, quando os professores se levantaram em luta em quase todo o país, em defesa da lei do piso³⁷. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), governista até a medula, não moveu “uma palha” para unificar as lutas. Sem uma direção que concentrasse as forças e os guiassem, os professores lutaram bravamente. Entretanto, perderam a batalha econômica, mas com enormes avanços na consciência – depois de terem enfrentado repressão policial, justiça burguesa, parlamento e governos, ataques dos meios de comunicação e, finalmente, tendo que se chocar mais uma vez com os governos de frente popular (PT, PC do B, dentre outros).

No Ceará, também foi possível esta constatação, pois quem dirige os professores na capital é o SINDIUTE e, no Estado, a APEOC, ambos filiados à CUT. Só para registrar, em 2009, os professores do estado, em greve, foram abandonados pela sua direção depois da greve ter sido decretada como ilegal pela justiça. Mesmo assim, os professores resistiram heroicamente por quinze dias “sem direção”. O município de Fortaleza, por sua vez, fez greve no primeiro semestre (maio e junho de 2011), e o estado fez no segundo (agosto e setembro de 2011). Ambas as direções, tanto a maioria do SINDIUTE como a direção da APEOC – ligadas aos governos e com enorme medo de unificar a categoria numa greve única e, assim, fortalecer a luta e possibilitara derrota da prefeita e do governo – preferiram trair a categoria.

Podemos ilustrar essa greve dos professores como um episódio cômico e, ao mesmo tempo, trágico, o que demonstra essa crise de direção do movimento. Marcou-se uma

³⁷Lei sancionada pelo presidente Lula em 2008, que institui o Piso Nacional do Magistério, que dentre outras coisas, versa sobre salário, a jornada de trabalho e o tempo para planejamento.

assembleia dos professores do Estado, no ginásio Paulo Sarasate, e do município, por pressão da base, também no mesmo local e horário: só que a dos professores do Estado no interior do ginásio e a dos professores do município fora do ginásio –, isso ainda nas mobilizações, antes das greves. No dia, houve uma chuva, a assembleia do município se dissolveu e os professores se dispersaram, ou seja, as duas direções do mesmo partido PT, filiadas à mesma central (CUT) não quiseram juntar a categoria sob o mesmo teto, nem no momento da chuva.

Outro exemplo: a greve dos rodoviários. Pelo tamanho da repressão, obrigava-nos a adotar, todos os dias, táticas diferentes: ora nas ruas, ora nos terminais, ora nas garagens. Num dia de enfrentamentos, o alvo era duas grandes garagens, devido à repressão tanto da patronal como do aparato policial e da justiça. Seria melhor concentrar as forças.

O objetivo era parar as duas garagens totalmente, chegar à terceira hora do dia e convencer os motoristas a não pegar os carros. Assim que os primeiros carros não saíssem, logo o dono da frota e a polícia seriam acionados. Quando amanhecer o dia, o dono chega escoltado por duas viaturas do COTAM, um grupo especial de repressão. Então, desce um oficial comandante que se adianta, deixando os soldados mais atrás. Todos, é, claro preparados para uma operação de guerra. Ele se apresenta e diz que está ali somente para garantir que a greve seja pacífica e para que não haja dano ao patrimônio, como também garantir o direito dos motoristas que queiram trabalhar, ou seja, assegurar os “fura greve”. Nesse momento, um operário que, em solidariedade aos motoristas, participava do comando de greve, falou sem que os policiais ouvissem: “A greve é pacífica até onde der, quando não der mais...”.

Ele, o operário, reproduzia o que Marx havia formulado com base na luta de classes sobre a necessidade da violência, de lutar de forma pacífica até onde for possível, porém, com armas, quando for necessário.

Recorremos a esses exemplos para ilustrar a importância da direção na luta de classes e para lembrar a necessidade da violência revolucionária nos momentos decisivos da luta pelo poder, pois tudo o que a história registrou e o marxismo garimpou como aprendizado e ferramenta, para contribuir com a libertação da classe operária e do jugo da burguesia, não pode ser esquecido nem canonizado. É preciso continuar na defesa intransigente da centralidade do trabalho, da classe operária como sujeito da revolução, da violência revolucionária para assegurar o poder, nas mãos da maioria, permitindo, assim, o início, o desenvolvimento e a consolidação do socialismo rumo ao comunismo.

Do capitalismo ao comunismo, passando pelo socialismo, haverá longos períodos de transição e transição dentro da transição, como afirmou Lênin. Esses períodos de transição

dentro da transição requerem a atuação de um partido mundial para a revolução, em unidade com partidos nacionais igualmente revolucionários, sob a direção do partido mundial. Os sindicatos prestaram um grande serviço a essa construção, como demonstramos no primeiro capítulo deste trabalho sobre o marxismo e os sindicatos.

Todo combate à burguesia, ao oportunismo e ao revisionismo, ao sectarismo e ao anarquismo só podem tomar forma na ação firme e decidida da classe operária e seus aliados de classe. Só será possível estender a luta de classes, a violência revolucionária do proletariado e o Estado operário, enfim, o governo da classe operária, se todos os operários e seus aliados, as massas, tiverem consciência do que estão fazendo:

[...] portanto, que a história humana é feita pelos homens e que a força principal da ação da história é a massa, o povo; e que nos tempos modernos essa força é – em virtude da necessidade histórica objetiva o engendra como classe e provoca sua luta – o proletariado. Mas isso não quer dizer que as massas, os proletariados, façam a história de um modo automático, mas, sim tomando consciência de sua própria situação como antítese da propriedade privada. (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 142).

Essa elevação de consciência, por sua vez, exige um longo processo de educação, não de forma passiva, como alguém que recebe algo pronto e acabado, mas porque “O conhecimento só existe na prática e é o conhecimento nela integrados, de uma realidade que já perdeu ou está em vias de perder, sua existência imediata para ser uma realidade mediada pelo homem.” (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2011, p. 147).

Como bem colocam Marx e Engels na obra “A Ideologia Alemã”, o educador precisa ser educado, porque só é possível modificar a consciência mudando também as circunstâncias, e estas pelas mudanças da consciência. Por essa via, aos sindicatos é reservado um papel de preponderância no período transicional do capitalismo ao socialismo, pois eles exercerão uma práxis educativa sob o comando do partido revolucionário. Este, por sua vez, é formado por um destacamento de vanguarda da classe operária. Portanto, os sindicatos estarão sob o comando de um agrupamento de homens devotados profissionalmente à direção da revolução vitoriosa, dedicados a essa tarefa, delegados pela classe operária e vigiados por ela e organizados em partidos. Os sindicatos mobilizarão toda a classe trabalhadora, não só para a execução de atividades simples, mas, sobretudo, para cargos de comando, como assegura Lênin, já citado no primeiro capítulo deste trabalho.

No começo deste capítulo, colocamos nossa compreensão de práxis com base na concepção marxista. Práxis, em nosso entendimento, não é só interpretar a realidade e a esta se render, acomodando-se. Ao contrário, é estar em combate permanente para transformá-la,

sobretudo uma realidade que joga uma grande maioria na miséria material e espiritual, impondo-se como injusta e insuportável. Entretanto, só é possível teorizar e transformar mediante a construção de um profundo conhecimento científico dessa realidade.

Considerando que a construção do socialismo passar necessariamente também pela transformação das estruturas, organização e funcionamento dos sindicatos, é necessário retomar aqui alguns pontos registrados no primeiro capítulo deste trabalho, devido a sua magnitude para uma atuação teórico-prática da militância: em seu interior, o processo de educar e ser educado, com e pelos trabalhadores, exige o combate sem tréguas aos desvios e às degenerações burocráticas de direções desses organismos.

Primeiro: enfatizar o que Marx afirmou sobre as ideias dominantes serem as ideias da classe dominante, pois quem domina materialmente também o faz espiritualmente. Isso significa que, mesmo dentro das organizações dos trabalhadores, as ideias dominantes são da classe dominante e não as ideias dos dominados. Em uma passagem, o educador Paulo Freire registra isso, dizendo mais ou menos assim: os oprimidos pensam com as ideias dos opressores, pensando que pensam por si próprios. É claro que essa dominação não é absoluta, petrificada e cristalizada em todo tempo e espaço, daí a possibilidade de inversão dessas circunstâncias mediante a luta de classes – lócus da evidência de que há ideias opostas, que acionam interesses igualmente opostos pelas classes sociais, antagônicas.

O segundo está vinculado ao primeiro e foi muito bem posto por Lênin: trata-se dos limites dos sindicatos ao esbarrar no economicismo, que, como um cachorro que gira ao tentar pegar o próprio rabo, não sai do lugar ou, como diz o companheiro operário Manuel Farias, “num enrolar-se nos cabelos das próprias pernas” ao cair no ativismo desenfreado pelo imediatismo da luta econômica, que mesmo sendo justa e necessária, encarcera as lutas nos marcos da sociabilidade burguesa. Isso levou, diante das condições objetivas e subjetivas da luta de classe na Rússia no início do século XX, à defesa da superação do trabalho artesanal, pelo profissional, com a máxima expressão na concepção do partido bolchevique, funcionando com base no centralismo democrático – máxima democracia interna e unidade na ação externa. Esta não é a forma perfeita, até porque não há perfeição no mundo dos homens e talvez nem no palácio dos deuses do Olimpo. Contudo, demonstrou que, como meio para a vitória da Revolução, passou na prova e ainda não foi superado.

O terceiro e último, posto por Trotsky e muito bem registrado num trabalho do companheiro Zé Maria, “Os sindicatos e a luta contra a burocratização”, um “livrinho” na forma e gigante no conteúdo, inclusive muito útil ao nosso trabalho e uma sugestão como um guia para os que atuam nos sindicatos e estão dispostos a serem educados e educadores na

construção de uma sociabilidade superior a do capitalismo. É um livro vindo de um militante, que já está na luta há mais ou menos 4 décadas e resiste bravamente nas trincheiras dos que não se renderam aos encantos do modo de vida burguês e continua acreditando na conquista do socialismo pela classe operária. Zé Maria é um companheiro que como poucos atravessou o vendaval oportunista do final dos anos de 1989, perdeu a cabeleira (brinco), mas conservou intactos seus ideais, o que não se deu a mais de 90% dos quadros da geração dos anos oitenta, ao se acomodarem aos cargos do governo Lula e, agora, Dilma do PT.

Vamos ao texto:

[...] há uma característica comum no desenvolvimento, ou para ser mais exato, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-democratas, comunistas e anarquistas. Apenas este fato demonstra que a tendência a estreitar “vínculos” não é própria de tal ou qual doutrina, senão que provém de condições, sociais comuns a todos os sindicatos. (TROTSKY *apud* ALMEIDA, 2007, p. 42).

Trotsky se refere ao período do capital imperialista, que pôs fim ao período da livre concorrência. Nesse contexto, era possível aos sindicatos, através de lutas e acordos, arrancarem concessões aos trabalhadores. Esse período marca a independência dos sindicatos em relação ao Estado. Este muda pelo processo de decadência do capitalismo, porque força cada vez mais à intervenção do Estado como braço armado da burguesia em defesa da ordem e da manutenção da exploração da classe operária, obrigando, por essas condições objetivas, incorporar cada vez mais as organizações dos trabalhadores, transformando suas estruturas e seu funcionamento adequados aos interesses do capital.

A instituição do imposto sindical, como fontes de recursos assegurados aos sindicatos acompanhou a definição de uma série de obrigações “assistencialistas” para a entidade, que reforçava seu caráter de agência do Estado e não de organização para a luta dos trabalhadores (ALMEIDA, 2007, p. 53).

Esse processo passa também por igual adaptação dos dirigentes ao modo de vida burguesa, com privilégios, enriquecimento, ocupação de cargos públicos, gestão de fundos como Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e os de pensão, como os da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e da Petrobrás, o que aprofunda cada vez mais o papel conciliador e reformista dessas direções. Estas, infelizmente estão à frente da maioria dos sindicatos e das centrais sindicais no Brasil e no mundo.

Com a chegada do PT ao governo, em 2002, a CUT passou de malas e bagagens para as fileiras de Estado, que, por sua vez, está a serviço da burguesia. Logo em 2003, com a

reforma da previdência, houve um processo de compra de votos que ficou conhecido como “Mensalão do PT”, da mesma forma como houve o “Mensalão Tucano”. Setores e lutadores decidiram romper com o PT e com a CUT. Nessa conjuntura, surgiram três polêmicas devido aos rumos do movimento. Não vamos aprofundar esse debate, não faz parte do nosso objetivo. Porém é preciso pontuá-lo, para situar o leitor no tema.

Uma das polêmicas parece-nos ainda não superada por alguns setores da esquerda ou ultra esquerda: é sobre romper ou não com a CUT, se o caminho melhor não seria dar o combate no seu interior. Nós acreditamos que quem enveredou por esse caminho ou perde tempo, ou comunga com o papel conciliador e reformista que cumpre a CUT, no momento atual.

Um setor ainda minoritário rompeu e fundou a Conlutas, em 2004, que agora se denomina CSP CONLUTAS, por congregar também, além do mundo do trabalho, setores dos movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Sem Teto, os movimentos dos negros, os movimentos dos GLBT's, o movimento dos estudantes e os movimentos populares. Há outra polêmica com alguns setores que também romperam com a CUT e fundaram a Intersindical, mas que defendem organizar apenas setores do mundo do trabalho. Essa polêmica deve continuar.

A última polêmica trata sobre o destino dessa nova central, se não vai acontecer com ela o mesmo que aconteceu com a CUT: burocratizar-se e degenerar-se politicamente e culminar em dispêndio de tempo e energia humana em vão.

Podemos recorrer às palavras do companheiro José Maria, um dos diretores da Executiva Nacional da Conlutas, para tentar responder a essa questão que, na realidade, não pode nem é possível formular uma resposta que a feche, simplesmente por se tratar da luta de classes e, como tal, há fatores que dependem dos sujeitos e outros que fogem ao seu controle, o que envolve um grau de imprevisibilidade de alcance dos fins pretendidos (o que já abordamos no segundo capítulo deste trabalho).

Dessa forma:

Muitos elementos atuaram para que a CUT chegasse à realidade que vive hoje, e não temos controle sobre vários deles. O refluxo das mobilizações sindicais que acompanhou a recessão econômica do início dos anos 1980 e todo o processo vivido na década de 1990 facilitaram o processo de burocratização da CUT, de afastamento da central de sua base. No entanto há elementos sobre os quais, sim, temos controle. A definição do conteúdo do projeto político que estamos construindo, de seus princípios e do programa que o norteiam, por exemplo, depende das decisões que tomamos coletivamente. As políticas que aplicaremos na realidade, concretizando nosso programa no dia-a-dia na luta de classes, dependem das nossas decisões. (ALMEIDA, 2007, p. 8).

Dessa maneira, o combate aos desvios burocráticos dentro dos sindicatos que já são dirigidos pela esquerda socialista precisa ser permanente e vigilante, pois o que mais abunda nos sindicatos é essa tendência a se burocratizar, começando pelos pequenos desvios e se aprofundando para a degeneração. É muito difícil dirigir um aparato sem um corpo de administradores, porém, é necessário não se descuidar, principalmente dos dirigentes liberados da gestão dos recursos da entidade, do combate aos privilégios e de promoção de formas de participação democrática, onde os trabalhadores possam dirigir o seu sindicato, controlando e vigiando permanentemente seus dirigentes.

Nos sindicatos os quais não dirigimos e suas direções já chegaram a um ponto de degeneração sem retorno, não há nenhum controle da base e utilização dos recursos da entidade em benefício próprio e não quer e não aceita de forma alguma discutir a reversão desse processo, faz do aparato seu meio de vida, realizando somente, quando muito, a luta imediata, economicista.

Diante dessas circunstâncias, precisamos impulsionar as oposições e as minorias com o objetivo de derrotar essas direções e colocar essas organizações nos trilhos da luta, não só imediata, mas também pela construção do socialismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda educação deve assegurar que os indivíduos possam ao primeiro momento, falar o que já se falou pensar o que já se pensou, refazer o que já se fez, escrever o que já foi escrito. Porém, ao mesmo tempo, há de avançar, permitindo que esses mesmos indivíduos possam também trazer suas realizações ao mundo, falar, pensar, escrever por si próprios, sendo capazes de iniciarem e desenvolverem novas realizações, enfim, poder usar seu próprio lápis para escrever coisas suas, deixando sua marca no mundo. A história humana traz essa marca do novo, que rompe o invólucro do velho e se impõe pela força da sua existência necessária ao mundo.

Fizemos um esforço hercúleo tentando acrescentar algo novo nesse nosso trabalho. Confessamos que até o momento, a sensação é de ter somente repetido o que já existia. Mesmo assim, tentamos nos confortar com a ideia de que, mesmo não tendo algo novo, pelo menos reafirmamos a defesa dos clássicos ao socialismo, principalmente no momento em que muitos lutadores se renderam ao modo de vida burguesa, portanto à defesa do capitalismo decadente.

Gostaríamos de reproduzir as palavras de dois operários e de uma professora. Um dos operários é dirigente do Sindicato da Construção Civil e nos contou que numa sexta-feira, pela manhã, recebeu um comunicado vindo de um canteiro de obras, onde um operário pedia a presença do sindicato, pois esse canteiro já se encontrava paralisado por conta de descumprimentos de acordos por parte da patronal. Ao chegar ao canteiro, encontrou todos os homens de braços cruzados, perguntou-lhes se estavam dispostos a mais uma negociação com os responsáveis pela obra. A resposta unânime dos operários foi que não, pois tinham sido enrolados por toda a semana e, portanto, só voltariam depois do cumprimento dos acordos. A posição do sindicato foi a saída do canteiro e só voltar na segunda-feira para negociar com os responsáveis com a presença do sindicato.

Num piscar de olhos, os operários sumiram, deixando a obra vazia. Vendo a obra vazia, o dirigente pôde então aclarar o que há muito já havia em suas teorias, que somente pelas mãos dos operários todos aqueles prédios poderiam sair da planta, ou seja, ser construídos, edificados, ganhar existência objetiva e com um pouco mais de esforço concluir também o porquê de os operários serem os sujeitos da revolução.

Confirmando que o critério da verdade é a prática, podemos ainda abstrair mais duas conclusões com essa fuga dos operários do local de trabalho: [1] é que continua valendo o que Marx escreveu nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” sobre o fato de o trabalho ser

a condição que mortifica o homem, sendo somente fora dele que o homem se sente vivo, fora do trabalho compulsório, obrigado, pois, sob o capitalismo, não há vida plena e nem liberdade para quem trabalha; [2] há evidência de que os operários tinham planejado esse momento para demonstrar que eles são homens sérios e não gostam de brincadeiras e nem de enrolação quando a situação exige postura exata e correta.

A fala do outro operário aconteceu na greve de 2012, quando estávamos em frente a um canteiro de obras organizando um piquete. Quando esse operário pediu a palavra, ele disse: “nóis trabaia a semana toda, quando chega o fim da semana, nóis fica preso em casa como bandido porque nóis num tem dieiro pra sair com o nossos fiir na praça tumar um sorvete ou ir na praia, isso não pode continuar, por isso nóis faz greve, por isso nóis luta, porque desse jeito não pode ficar”.

A fala desse operário revela de forma contundente a existência das circunstâncias similares quando Engels escreveu a “Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, em 1845. Tanto lá, na Inglaterra, no século XIX, como cá, século XXI, há um sentimento coletivo pela mudança das circunstâncias, para que elas se adaptem aos homens e não o contrário, pois os operários do século XXI continuam lutando tal e qual os operários do século XIX, porque não perderam os sentimentos humanos e porque, como homens não podem aceitar de forma resignada tais condições de exploração e desrespeito, juntam-se para modificá-las e ajustá-las a eles, aos homens.

Agora as palavras da professora, mas, antes gostaríamos de contextualizá-las. Já mencionamos que, em 2011, os professores se levantaram para lutar em quase todo o país pela defesa da manutenção de direitos já conquistados e pela aplicação da lei do piso. No Ceará, os professores não foram exceção, tanto os do Estado como os do Município se levantaram em greve. No município, foram dois meses de greve com quarenta e dois dias de aulas a recuperar, com o fechamento de avenidas, terminais, ocupação da Câmara Municipal, enfretamento físico com a guarda municipal, que utilizou bomba de gás, *spray* de pimenta, bala de borracha e cassetete, tudo contra os professores. Além disso, tivemos que enfrentar a imprensa, que, a todo o momento, tentava desqualificar nossa luta; a justiça, que decretou a greve abusiva e ilegal; finalmente, para completar os ataques, muitos professores tiveram descontos em folha de pagamento e pairavam ameaças de não receberem as férias e o mês seguinte, já que a greve acontecia nos meses de maio, junho e julho, sendo que este último é mês de férias. Ainda se pode acrescentar a isso mais dois detalhes: o cansaço da categoria por estar na quinta greve em sete anos de gestão do PT e mais a ameaça de trabalhar aos sábados e

a metade do mês de férias, o que realmente se efetivou, quando a direção majoritária não deu o devido combate a esse ataque.

Pois bem. Em um dos nossos últimos atos dessa greve, uma passeata da Praça da Imprensa até a Secretaria Municipal de Educação (SME), com a greve já na ilegalidade. Compareceram mais de dois mil professores. Com essa disposição da categoria de resistência, a professora falou: “Eu saio de casa já cansada por tudo que já passamos nesta e nas greves passadas, mas quando chegou aqui e encontro essa quantidade de pessoas que pensam como eu, que querem o que eu quero, todos com os mesmos objetivos, isso me dá força, pois prova que estamos corretos, que nossa luta é justa, por isso eu sempre volto às greves”.

Esse reconhecimento da luta coletiva, da ação direta dos trabalhadores e do sindicato como um agregador dos indivíduos que lutam pelos mesmos objetivos impõe, pela força coletiva, medidas em favor dos trabalhadores “[...] mediante a transformação da racionalidade social em poder político [...]” (MARX *apud* ABENDROTH, 1977, p. 38).

Tudo isso tem como significado o papel dos sindicatos como ponta de lança nessa luta contra a exploração desse sistema de servidão assalariada e da própria superação do modo de vida burguês, do sistema capitalista, pois, ao convocar os trabalhadores, organizá-los, educá-los e mobilizá-los dão, assim, direção a um movimento espontâneo e, dessa forma, definem os objetivos na luta direta pelos seus interesses. Ao mesmo tempo, colocam como possibilidade diante da necessidade da luta uma maior força organizativa, que, por sua vez, requer a construção de programas, de métodos de luta, de conhecimento da realidade objetiva, da apropriação científica do mundo, aliando esse conhecimento através da ação política, transformando a vontade política, a vontade consciente em poder político, pela força das massas em movimento. Esta pode ser a tarefa dos sindicatos que, em conjunto com os partidos da classe operária, encontram-se nas trincheiras dos que levantam a bandeira pela realização do socialismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2007.

ARCARY, Valério. Cinco observações sobre a crise da educação pública pra uma estratégia revolucionária. *In*: INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Neoliberalismo e crise da educação pública**. São Paulo: ILAESE, 2005.

_____. Defender a escola unitária é defender a inspeção escolar. **Revista Desafios na Educação**, São Paulo, n.1, p. 2 -6, 1995.

_____. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

ABENDROTH, Wolfgang. **A história social do Movimento Trabalhista Europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BAUER, Carlos. **Introdução crítica ao humanismo dialógico de Paulo Freire**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. *In*: MENEZES, Ana Maria Dorta *et al.* (Org.). **Trabalho, educação, Estado e a crítica marxista**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 25-36.

CONGRESSO MUNDIAL DE LA LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABALHADORES-LIT-CI, 10., 2011, San Pablo. **Resoluciones e documentos**. San Pablo: Lorca, 2011.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS-CONLUTAS. Concepção dos sindicatos na época de decadência imperialista. Sindicato na época do capitalismo ascendente. *In*: _____. **Documento de Seminário Sindical**: o combate a burocratização e os sindicatos como escola para revolução. São Paulo, 2007.

_____. **Resolução sobre nosso trabalho no sindicato**. São Paulo, 2005. (Caderno de Resoluções do Seminário Sindical).

COSTA, Áurea; FERNANDES NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. (Org.). **A Proletarização do professor**: neoliberalismo na Educação. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia Marxiana**. (Tese de Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2007.

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Introdução de F. Engels. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.v. 1, p. 93-110.

GRAMSCI, Antonio. O Partido Comunista. *In*: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: a revolução proletária e o renegado Kautsky. Traduzido por Henrique Canary. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Que Fazer? Problemas cadentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Sobre os Sindicatos**. São Paulo: Polis, 1979.

LOCKOUT. *In*: DICINÁRIO informal. 2012. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=lockout>. Acesso em: dia mesmo ano.

LORA, G. **Nociones de sindicalismo**. 2. ed. Bolívia: Ediciones La Colmena, 1989.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global Editora, 1990.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã a seus representantes Feuerbach, B. Baner e Stirner, e do Socialismo alemão em seus diferentes projetos. Tradução de Rubens Enderle, Nelio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Capital**: crítica e economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir; TROTSKY, Leon. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORENO, Nahuel. **As revoluções do século XX**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MORENO, Nahuel. **Lógica marxista e ciências modernas**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. Tradução de José Severo de C. Pereira. São Paulo: Cortez, 2007.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Trad. Port. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SAGRA, Alicia. **A internacional: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. A. (Org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Sundermann, 2009.

SÁNCHEZ VASQUÉZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10ª Ed Campinas: Autores Associados, 2008.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EdUfal, 2007. TROTSKY, Leon. **A Revolução Desfigurada**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Escritos sobre sindicato**. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. **Programa de Transição para a Revolução Socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida: a moral deles e a nossa**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

TUBIO, Carmem. Um projeto para educação. **Revista Desafios na Educação**, São Paulo, n. 1, p. 7-13, 1995.